11º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA UFAL

HISTÓRIA E GÊNERO

**CADERNO DE
RESUMOS E
PROGRAMAÇÃO**

**MACEIÓ/AL
SETEMBRO
2019**

Realização

GEPHCS

Apoio

FAPEAL

FUNDO DE APOIO À PESQUISA
E À EXTENSÃO DA UFAL

CADERNO DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO

11º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA UFAL: HISTÓRIA E GÊNERO

03 04 E 05 DE SETEMBRO DE 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL

MACEIÓ - AL

Maceió (AL)
Setembro
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

REITORIA

Maria Valéria Costa Correia - Reitora

José Vieira da Cruz - Vice-reitor

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)

Sandra Nunes Leite - Diretora

Otávio Gomes Cabral Filho - Vice-Diretor

CURSO DE HISTÓRIA (BACHARELADO)

Raquel Parmegiani - Coordenadora

Ana Paula Palamartchuk - Vice-Coordenadora

CURSO DE HISTÓRIA (LICENCIATURA)

Lídia Baumgarten – Coordenadora

Irinéia Franco – Vice-Coordenadora

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Michelle Reis de Macedo – Coordenadora

Anderson da Silva Almeida – Vice-Coordenador

11º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA UFAL: HISTÓRIA E GÊNERO

COORDENAÇÃO GERAL

Elias Ferreira Veras (UFAL)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Anderson da Silva Almeida (UFAL)

Elias Ferreira Veras (UFAL)

Irinéia Maria Franco dos Santos (UFAL)

Michelle Reis de Macedo (UFAL)

REALIZAÇÃO E APOIO

Departamento de História; Programa de Pós-Graduação em História (PPGH); Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS); Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDHis); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alex Benedito Santos Oliveira (UFAL)
 Ana Beatriz Bezerra de Melo (UNINASSAU)
 Ana Claudia Aymoré Martins (UFAL)
 Ana Paula Palamartchuk (UFAL)
 Anderson Almeida (UFAL)
 Antonio Alves Bezerra (UFAL)
 Aruã Silva de Lima (UFAL)
 Arrisete Cleide Lemos Costa (UFAL)
 Carla Carlani (UFF)
 Cecília Gomes da Silva (UFAL)
 Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso (UFS)
 Elias Ferreira Veras (UFAL)
 Fabio Koifman (UFRRJ)
 Felipe Barbosa (UFAL/SEDUC),
 Flávia Maria de Carvalho (UFAL)
 Francisco Santiago Junior (UFRN)
 Irineia Maria Franco dos Santos (UFAL)
 Jeferson Augusto da Cruz (UFAL)
 Lídia Baumgarten (UFAL)
 Magno Francisco da Silva (UFAL)
 Michele Reis de Macedo (UFAL)
 Paulo Vitor Barbosa dos Santos (UFAL)
 Priscila Maria de Jesus (UFS)
 Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)
 Rafael Costa Prata (UFMT)
 Roberta Miquelanti (UFAL)
 Roseane Monteiro Virginio (UFAL)
 Taysa Kawanny Ferreira Santos (UFS)
 Wellington da Silva Medeiros (UFAL/SEDUC)

MONITORIA

Adriácia Carla Santos Bonfim
 Alexandre da Silva
 Alessandro Rocha dos Santos Guedes
 Ana Janine Brandão Ricart
 Ana Maria de Barros Lima
 Andresa Porfírio Gomes
 Andreson Inácio da Silva Santos
 Bruna Pereira da Silva
 Catarina Araujo Barbosa Silva

Crisley Karolayne Borges dos Santos
Davi Jonatas Avelino Clemente
Domício Fernando Mendonça Farias
Dyandra Lima de Farias
Eloísa Costa Moura
Ewerton Oliveira de Jesus
Francine Leoncio Mendonça de França
Henrique Vieira Pereira
Israel Ramos dos Santos
Jacitânia Lopes Pereira
Jefferson Silva de Miranda
Jinny Mikaelly Batista de Albuquerque
João Henrique Farias
João Vitor Romão de Castro
José Allaf Ferreira
Karen Nascimento da Rosa
Kéviton Bezerra de Oliveira
Ligia Maryana Viana Pimentel Gomes
Lívia Graziela de Souza Leão
Marcus Vinícius da Silva Santos
Monyck Evelyn dos Santos Oliveira
Mylena Katayanne dos Santos
Myllena Rayssa Rocha da S. Virtuozo
Nayara Cristina Lacerda Maranhão
Noêmia Teixeira Santana
Paulo Henrique dos Santos Araújo
Pedro Lucas Epifânio de Lima
Raíssa Esther Ataíde de Freitas
Renata Maria da Conceição Batista
Rickaelly Cardoso da Silva
Riquelly Carla dos Santos Silva
Roberta dos Santos Sodó
Roberto César Gomes da Silva
Sheyla Jayane Tavares Silva
Thamyres Jully Ana Ramos Martirio
Vitor Frederico Rocha

criação visual

Paulo Henrique dos Santos Araújo
Roberta dos Santos Sodó

ORGANIZAÇÃO DO CADERNO DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO (EDITORAÇÃO E REVISÃO)

Anderson da Silva Almeida (UFAL)
Elias Ferreira Veras (UFAL)
Irinéia Maria Franco dos Santos (UFAL)
Michelle Reis de Macedo (UFAL)

AGRADECIMENTOS

Aos/Às funcionários/as da UFAL, especialmente, do ICHCA e dos cursos de História; Aos/Às palestrantes e artistas; Aos/Às monitores/as; Aos/Às companheiros/as professores/as do Departamento de História; À FAPEAL. Sem a parceria de vocês este evento não teria sido possível. Obrigado!

Maceió (AL)
Setembro
2019

SUMÁRIO

Apresentação	08
Programação	09
Minicursos	11
Oficinas	19
Lançamento de Livros	22
Simpósios Temáticos (ST)	27
ST 01: Formação de professores de História e Práticas Docentes: conhecimento, currículo e poder	27
ST 02: Gêneros, experiências e identidades: repensando feminilidades e masculinidades	34
ST 03: História e Marxismo	41
ST 04: História, Memória e Historiografia do Brasil Republicano	46
ST 05: Movimentos Sociais: atores, conflitos, projetos e memórias	52
ST 06: Narrativas dissidentes: historiografia, gênero, interdisciplinaridade e interseccionalidade	58
ST 07: Os paradoxos dos séculos XX e XXI - movimentos sociais e grupos intelectuais: a interseccionalidade na pesquisa histórica	65
ST 08/10: Religião, cultura política e movimentos sociais / Repensando a memória étnico-racial: construção da identidade negra alagoana (1872-1950)	72
ST 9/12: Religiões e religiosidades na História / Sociedade e cultura na Antiguidade e no Medievo	76
ST 13: Sociedades em contato: práticas, cotidiano e vivências no mundo atlântico---	84
ST 14: Ver e ler o passado: imagem, cultura visual e a escrita da História-90	

APRESENTAÇÃO

Organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS) e o Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDHis), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), este ano o 11º Encontro Nacional de História terá como título “História e Gênero”.

Nas últimas décadas, a historiografia incorporou o gênero como categoria útil de análise histórica (SCOTT, 1995; PEDRO, 2005). Nessa nova prática, o gênero aparece – juntamente com outros marcadores sociais da diferença, como classe e raça – como elemento constitutivo das relações sociais. Tal transformação teórico-metodológica aponta para uma série de transformações político-sociais (movimentos feministas, negros, gays, lésbicos e trans, etc.) e epistemológicas (marxismo, nova história social e cultural, estudos pós-estruturalistas, pós-coloniais, *queer*, etc.), que se traduzem em uma escrita da história marcada pela releitura de fontes/temas tradicionais e pela construção de novos objetos e problemáticas de pesquisa/ensino.

O *11º Encontro Nacional de História: História e Gênero* pretende ser um espaço de reflexão acerca desses efeitos na historiografia contemporânea. Suas atividades – conferências, palestras, intervenções artísticas, simpósios temáticos, minicursos e oficinas são um convite à (re) visitar Clio com um “olhar de gênero”, que questione: onde estão as mulheres (héteras, negras, lésbicas, deficientes...) na historiografia? Onde estão os LGBTs (lésbicas, gays, travestis e transexuais) na produção histórica? Os historiadores têm desnaturalizado o universalismo do masculino? Como a invisibilidade das questões de gênero e sexualidade – também de classe e raciais – na escrita da história tem contribuído para a permanência do machismo, da LGBTfobia, do racismo, das desigualdades sociais na atualidade?

Diante do atual cenário brasileiro, marcado pela proibição das discussões de gênero na escola, pelo aumento de casos de violências contra mulheres e LGBTs; pela persistência de preconceitos de gênero (atravessados por preconceitos de classe e de raça) é preciso pensar, historicamente, as relações de gênero, de modo que a disciplina história, não seja ela também, produtora de desigualdades, invisibilidades e exclusões.

Comissão Organizadora
Maceió, 27 de agosto de 2019.

PROGRAMAÇÃO

03 de setembro de 2019

Tarde

13h - Credenciamento e Inscrição para ouvinte

Local: Curso de História (ICHCA)

Noite

18h - Credenciamento e Inscrição para ouvinte

18h - Intervenção Cultural (Arielly Oliveira) e Lançamento de livros

18:30h – Solenidade de Abertura

Valéria Correia

Reitora da Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Sandra Nunes

Diretora do Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Arte – ICHCA

Raquel Parmegiani

Coordenadora do Curso de História (Bacharelado)

Lídia Baumgarten

Coordenadora do Curso de História (Licenciatura)

Michelle Reis

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História

Paulo Araújo

Representante do Centro Acadêmico de História

Irinéia Maria Franco dos Santos

Coordenadora do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica - CPDhis

Elias Veras

Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade – GEPHG

19h: Conferência de Abertura

"Onde estão as pessoas LGBTQ+ na história?"

Benito Bisso Schmidt - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Coordenação: Magali Engel – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Local: Auditório da Reitoria

04 de setembro de 2019

Tarde

13h - Credenciamento

13h - Minicursos e Oficinas

15h - Simpósios Temáticos

Local: Curso de História (ICHCA)

Noite

18h - Credenciamento

18h - Intervenção Cultural (Batucada Feminista)

19h - Mesa-redonda: “Gênero, Feminismo e Ditadura”:

“Feminismos brasileiros em tempos de ditadura: da militância à produção cinematográfica”. Ana Maria Veiga – Universidade Federal da Paraíba (UFPB);

“Feminismos sob vigilância: a luta das mulheres na visão dos órgãos de repressão durante a ditadura (1970-1980)”. Ana Rita Fonteles Duarte - Universidade Federal do Ceará (UFC);

“Gay é liberdade’: as homossexualidades em Maceió na abertura”. Elias Ferreira Veras - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Coordenação: Anderson da Silva Almeida – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Local: Auditório da Reitoria.

05 de setembro de 2019

Tarde

13h - Credenciamento

13h - Minicursos e Oficinas

15h - Simpósios Temáticos

Local: Curso de História (ICHCA)

Noite

18h – Intervenção Cultural (Ísis Florescer)

19h - Conferência de Encerramento:

“Gênero, classe e maternidade na África”

Juliana Barreto Farias - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Coordenação: Irinéia Maria Franco dos Santos – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Local – Auditório da Reitoria

MINICURSOS

1. 150 anos de Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas: história, acervo e pesquisa.

Ministrante(s): Tarcyelma Maria de Lira. Mestra em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Airton de Souza Melo. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Hora/Aula: 3h

O Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, IHGAL, foi criado em 1869, sendo o terceiro mais antigo do país. O principal papel do IHGAL é ser guardião dos documentos históricos de Alagoas, preservando assim a memória histórica do nosso estado. Temos como objetivo principal do minicurso fazer uma análise das fontes, dos acervos existentes no IHGAL discutindo a pesquisa histórica no local. Os diversos arquivos do IHGAL guardam documentos valiosíssimos, como também uma hemeroteca com jornais que datam do século XIX, uma pinacoteca, além das coleções que compõem o museu como: A Coleção Perseverança (Matriz religiosa Afro), escravocrata, cangaço, indígena, arqueológica, além de peças do período final do império e república. O Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas está comemorando esse ano os seus 150 anos de existência. É um centro de pesquisa muito importante para entendermos a nossa identidade local e nacional, um dos locais mais ricos, quando nos referimos ao acervo existente. Esse é um momento de reflexão sobre a história e a memória alagoana buscando entender como estamos tratando dela e quais os caminhos possíveis de atuação para a pesquisa histórica.

2. Fontes para se estudar a sociedade alagoana no século XVIII e XIX.

Ministrante(s): Andreza Mayara Lins de Oliveira, Mestra em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Robson Williams Barbosa dos Santos, Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 4h

O minicurso tem como objetivo auxiliar a pesquisa no contexto social de Alagoas durante os séculos XVIII e XIX, a partir da documentação encontrada no Arquivo Público de Alagoas - APA, Arquivo Histórico Ultramarino - AHU e o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL. Assim, compreender os elementos técnicos para a pesquisa e como estas fontes poderão ser trabalhadas a partir do viés histórico. Os conteúdos serão desenvolvidos por meio da apresentação oral, utilizando-se material didático impresso e de multimídia. Se possível, durante a apresentação, a interação entre os coordenadores e ouvintes. O público alvo são alunos entre 1º a 4º período dos cursos de História, Ciências Sociais e Pedagogia.

3. História do Anarquismo: conceitos, teoria e metodologia da história.

Ministrante(s): Igor Ribeiro dos Santos, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 4h

O principal objetivo do presente minicurso é discutir a história do anarquismo, de maneira geral, enfatizando sua experiência global (alargamento do escopo geográfico e dos marcos temporais nos estudos do anarquismo), abordando as novas discussões teóricas e historiográficas em torno desta ideologia; a rediscussão acerca de pontos que se constituíram como “mitos” e “caricaturas” (teoria e ideologia, estratégia, fenômeno histórico, organização, gênero, raça e anti-imperialismo), e ocasionam ainda incompreensões sobre o anarquismo; sua relação com o sindicalismo de intenção revolucionária, entre outros pontos. Iremos nos deter, ainda, à experiência anarquista em Alagoas nas primeiras décadas do século XX, sendo este o objeto da pesquisa em andamento. Por fim, trataremos dos principais conceitos de maior relevância para a análise da história do anarquismo, assim como a teoria e metodologia da história que podem ajudar no trabalho com o anarquismo. É, também, nossa pretensão divulgar no minicurso as novas pesquisas, grupos e núcleos de pesquisa, institutos, sites, arquivos e fontes, que discutem e possibilitam a realização de pesquisas sobre o anarquismo.

4. História e Gênero: historiografia e debates contemporâneos.

Ministrante(s): José Edson da Silva Santos Junior, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 4h

Neste minicurso proponho apresentar uma discussão sobre a relação entre história e gênero, abordando a emergência e os desdobramentos que culminaram em seus principais debates historiográficos e interdisciplinares. Qual o percurso histórico deste diálogo? Quais as problematizações inerentes a este campo do conhecimento? A partir destas e de outras indagações serão destacadas análises de obras e autoras/es, tais como Joana Maria Pedro, Rachel Soihet, Michelle Perrot, Joan Scott, Angela Davis, Judith Butler e evidenciadas pesquisas recentes sobre a temática. Por conseguinte, serão enfatizadas questões teórico-metodológicas e suas relações com conceitos e categorias de análise, como "mulheres", "sexualidade" e "gênero".

5. História Social do Trabalho: Reflexões de classe, raça e gênero.

Ministrante(s): Renata Gusmão, Mestra em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Sandra Sena, Mestra em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 4h

A proposta inicial deste minicurso é estimular reflexões acerca da História Social do Trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. Nesse sentido, traremos como parte da

reflexão o diálogo realizado entre história e as demais disciplinas das ciências humanas, principalmente a partir da década de 1980, que questionaram a história do trabalho no Brasil e seus métodos. De modo geral, esse período é marcado pelas reconstruções de perspectivas, que por sua vez contestaram as bases de análise da história tradicional sobre a classe trabalhadora. Gênero, raça, etnia, mobilidade urbana, idade, entre outros elementos foram sendo incluídos no debate para melhor compreender a história do trabalho no Brasil. A exploração de novas fontes e o uso de métodos com olhares mais abrangentes, possibilitam reflexões baseadas na imensidão do cotidiano e da experiência de classe. No Brasil, esses questionamentos vêm tendo resultados na ampliação de temas e reflexões, de modo que o primeiro plano da história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado dentro sindicatos, partidos, coletivos e correntes políticas, e deu lugar aos trabalhadores e trabalhadoras ocuparem as linhas da história social. Pensar coletivamente como articular teoria social com um repertório abrangente de temas, relacionados à experiência dos trabalhadores, aos locais de trabalho, ao gênero, a cor, a ocupação das cidades e outras questões, permite localizar melhor nossa prática historiográfica nos limites fornecidos pelas fontes e nas possibilidades que surgem além delas.

6. Mentalité e Psique: Diálogos entre História e Psicologia.

Ministrante(s): Geovanne Otavio Ursulino, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 4h

A interdisciplinaridade é uma das principais propostas da chamada Escola dos Annales e se tornou fundamental ao historiador. Foi partindo dela que Lucien Febvre, um dos fundadores da Escola, introduziu a Psicologia nos domínios da História por meio da História das Mentalidades. Este minicurso discutirá o surgimento, o desenvolvimento e as principais questões envolvendo o estudo das mentalidades, passando por Febvre, Robert Mandrou, Georges Duby, Jacques Le Goff, entre outros. Discutirá também a aproximação entre mentalidades e psique, especialmente por meio da Psicologia Social e das propostas de Peter Gay, historiador que propõe a introdução de Sigmund Freud e da Psicanálise na pesquisa histórica, trabalhando algumas das principais categorias freudianas. Desta forma, o minicurso se propõe a apresentar a Psico-história como um meio para a produção de um conhecimento histórico interessado em investigar o “espírito do tempo” de sociedades e grupos humanos no passado, ou até mesmo no tempo presente.

7. Mulheres em Luta pela Saúde: A História da Enfermagem em Alagoas.

Ministrantes: Ives Leocelso Silva Costa - Mestrando em História (PROHIS-UFS); Rafaela Lira Mendes Costa - Mestranda em Enfermagem (PPGENF-UFAL).

Hora/Aula: 4h

Em virtude dos avanços na compreensão da dimensão social do cuidar, o campo da Enfermagem, bem como da Saúde de modo geral, tem realizado um diálogo cada vez maior com as Ciências Humanas e Sociais. Neste contato interdisciplinar a História tem sido uma parceira fortuita e pesquisas realizadas por enfermeiros-historiadores a respeito de sua prática profissional têm avançado no Brasil. Uma vez que na profissão de enfermeiro as mulheres têm sido maioria, a História da Enfermagem acaba se misturando à História das Mulheres, e as lutas das enfermeiras por melhores condições de estudo e trabalho foram travadas em paralelo às reivindicações femininas por igualdade de direitos e inserção social na segunda metade do século XX. Conduzido por um Mestrando da área de História - Ives Leocelso S. Costa (PROHIS-UFS) - e uma Mestranda de Enfermagem - Rafaela L. Mendes Costa (PPGENF-UFAL), este minicurso pretende introduzir o debate sobre a História da Enfermagem, abordando desde sua fundamentação teórico-conceitual às pesquisas de casos concretos. Para tanto, será enfatizada a atuação das enfermeiras alagoanas, seu protagonismo e suas lutas pelo estabelecimento desta ciência no Estado, bem como pelo reconhecimento e autonomia profissionais. Desta forma, ficará demonstrada a relevância e atualidade dos embates daquelas pioneiras, não só para a Enfermagem, mas para a História Social das Mulheres de modo geral.

8. Notas de pesquisa sobre o catolicismo popular no sertão baiano do século XIX.

Ministrante: Ana Maria Ferreira de Oliveira, mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 3h

O século XIX se configura como período crucial para o catolicismo brasileiro, dadas às transformações pelas quais passa a igreja, no âmbito do regime imperial e depois com a chegada da República. O processo de romanização da Igreja católica, no Brasil, tem seus reflexos nas pequenas paróquias, onde as tensões na relação entre vigários e sociedade se intensificam. Discutir catolicismo popular não é uma tarefa fácil. As mudanças sofridas pela Igreja católica no início do século perpassam pelo processo de modernização da sociedade e a necessidade de construção e consolidação de espaço e território religioso, dentro desse contexto; de modo que os chamados romanizadores buscaram com ações firmes, a concretização dessa “rede de lugares” composta por templos, colégios, seminários e santuários que viabilizassem ações estratégicas de disseminação do discurso católico e a teia de influências religiosas na construção sociocultural da sociedade. O estudo do catolicismo popular vem crescendo e possibilitando novos caminhos que favorecem a compreensão e a explicação da cultura sertaneja do Nordeste brasileiro. Uma devoção aos santos, às romarias, as novenas, as procissões, as bênçãos, a festa de padroeiro, as promessas. Desse modo, o modelo de catolicismo vivido e professado pelo padre Ibiapina, padre Cícero, o beato Antônio Conselheiro e frei Damião é completamente “outro”, completamente “diferente”,

mas não devemos instruir que seja uma manifestação depreciativa e marginal, inferior ou mesmo supersticiosa. A influência da religião no seio de uma sociedade, como elemento determinante no desenvolvimento social, marca a importância do seu estudo. A historiografia contemporânea desmistifica temas antes colocados à margem da pesquisa historiográfica; num processo de ressignificação da produção histórica. No âmbito da História Cultural, surgem novas propostas de estudo; novos olhares em que se inserem estudos correlacionados ao regional e o local.

9. O gênero continua a ser uma categoria útil de análise histórica? Algumas reflexões a partir da obra e pensamento da Joan Wallach Scott.

Ministrantes: Alessandro Cerqueira Bastos, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Fabrício de Oliveira, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Hora/Aula: 4h

Quando da publicação em português, no idos finais dos anos 1990, o texto “gênero: categoria útil de análise histórica” tornou-se amplamente discutido nos círculos feministas acadêmicos e ativistas, gerando repercussões para além da própria disciplina história, mas também impactando nas formas de atuação política e epistemológica das feministas acadêmicas e não acadêmicas. É nesse sentido, que este minicurso busca refletir e problematizar, a partir, principalmente, de uma seleção de textos publicados desde dos final dos anos 80 do século XX da vasta bibliografia produzida pela historiadora feminista Joan Wallach Scott, a respeito das concepções de gênero defendidas e criticadas nestas obras, assim como a própria noção de identidade feminina, experiência, a definição de método historiográfico, o campo da história social, conceitos como discurso, assim como a política que foi engendrada pelas epistemologias feministas aí propostas. Em que pese as reflexões da Scott tenham sido direcionadas principalmente para os estudos sobre mulheres e relações de gênero, as suas proposições, é importante salientarmos, possuem um potencial de reformulação dos próprios termos da ciência histórica, ao denunciarem o caráter masculinista universal da escrita da história.

10. O uso de jornais e da história oral como fontes históricas.

Ministrantes: Carlos André da Silva, Ana Greyce Moraes Pereira, mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 2h

A proposta deste minicurso é fazer uma revisão teórico-metodológica dos jornais impressos e da História Oral como fontes históricas para o desenvolvimento de pesquisas científicas, com um olhar sobre os estudos a partir da produção historiográfica com ênfase no tempo presente. Tais recursos apresentam novos

contornos e permitem uma visão ampliada aos objetos de estudo, uma vez que, estes registros de memória, escritos ou guardados nas lembranças dos anciãos, trazem apontamentos carregados de histórias silenciadas, a espera de serem reveladas.

11. Prostituição e cidades: Por uma narrativa histórica sob a perspectiva de gênero.

Ministrantes: Lucymara da Silva Carvalho, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Hora/Aula: 3h

No Brasil a dinâmica entre o espaço urbano e a prostituição vem sendo estudada desde a década de 1980, onde vemos uma série de trabalhos que tomando a prática prostitucional como seus objetos, trouxeram para esta proposta de minicurso uma contribuição importante, na medida em que nos apresentaram as diferentes formas de como a prática foi encarada nas cidades brasileiras durante o século XIX e XX. Na área das Ciências Sociais, temos estudos que influenciados pela escola de Chicago se propõem a refletir sobre a prostituição a partir da discussão dos conceitos do estigma, da identidade e do desvio social, sendo que muitos destes se orientaram pela definição de tais conceitos elaborados pelo o antropólogo Erving Goffman (1963). Na historiografia, por sua vez, os trabalhos mais específicos sobre a cidade e a prostituição surgem no final da década de 1980 ancorados no campo de estudos da História das Mulheres. Segundo Margareth Rago (1995) neste período, a historiografia brasileira foi influenciada pelos escritos de Michael Foucault, que provocaram uma reviravolta na forma como a história das mulheres e da sexualidade era escrita. A historiadora observa que, contrariando a perspectiva adotada pela história social, predominante na maioria dos trabalhos até a década de 1980 e que, em sua maioria, buscavam situar as experiências das mulheres na história, os estudos influenciados por Michael Foucault procuraram analisar não o sujeito em si, mas as construções discursivas a respeito destes, ressaltando que o discurso não apenas descrevia a realidade, e sim, participava na sua construção enquanto verdade. Outro momento importante na historiografia brasileira e que impactou profundamente nas reflexões elaboradas acerca da dinâmica dos espaços em que a prostituição era exercida foi o crescimento da utilização da categoria analítica de gênero com a publicação do artigo da historiadora Joan Wallach Scott, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, em 1990. Scott (1990) problematiza as relações entre homens e mulheres ressaltando que, ser mulher ou ser homem, não está ligado a características biológicas, mas é fruto de uma construção social sobre os corpos lidos como masculinos ou femininos. Partindo dessa perspectiva, que busca historicizar a construção da masculinidade e da feminilidade, entendendo que há uma relação de poder entre os sexos, surgem variados trabalhos nos quais as imagens da mulher prostituta, do cliente e da cafetina, são desconstruídas e estudadas de forma relacional. A proposta desse minicurso portanto, se alinha a uma perspectiva que busca problematizar o estudo da prostituição se utilizando do

gênero como categoria de análise histórica. Objetivamos realizar um debate sobre a forma como a prática prostitucional em contexto urbano vem sendo discutida nos trabalhos historiográficos, com a tentativa de chamar atenção para os silenciamentos acerca das possibilidades identitárias dos sujeitos e dos sentidos e usos que as Ruas e Becos que acolhiam a prostituição nas cidades brasileiras poderiam apresentar, para além da comum denominação atribuída aos mesmos: dos moradores como “os indesejáveis” e dos espaços, enquanto “reduto de promiscuidade”. Segundo Cristiana Schettini (2006) uma abordagem sobre a prática prostitucional que combine gênero como categoria analítica aos métodos da história social diminui o risco de que as dimensões moralistas encontradas nas fontes primárias sejam reproduzidas nas interpretações historiográficas. Ela observa que, a partir desta perspectiva a vida de homens e mulheres associados à prostituição ao invés de serem logo relacionados à ideia de anomalia e de excepcionalidade serão estudados levando em consideração as várias interlocuções estabelecidas entre os diferentes grupos sociais. Esperamos assim, que esse minicurso possa promover uma reflexão e inquietação naqueles que se interessam na temática apresentada.

12. Retropia de uma Ditadura Civil Militar Alagoana 1970/1980: a Salgema, os Pescadores e as Lutas Sociais.

Ministrante: Alex Benedito Santos Oliveira, Mestre, Escola de Maceió; Leandro Oliveira, Especialista, Escola de Maceió.

Hora/Aula: 2h

O presente minicurso tem por objetivo analisar o discurso retrópico sobre a ditadura civil militar em Alagoas no período de 1970 a 1980, isto mediante o estudo do projeto de expansão industrial desenvolvido neste período. Para isto, estudaremos como foi desenvolvido o processo de instalação do complexo industrial do polo cloro-químico do Salgema. Este espaço teórico busca também expor as consequências sociais trazidas por esta indústria em Alagoas. Elas que estavam baseadas na favelização de comunidades de trabalhadores, queda de renda nas comunidades artesanais lacustres, provocada pela poluição de áreas ambientais de reprodução de animais marinhos. Mais ainda, a narrativa desta pesquisa visa difundir para a comunidade acadêmica a formação de organizações políticas de pescadores artesanais que passaram a confrontar o regime civil-militar alagoano e seu bloco industrial local que provocava a morte da economia artesanal desenvolvida pelas populações que margeavam o complexo lagunar Mundaú-Manguaba.

13. Tratamento das fontes nos estudos sobre os processos de urbanização e industrialização em Alagoas.

Ministrantes: Fábio Barbosa da Silva - mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Rodolfo José Oliveira Lima - mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 2h

Este minicurso visa debater o método de análise de fontes para a compreensão dos espaços sociais urbano e rural pesquisados nos projetos de pesquisa: “Meio ambiente e trabalho: Rupturas no sistema produtivo no Sul da Zona da Mata Alagoana (1950-1980)” e “Expansão urbana e conflitos de classe: O recente histórico de urbanização e especulação imobiliária no Lago da Perucaba em Arapiraca-AL”. Pretende-se socializar como as fontes acessadas para a pesquisa dialogam com os objetos de estudo e o tratamento dado as mesmas para essas análises. No primeiro caso, propondo um diálogo com as fontes a fim de compreender os principais impactos, sobretudo sociais, fruto do processo de industrialização recorrente no espaço estudado na segunda metade do século XX, e no segundo, pensar as fontes para analisar os conflitos de classe na cidade contemporânea, identificando continuidades e discontinuidades históricas, assim como fenômenos sociais que abrangem uma dinâmica para além do micro espaço da cidade, englobando a sociedade capitalista como um todo.

14. Zine Punk: informação e politização em Delmiro Gouveia – Sertão de Alagoas (1985-990).

Ministrante: José Rinaldo Queiroz de Lima, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 4h

Zine é a abreviação de fanzine, que significa “revista do fã”, mas como no Movimento Punk não existe fã, existem Punks, os mesmos abreviaram o termo utilizando apenas Zine (O’HORA, 2005), pois, o intuito do Movimento é propagar informações a respeito do contexto político, econômico e cultural do país e de cidades e Estados em Específico, debatendo criticamente a respeito dessas questões. O Zine é também o meio pelo qual o Movimento Punk divulga suas ações, dá detalhes do que é ser Punk e quais seus ideais, além de propagar o anarquismo enquanto ideologia (OLIVEIRA, 2006). Dessa forma esse material é uma das ferramentas de comunicação alternativa dos Punks, produzido de forma artesanal com os recursos que estão ao seu alcance. O objetivo do minicurso é levantar o debate em torno de como os Zines foram um meio de informação, formação identitária e conhecimento político para uma determinada parcela de jovens pobres que aderiram ao Punk em Delmiro Gouveia. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do minicurso se dará a partir da análise do conteúdo de alguns Zines que circularam em Delmiro nos anos 1980, do debate em torno do contexto histórico do Movimento Punk e dos Zines a partir da bibliografia estudada, e também do depoimento em entrevista dos Punks que estiveram no Movimento nesse período em Delmiro. Enquanto resultados esperamos que se tenha um debate em que todos participem e chegemos juntos a um entendimento do que os Zines proporcionaram para uma determinada parcela de jovens

sertanejos que não tiveram acesso ao ensino superior, tendo maioria não chegando a concluir o 1º grau no período estudado (hoje ensino fundamental).

OFICINAS

1. Gênero, raça e classe: diálogos entre historiografia e interseccionalidades.

Ministrante: Gleice Pereira da Silva, mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 2h.

Os estudos que tratam das convergências entre diversos marcadores sociais da diferença, também chamados estudos interseccionais, ganharam força e legitimação acadêmica no final da década de 1980. As feministas negras americanas perceberam que as desigualdades às quais estavam submetidas operavam em complexos entrelaçamentos entre gênero, raça, classe, sexualidade, idade e outros. O ponto inicial desse debate foi a rejeição à homogeneização do feminismo da chamada “segunda onda”, que insistia na igualdade entre as mulheres sem levar em consideração as diversas convergências de opressões as quais estavam submetidas às mulheres negras. Partindo da militância das ruas para a academia, a interseccionalidade é na contemporaneidade um hit entre antropólogas e sociólogas. No entanto, entre as historiadoras permanece com um status quase marginal. Sendo assim, a oficina pretende abordar o desenvolvimento dos estudos de gênero entre as historiadoras e os limites e potencialidades da interseccionalidade para a pesquisa histórica.

2. História e Questão Nacional: a contribuição do pensamento caiopradiano à crítica do capitalismo dependente.

Ministrante: Matheus Carlos Oliveira de Lima, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 4h.

A oficina proposta tem como objetivo apresentar uma introdução ao pensamento econômico brasileiro, mais especificamente às contribuições do historiador Caio Prado Júnior no tocante à questão nacional. Esta, que por sinal, foi elemento de intensos debates entre a intelectualidade das décadas de 1950 e 1960. A disputa, para tanto, girava em torno dos rumos que o Brasil poderia assumir para superar seu “atraso econômico” atingindo o patamar de um “país desenvolvido”. Nesse contexto, a presença do debate intelectual se fazia mais presente na sociedade, as ciências humanas e sociais não estavam num padrão de afastamento tão significativo, onde muitos intérpretes do Brasil transitavam por essas ciências. E nesse caso, a contribuição dos historiadores tinha presença marcante, esse ponto é levantado exatamente pela atual condição da intelectualidade brasileira de intervir nos debates cadentes do Brasil contemporâneo, servindo assim para fazer uma espécie de balanço histórico do ofício do historiador referente à temática do

desenvolvimento brasileiro. Deste modo, a oficina pretende apresentar três tópicos baseados no pensamento econômico de Caio Prado Júnior: 1) Apresentação do conceito sentido da colonização e sua contribuição para o estudo da especificidade da dinâmica econômica brasileira; 2) O debate intelectual acerca do desenvolvimento do Brasil nas décadas de 1950 e 1960; 3) Aspectos do pensamento econômico de Caio Prado Júnior para a caracterização e crítica do capitalismo brasileiro.

3. Interseccionalidade: caminhos para uma ciência histórica mais humana.

Ministrante: Fabianne Nayra Santos Alves – mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Hora/Aula: 3h.

As ciências sociais e humanas no Brasil utilizaram em sua constituição como área de conhecimento uma instrumentalidade teórico-metodológica eurocêntrica e norte-americana que, por décadas, invisibilizou a diversidade que não fazia parte do cotidiano daquelas nações. Gênero, raça e classe são recortes temáticos atuais muito necessários no meio acadêmico e, principalmente, fora dele, mas ainda não conseguem dar conta das demandas conceituais da sociedade brasileira. A Interseccionalidade surge a partir de questionamentos que sequer foram feitos pela elite intelectual europeia ou norte-americana e se desenvolve como arcabouço teórico-metodológico com o objetivo de abranger falas, pensamentos, espaços, territórios, identidades antes vistas apenas como objeto de estudo, poucas vezes como características de sujeitos agentes de sua própria história. Nosso objetivo é discutir a interseccionalidade a partir da perspectiva do feminismo negro e, assim, apresentar possibilidades de enegrecer e diversificar a produção de conhecimento feita na universidade.

4. Pesquisa científica nas ciências humanas: ferramentas facilitadoras de pesquisa.

Ministrante: Benjamim Oliveira da Rocha. Mestre. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Luanna Klíscia de Amorim Mendes.

Hora/Aula: 2h.

O mundo globalizado e a internet se inserem no meio acadêmico cada vez mais com propostas de ferramentas de pesquisa. Livros, artigos, autores de outros estados e países que seriam, anteriormente, quase impossíveis de se encontrar estão, atualmente, a alguns cliques e passos de distância. Essa oficina, tendo em vista a falta de informação de como utilizar essas ferramentas e sabendo das limitações de busca no "Google", propõe-se a auxiliar os pesquisadores interessados a aprenderem como utilizar alguns sites e mecanismos on-line de busca e interação com seus objetos de pesquisa.

HORÁRIOS DOS MINICURSOS E DAS OFICINAS

MINICURSO/OFICINA	04/09	05/09
MC1	13h-14h30	13h-14h30
MC2	13h-14h30	13h-14h30
MC3	13h-14h30	13h-14h30
MC4	13h-14h30	13h-14h30
MC5	13h-14h30	13h-14h30
MC6	13h-14h30	13h-14h30
MC7	13h-14h30	13h-14h30
MC8	13h-14h30	13h-14h30
MC9	13h-14h30	13h-14h30
MC10	13h-14h30	x
MC11	13h-14h30	13h-14h30
MC12	x	13h-14h30
MC13	x	13h-15h30
MC14	13h-14h30	13h-14h30
O1		13h-14h30
O2	13h-14h30	13h-14h30
O3	13h-14h30	13h-12h30
O4	x	13h-14h30

LANÇAMENTO DE LIVROS

Dia: 03 de setembro de 2019

Horário: 18:00h

Local: Auditório da Reitoria

1. Título: Cabeça Preta: pesquisas sobre a questão racial em Alagoas

Organizadores: Jeferson Santos da Silva, Sérgio da Silva Santos, Denivan Costa de Lima, Williem Silva de Freitas e David José Silva Santos (Orgs.)

Editora: Instituto do Negro de Alagoas (INEG)

Ano: 2017

Resumo: Através de temas como educação, ensino, currículo, religiões de matrizes africanas, identidade racial, mulheres negras, cultura rastafári, hip hop, dança, Capoeira e diáspora, esses pesquisadores apontam para a denúncia do caráter estruturante da raça e do racismo na sociedade brasileira e suas particularidades no Estado de Alagoas. Seus estudos não apontam apenas para a diversidade de manifestação da prática racista; a leitura do conjunto dos diferentes capítulos conduz o leitor para enxergar a raça e o racismo como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele [...]. Os trabalhos que compõem Cabeça Preta – pesquisas sobre a questão racial em Alagoas surge nesse momento histórico de recrudescimento do pensamento conservador na sociedade brasileira, caracterizado por suas intransigências, miopias e desqualificação dos debates sobre a questão racial, o que contribui para a permanência da dominação entre raças. Dessa forma, para esses intelectuais e ativistas negras e negros, a luta política torna-se mais árdua, pois pretendem demonstrar para a sociedade a dimensão da força da raça e do racismo nas mais diferentes áreas e campo social, como entrave para uma democracia mais completa, para se construir um lugar melhor para se viver, para fazermos, de fato, como observava Milton Santos, parte da nação brasileira.

2. Título: Travestis: carne, tinta e papel

Autor: Elias Ferreira Veras

Editora: Appris

Ano: 2019

Resumo: Ao contrário do que encontramos na maioria dos escritos de historiadores, nesse livro os corpos se fazem presença, nele se faz o relato histórico do regime de corpos, dos modelos de corporeidade, das técnicas de produção corporal, das tecnologias de fabricação de corpos, que se fazem presentes e se modificam entre os anos setenta e oitenta do século XX, mais especificamente no Brasil e na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. *Travestis: carne, tinta e papel* faz a história da produção de corpos transgressores, de corpos transgressivos, de corpos

trans. Ele trata da emergência pública do sujeito travesti, de como esse lugar de sujeito foi produzido e habitado historicamente no Brasil. Redefinição do próprio conceito de travesti, que deixa de ser algo que se porta, que se veste, que se desfila com ele, para ir se tornando uma condição, um lugar de sujeito, um ser, uma identidade de gênero, que vai se deslocando do masculino para o feminino e que, mais recentemente é incorporada às identidades designadas como trans, de transição, de transversalidade, de atravessamento das fronteiras binárias definidas social e culturalmente para os sexos e para os gêneros (Durval Muniz de Albuquerque Júnior).

3. Título: Michel Foucault: ressonâncias contemporâneas

Organizadores: MARINHO, C. (Org.) ; VERAS, E. F. (Org.) ; SOUSA, A. A. P. (Org.); FERNANDES, D. G. (Org.) ; DAMASCENO, R. L. (Org.)

Editora: CRV

Ano: 2017

Resumo: Problematizar o presente constitui uma tarefa mais difícil e árdua do que, à primeira vista, se poderia pensar. Não tanto porque nosso presente histórico se mostre mais complexo e multifacetado do que já o foi um nosso passado não tão distante, embora isso não deva ser de todo desconsiderado. Com efeito, sem o menor desprezo pelo real e por suas vicissitudes, o gesto da problematização talvez requeira algo outro, ou algo mais do que a mera atenção aos traços, às especificidades e às idiossincrasias de nossa contemporaneidade; em todo caso, enfim, esse gesto talvez requeira algo como uma (mudança de) atitude, desde e mediante a qual a relação com qualquer tema ou assunto relativo à nossa realidade histórica no presente deve ser tensionada, ampliada e, sobretudo, colocada sob o signo do mais cruel e inquietante questionamento, por mais angustiante e incerto que isso possa parecer [...]. No sentido que se faz necessário problematizar a nossa atualidade, o presente livro, iniciativa oportuna do GEF – GRUPO DE ESTUDOS FOUCAULTIANOS/UECE, a partir de contribuições de diversos autores de distintos lugares do Brasil, explora, das mais variadas formas, potencialidades da obra de um dos pensadores mais acionados no mundo atualmente, Michel Foucault, tendo em vista, por um lado, a necessidade urgente e o portentoso desafio de compreendermos o que se passa em nossa pura atualidade, com que forças e problemas lidamos, e, por outro, o imperativo de tecermos formas criativas e produtivas de nos havermos com os desafios e dilemas de nossa condição contemporânea (Sylvio Gadelha).

4. Título: ... como se fosse um deles: Almirante Aragão – memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de Ditadura e Democracia

Autor: Anderson da Silva Almeida

Editora: Editora da Universidade Federal Fluminense – Eduff

Ano: 2017

Resumo: O almirante Cândido da Costa Aragão foi um dos símbolos da resistência ao golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Seu nome tem sido esquecido, tanto nas cerimônias e almanaques oficiais da Marinha, como em outros registros de circulação mais popular. Irônico, porque este homem foi conhecido, no início dos anos 1960 – os do governo Goulart –, como o almirante do povo e, certamente por isso, em chave acusatória, como o almirante vermelho. Por meio da abordagem biográfica, a movimentada vida de Aragão, de soldado a almirante, é narrada pelo autor, preocupado com seus aspectos profissionais e pessoais, em todo o percurso. Até porque o exílio experimentado por Aragão esteve longe de ser um período de falta de atuação política. O livro elucida a trajetória de uma das figuras mais importantes daquele tempo e nos convida a refletir sobre a história recente do Brasil, sobre a ditadura e a democracia.

5. Título: Histórias de trabalhadores e da justiça do trabalho

Organizadores: Marcelo Góes Tavares / Antônio Torres Montenegro

Editora: EdUneal

Ano: 2018

Resumo: O livro intitulado Histórias de trabalhadores e da Justiça do Trabalho tem como um dos seus objetivos, além de narrar a história de trabalhadores e trabalhadoras, e da Justiça do Trabalho, refletir sobre as políticas de arquivamento no Brasil. Resulta do diálogo de professores/pesquisadores de Universidades Públicas do Nordeste, que em suas pesquisas têm focado a história do trabalho e da Justiça do Trabalho. Os autores participantes possuem vínculos em diferentes núcleos e grupos de pesquisa, universidades e programas de pós-graduação, e estabelecem redes de contato, produção e compartilhamento de experiência acadêmicas. A obra é resultado de pesquisas em arquivos nos estados de Alagoas, de Pernambuco, da Bahia e do Ceará. Trata-se de uma coletânea de artigos produzidos no campo da História e em diálogo com as ciências sociais e jurídicas, e contribui para a renovação dos estudos e reflexões sobre a história do trabalho, de trabalhadores, e da Justiça do Trabalho. Apresentam diferentes abordagens teórico-metodológicas formuladas mediante a leitura dos processos trabalhistas, dos jornais dos períodos estudados, bem como por meio da realização de entrevistas orais entre outros registros documentais. Nesse sentido ressaltamos também que o livro permitirá aos leitores conhecerem relatos de experiências de vida e trabalho de trabalhadores de várias categorias profissionais, como também distintas metodologias de pesquisa no estudo e análise de diferentes documentos no âmbito da História do Trabalho e da Justiça do Trabalho. A documentação utilizada pelos autores contempla fundamentalmente os processos trabalhistas individuais ou de grupos de trabalhadores, colocando-a em diálogo com outros registros documentais como fotografias, jornais, panfletos e inquéritos policiais. Por vezes, esse outro conjunto de documentos é parte constitutiva dos processos trabalhistas.

A participação de pesquisadores refletindo, analisando, narrando embates trabalhistas em diferentes estados, contemplando distintas temporalidades vivenciadas por diversas categorias profissionais, revela a complexidade e os desafios postos diuturnamente na constante disputa capital versus trabalho. É por meio desse desafiador cenário que são também projetadas as reflexões teóricas acerca da intervenção do Estado nas lides trabalhistas por meio dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT). O livro é composto pelos seguintes capítulos: “Justiça do Trabalho: entre a história e a memória” de Antonio Torres Montenegro e Regina Beatriz Guimarães Neto; “O Memorial Pontes de Miranda e o acervo do TRT 19.^a Região/Alagoas: um território fecundo para a história do trabalho e lutas por direitos” de Marcelo Góes Tavares; “Conflitos sobre o fazer-se da justiça no TRT – 7.^a Região (anos 1940 e 1950)” de Maria Sângela de Souza Santos Silva; “Sindicalismo, Estado e disciplina operária: a luta contra a assiduidade 100% (Salvador, BA, 1946-1950)” de Edinaldo A. de Oliveira Souza; “Palavras em luta: toponímia e nomenclaturas utilizadas para designar os trabalhadores rurais nos processos das JCs do TRT – 6.^a Região na zona da mata canavieira de Pernambuco” de Christine Rufino Dabat; “A nova plantação de cana: a trajetória de um trabalhador rural e sua família no Brasil nos anos 1970” de Pablo F. de A. Porfirio; “Trabalhadores rurais da Zona Canavieira de Pernambuco: das reclamações trabalhistas à luta pela terra (1980-1990)” de Samuel Carvalheira de Maupeou; “O jipe ‘Chapéu de Couro’ e o trabalhador ‘Chapéu de Palha’: a montadora Willys Overland e a Usina São José S/A” de Márcio Ananias Vilela e Karlene Sayanne F. Araújo; e “Duração do trabalho no meio rural - aspectos pessoais e econômicos – o tempo de percurso do trabalhador: residência/trabalho/residência” de Eneida Melo Correia de Araújo.

6. Título: Vai, Carlos, ser Marighella na vida. Outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia.

Autor: Ricardo Sizilio

Editora: Edufba

Ano: 2019

Resumo: O tema principal do livro é o político e militante comunista baiano Carlos Marighella. O maior desafio da obra é o conjunto de mitos que foram engendrados em torno da figura estudada. A partir das biografias de Marighella e de outras fontes, o autor reconstrói parte da trajetória desse importante personagem da história política brasileira do século XX, fornecendo novas informações sobre a sua vida e revelando aspectos relevantes do contexto em que o comunista atuou.

7. Título: O que restou é folclore

Autor: Jeferson Santos da Silva

Editora: Imprensa Oficial

Ano: 2018

Resumo: Na obra, o autor analisa como os estudiosos do Negro em Alagoas construíram uma abordagem que acabou por aprisioná-lo em nosso passado colonial. A consequência foi, e é, a não abordagem das questões daquela população no âmbito das relações raciais brasileiras. A manutenção de uma linguagem folclórica no tratar das questões negras foi fator fundamental para que as desigualdades raciais no pós-abolição não fossem se quer mencionadas. Nesse sentido, Silva propõe uma reviravolta na forma de se analisar as questões da população negra local, numa tentativa de fomentar o debate sobre as condições desta população na atualidade.

8. Título: A época moderna e o Brasil Colonial: conceitos, fontes e pesquisas.

Autor: Gian Carlo de Melo Silva

Editora: EDdufal

Ano: 2019.

Resumo: A coletânea Histórias da Época Moderna e do Brasil Colonial: conceitos, fontes e pesquisas, tem o intuito de abordar diversos temas ao longo de mais de três séculos, que envolvem o Brasil Colonial, o Mundo Atlântico e, por que não dizer, a História Moderna. Afinal, estamos falando de um mundo conectado, com circulação constante de pessoas, ideias e mercadorias. O texto foi dividido e agregado por temas correlatos, sem grandes divisões para permitir uma narrativa mais fluida e uma leitura mais prazerosa dos diversos textos. Começamos nossas narrativas com a análise da presença religiosa e missionária, algo que marcou a História Colonial. O Brasil, com sua vastidão foi espaço de ação de muitas ordens, entre elas a Jesuíta, que em meados do século XVI já se fazia presente, após ter sido criada na Europa, sendo um dos fatos que marcam a História Moderna. A vantagem dos estudos presentes nesta coletânea, acha-se, primeiramente, na não tomada de um parti-pris definido à priori no que diz respeito às grandes sínteses da historiografia do período moderno ou colonial brasileiro. Em segundo lugar, a perspectiva destes estudos não privilegia determinadas geografias, como se fez com o Sudeste, para a compreensão da sociedade brasileira da época em questão na sua unidade e na sua pluralidade. Muitos estudos versam sobre os processos vividos nas regiões norte e nordeste, regiões assaz negligenciadas pela historiografia mais hegemônica. Além disso, a organização desta coletânea investe na ideia de que há muitos processos, grandes e pequenos, centrais e periféricos, que ainda precisam ser estudados e compreendidos para que se faça uma imagem mais detalhada, rigorosa e plural do passado brasileiro da época moderna.

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

01 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA E PRÁTICAS DOCENTES: CONHECIMENTO, CURRÍCULO E PODER.

COORD. DRA. LÍDIA BAUMGARTEN (UFAL)

DR. ANTÔNIO ALVES BEZERRA (UFAL)

Este Simpósio Temático contemplará a discussão de propostas de trabalho que analisem e dialoguem, a partir de estudos de caso, relatos de experiências e/ou discussões bibliográficas, as relações entre formação inicial e continuada de professores de História, diretrizes curriculares para formação de professores e para a Educação Básica, práticas docentes acerca da disciplina de História e seu ensino nos sistemas educacionais. Dessa forma, o ST fomentará reflexões e debates acerca da disciplina de História e seu ensino em âmbito local, regional e nacional. Para tanto, serão aceitos trabalhos que se propõem a discutir os embates relacionados à disciplina de História no currículo escolar e a formação inicial e continuada de professores de História e com as diferentes formas de negação da disciplina enquanto parte integrante do currículo e lugar historicamente demarcado por esta na cultura escolar. Em face disso, fomentaremos reflexões em torno da produção acadêmica sobre o ensino de História, suas narrativas, formação de professores com ênfase no ensino e na pesquisa, problematização das experiências didáticas dos professores da Educação Básica em diálogo com referenciais teóricos, focando nos projetos institucionais de formação de professores de História com financiamento público (PIBID e Residência Pedagógica) no sentido de estreitar laços entre teoria e prática, escola e universidade.

Sessão I (04/09/19)

1. PIBID, ensino de história e questões de gênero: relato de experiência na Escola Estadual de Educação Básica Costa Rêgo em Arapiraca/AL.

Tácio Soares Ferreira Barros - Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas e bolsista de iniciação à docência no PIBID/MEC/CAPES/UNEAL.

O escrito apresenta os resultados produzidos a partir da oficina pedagógica “Gênero e História: (re) pensando o papel da mulher na História do Brasil” na Escola Estadual de Educação Básica Costa Rêgo, localizada no município de Arapiraca/AL. A oficina foi elaborada por um dos grupos que compõem o núcleo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência do subprojeto de História da Universidade Estadual de Alagoas, objetivando preencher a lacuna reservada às questões de gênero no referencial curricular da disciplina de História. Para tal, estudamos o currículo da disciplina em níveis nacionais e regionais. Apesar de aparecer nas Diretrizes Curriculares Nacionais – e no Referencial Curricular

alagoano –, a discussão sobre as questões gênero segue invisibilizada dentro das práticas de ensino da história. Além disso, visitamos vasta bibliografia acerca da temática, para, assim, conduzir a elaboração da oficina e as reflexões posteriores a realização desta. Outrora, a invisibilidade das questões de gênero tende a agravar-se, haja vista a conjuntura atual do país, onde cresce o cerceamento da liberdade de cátedra tanto no ensino básico quanto no ensino superior; principalmente no que se refere ao termo gênero, cunhado por Scott (1995, p. 86) como, “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...] e uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Nesse sentido, a produção da oficina também empenha seu papel político – que não está de forma alguma desassociado da prática docente. Nas discussões aqui empenhadas buscamos discutir, entre outras coisas, a recepção dos alunos à temática e como estes relacionam-se com as questões levantadas sobre: relações de gênero, sexualidade, feminilidades, masculinidades etc; tudo isso relacionado ao tema proposto em oficina: o papel da mulher na História do Brasil. Deste modo, investigamos novas práticas docentes para a atualização do currículo em questões de gênero. Nessa perspectiva, o relato de experiência aqui apresentado, busca contribuir para o aprimoramento das práticas de ensino de história visando preencher a lacuna curricular referente às questões de gênero.

2. Formação de professores de história: um encontro com as escolas e salas de aula da Educação Básica (2015-2018).

Jonathan Vieira da Silva – Graduando – História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Antônio Bezerra – Doutor e Professor do Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes, curso de História.

O escrito analisa os Relatórios de Estágio Supervisionado I, da Universidade Federal de Alagoas, do curso de História - Licenciatura, na tentativa de compreender e problematizar como são ministradas as aulas de história por professores da rede regular de ensino do estado de Alagoas ao proporcionar a aprendizagem de novos professores, destacando a formação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a formação inicial e continuada dos professores regentes e metodologias de ensino por estes aprimoradas no contexto das salas de aula. Assim, a comunicação em questão, pauta-se no projeto financiado pelo Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado “Formação e atuação de professores de História: uma análise dos relatórios de estágio supervisionado I do curso de licenciatura em História da Ufal: 2015-2018”, de autoria e orientação do professor Antonio Alves Bezerra. A metodologia da pesquisa, parte da teoria de Análises de Redes Sociais (ARS), bastante utilizada dentro da Antropologia e das Ciências Sociais, que ocorre através da perspectiva “pela qual os atores são conectados uns com os outros por sua filiação com eventos e, ao mesmo tempo, os eventos são conectados pelos atores que são seus membros” Minella [1] (2007, p.37). A rede aparece quando determinados eventos

que promovemos, nos enquadram em determinados grupos. Nesse aspecto, nota-se que o trabalho em tela foi dividido em duas seções: a primeira é a importância do PPP para uma vivência escolar pautada na multietnicidade de seus integrantes e uma colaboração para um ambiente propício ao desenvolvimento crítico dos estudantes, com isso, o PPP representa ligeiro alinhamento entre a função social da escola e as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores no contexto das salas de aula. A segunda parte, por sua vez, apresenta reflexões acerca das aproximações de determinadas práticas pedagógicas que colaboram com o projeto “Escola Sem Partido”, essa aproximação, ocorre através de formas subjetivas e confira riscos para a formação da criticidade dos estudantes, pois em sua gênese e em seu desenvolvimento, o referido projeto, é desproporcional e incompatível com as prerrogativas previstas na Carta Constitucional de 1988 e na própria LDBEN (1996), cujo teor é indicativo de substituir o ensino crítico, por um ensino dogmático e anticientífico. Apesar de existirem relatórios de Estágio que demonstram certa aderência as ideias do projeto “Escola Sem Partido”, em proporção maior percebe-se a existência de práticas pedagógicas que resistem e buscam criar caminhos entre o passado e o presente, delineando condições para que os estudante tenham autonomia de construir suas hipóteses e linhas de reflexões plurais, fazendo com que eles compreendam a dialeticidade das especificidades dos movimentos sociais, e consiga, decerto, lutar por uma sociedade democrática, fraterna e igualitária.

[1] MINELLA, A.C. Análise de redes sociais, classes sociais e marxismo. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.28, n.83, 2013, p.185-194.

3. Literatura no ensino de História?

Sheyla Jayane Tavares Silva – Graduanda - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

No ensino de história pode-se utilizar diversas linguagens – uma delas é a literatura. Segundo Guimarães (2012) “ensinar história, articulando-a com a literatura, expande o diálogo com outras áreas do conhecimento, outras manifestações da experiência humana”; pode-se, assim, construir de forma mais ampla, coletiva e autônoma o conhecimento, valorizando coisas mais tangíveis do mundo do discente a partir da leitura. Reforçando, então, na nossa prática docente a ideia de Paulo Freire de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, tenta-se trazer para a história uma possibilidade na construção desse saber tão expansivo. “Trata-se, portanto, de ensinar aos alunos não a contemplar o ‘edifício da história’ como algo já pronto, mas de ensinar-lhes a edificar o próprio edifício” (Ruiz, 2015). Em consonância com Bittencourt (2011) “os estudos de textos literários têm assim como objetivo não apenas desenvolver o ‘gosto pela leitura’ entre os alunos, mas também fornecer condições de análises mais profundas”; é justamente essa a nossa intenção: levar aos nossos alunos mais do que o óbvio. Levando em consideração os autores posteriormente abordados, trazer a obra ‘São Bernardo’ foi, mais do que

uma mera ilustração, uma janela encontrada para que os alunos possam analisar um período a partir de um olhar carregado das marcas da época e ao mesmo possam se sentir representados e situados no contexto abordado pelo livro, que é escrito por um alagoano que fala sobre Alagoas, traz a regionalidade na escrita e fala de relações sociais e de trabalho no período da Primeira República; o romance de Graciliano Ramos caiu então como uma luva para a proposta abordada neste trabalho, que tem como objetivo abordar o “resgate da mentalidade de diferentes grupos sociais de uma época para o ensino de História [através da] [...] literatura” (Abud et al). Na nossa experiência utilizamos o arquivo digital do livro ‘São Bernardo’ de Graciliano Ramos, então fizemos uma discussão guiada do livro, seguindo uma sistemática de extração de percepções e aprofundamentos na análise da obra, usando o percurso didático escrito por Abud et al (2010) e com a formulação de um resumo do livro, de entendimento da obra. Buscamos trazer a linguagem literária para o ensino de história não apenas como um elemento ilustrativo, mas como uma forma de expandir as dimensões de ensino e história na construção do conhecimento. Aproximar os discentes da história local, dando-os uma nova visão dos ambientes ocupados pelos mesmos e mostrar a visão da mulher e do trabalhador no período da Primeira República, em consonância com a mentalidade de um autor do mesmo período. Notou-se uma gama de percepções primárias que foram em alguns casos se desconstruindo e em outros casos se reafirmando. Teve-se também uma maior interação da turma, com contrapontos e debates sociais atuais, construindo um saber do mundo mais autônomo e livre, além de uma construção imaginativa coletiva de um período histórico na sociedade alagoana, suas implicações políticas e sociais e suas diferenças da sociedade atual, como a questão do ‘lugar’ da mulher e do trabalhador. Incomodou-nos a quantidade baixíssima de discentes que efetivamente fizeram a leitura completa do texto, e a falta do hábito de leitura que não é esperada em concluintes do ensino médio. Constatou-se o já antes teorizado por Abud et al (2010): o uso da literatura em sala de aula possibilita a construção de conhecimento histórico de maneira compartilhada e proporcionalmente dinâmica.

4. O cineclube como ferramenta pedagógica para o ensino de História no Programa de Residência Pedagógica.

Rayane Barbosa de Almeida – Graduanda de Licenciatura em História -
Universidade de Pernambuco (UPE).

Valeriani da Silva Florêncio – Graduanda de Licenciatura em História -
Universidade de Pernambuco (UPE)

O desenvolvimento desse trabalho se insere no contexto das atividades realizadas pelo Programa de Residência Pedagógica, na Escola Municipal Ernesto Ribeiro, localizada em Carpina. A proposta de inserir um cineclube na escola, tem como objetivo utilizar recursos audiovisuais como fontes para o ensino de história no 7º ano do fundamental II, a fim de provocar reflexões sobre as relações entre Cinema e os conteúdos de História abordados em aula. Através da seleção das obras, ação

cinclubista (exibição) e debate, alunos e professores terão contato com o cinema numa abordagem diferenciada.

5. Práticas do ensino de História no Instituto Federal de Alagoas.

Natalia Santos Freitas – Mestrado em Educação/Docente de História – Instituto Federal (IFAL).

Este trabalho vem compartilhar das práticas pedagógico-metodológicas direcionadas aos eixos de diversidade, inclusão étnico-racial e de gênero desenvolvidas em aulas de história do ensino médio integrado e na Licenciatura de Física (com a disciplina Educação, Diversidade e Inclusão social) do Instituto Federal de Alagoas (Campus Maceió). O objetivo das atividades realizadas foi/é de: 1) visibilizar sujeitos marginalizada (o)s na história; 2) construir outras narrativas históricas; 3) educar a(o)s estudantes dos dois níveis de ensino em questão a uma vivência escolar não discriminatória.

6. Realidade alagoana: afro-formação.

Clara Suassuna - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

O estado de Alagoas apresenta uma realidade interessante quando nos referimos as formações para a rede de ensino. A grande maioria das escolas municipais e estaduais de ensino estão de acordo com o que estabelece a LDB em relação lei 10.639/03, mas como as práticas estão acontecendo dentro dos estabelecimentos escolares? Hoje, os professores da rede têm alguma leitura teórica sobre o assunto, mas pecam na hora da aplicabilidade na sala de aula. Como aplicar e como fazer? São as perguntas mais frequentes e muitos dos profissionais em educação não encontram saída. Por que? As práticas podem ser produzidas a partir do cotidiano brasileiro, mas muitos dos docentes não conseguem identificar os espaços afro-brasileiros. Quebrar essa barreira não é tão difícil, pode ser de uma forma prazerosa, contínua, mas ao mesmo tempo com responsabilidade e por conhecimento científico.

Sessão II (05/09/19)

1. A experiência no Pibid como elemento formativo de professores de História.

José Antonio Gabriel Neto – Doutorando em Educação - Universidade Federal do Ceará (UFC).

A partir de 2007, a CAPES passou a fomentar a formação docente em nível nacional. Objetivamos entender como se constroem os saberes de formação e experiência em estudantes participantes do PIBID de História da Universidade

Federal do Ceará. Foram realizadas entrevistas com bolsistas de iniciação à docência. Constatou-se que o programa é fundamental para os bolsistas e promove interação entre universidade e escola. Verificamos ainda que as escolas não têm estrutura para realização das atividades propostas, sendo que estas ficam em segundo plano, ocupando espaços como anfiteatros e pátios.

2. Ideologia de gênero: a manutenção dos papéis sociais.

Lêni Bernardo dos Santos – Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)

Diogo Evandro dos Santos – Graduado pela FAFOPS

Nessa comunicação tentaremos apresentar argumentos que possam ajudar a desconstruir o mito da ideologia de gênero, buscando ligá-lo a institucionalização da pedofilia, o feminicídio e lgbtfobia que tem obtido um crescimento considerável recentemente. Por meio da construção de uma discussão acerca da educação sexual e de gênero como fator fundamental para a reversão de tais contendas sociais que permeiam os pilares da sociedade fálica brasileira. Em especial a partir da ruptura política iniciada em 2014. Estabeleceremos um diálogo a respeito da criação do mito da ideologia de gênero como artifício de ascensão de uma nova onda conservadora no país. Que tem por objetivo retroceder os avanços educacionais e permitir a manutenção deste status quo. Por fim, buscaremos mostrar a importância do debate de gênero e sexualidade nas salas de aula, como um mecanismo de proteção da criança e do adolescente, de modo a desconstruir os papéis sociais empregados ao gênero biológico como fator coercitivo de tipo ideal de indivíduo. Tratando de forma clara e objetiva a manipulação por trás da criação do mito da ideologia de gênero dentro da sociedade brasileira atual, listando os índices de violência sexual e feminicídio objetivando a falta de debate sobre este assunto e sua obscurização.

3. O Ensino de História em Tempos de Perda de Autonomia e de Liberdade: Formação de Professores e o papel da Residência Pedagógica.

Lídia Baumgarten – Doutora – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A proposta do trabalho é apresentar algumas discussões e reflexões sobre a formação do professor de História e o papel do Programa da Residência Pedagógica, especialmente no Estado de Alagoas, considerando o contexto do Estado em que o trabalho docente se dá, na sua grande maioria, a partir do trabalho do monitor. Por meio da análise do referencial curricular do Estado, dos relatórios de estagiários e dos residentes e das observações feitas nas escolas no momento em que acompanhamos os discentes, pretende-se problematizar questões como a formação inicial e continuada, quais as dificuldades enfrentadas por professores recém-formados e já formados há algum tempo, ou que estão em processo de formação, quais metodologias e linguagens utilizar para que o aprendizado do conhecimento histórico seja mais significativo e faça sentido na vida do estudante, e

como “sobreviver” num contexto de incertezas da profissão, da falta de reconhecimento do trabalho docente, dos constantes ataques e perseguições e da perda de autonomia e liberdade dos professores de História em sala de aula. Nossas reflexões terão como base teórica: Penna (2018), Schmidt (2004), Cainelli (2006), Rüsen (1992), Fernandes (2005), Guimarães (2003), Monteiro (2001), Bittencourt (2005), Pimenta (1994, 1996, 2005/2006), entre outros autores.

4. Uso da música no ensino da temática afro na educação de jovens e adultos.

Lourival Alves Cavalcante Junior – Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas, voluntario do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

Samuel Costa Silva – Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

Maria Gabriela Simplício Ribeiro – Graduanda em História pela Universidade Estadual de Alagoas, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

O objetivo do artigo é discutir sobre o ensino de história na Educação de Jovens e Adultos, modalidade da educação básica. Serão abordados os desafios encontrados no ensino, especialmente das temáticas afro-brasileiras, a partir da experiência de alunos graduandos do curso de licenciatura em história da Universidade Estadual de Alagoas – campus III iniciados no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) com o subprojeto “Saberes e práticas do ensino de História afro e indígena: memória, imagem, oralidade e patrimônio”. O foco do artigo é o uso da música nas atividades de ensino com temas relacionados a cultura afro-brasileira. A grande maioria dos conteúdos na área de história chegam aos docentes de maneira bastante teórica e até mesmo densa, cabe a estes a tarefa de buscar caminhos para adaptação, tendo em vista a melhor transmissão do conhecimento para os alunos da EJA. Um desses caminhos é o uso da música, identificando referências que podem ser analisadas mais a fundo e relacionadas aos conteúdos de história, buscando assim, facilitar a assimilação e aprendizado por parte dos estudantes. A fundamentação metodológica utilizada para compreensão e análise desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica em fontes diversas, uma vez que permite uma investigação aprofundada das peculiaridades do contexto educacional da EJA e busca soluções para as poucas estratégias didáticas aplicadas a essa modalidade de ensino. Além disso, também foi adotado o método de observação participante durante a execução das dinâmicas musicais que possibilitaram a interação entre os alunos e o cenário multicultural nacional. Para alcançar o objetivo estabelecido, foi trabalhado em sala de aula apresentações musicais no formato voz/violão que possibilitaram a reflexão e valorização da rica diversidade étnica-racial do povo brasileiro, assim como facilitou os debates a respeito das desigualdades sociais e do mito da democracia racial, por meio de uma linguagem simples e com utilização no cotidiano desse público educacional. A partir dessa perspectiva, as principais

referências bibliográficas utilizadas foram: FREIRE (1987), GOMES (2006), GOMES et al. (2015).

5. O ensino de História de Alagoas na rede pública estadual de Alagoas: dos anos finais da ditadura civil-militar à lei da mordça (1980 - 2016).

Felipe da Silva Barbosa – Mestre em História/PPGH/UFAL e Graduado em História/CESMAC.

Este trabalho, a partir de um método indiciário, reconstitui historicamente os discursos políticos e as práticas político-pedagógicas propostas e/ou reproduzidas nas salas de aula da rede pública estadual de Alagoas por meio da análise de propostas curriculares, livros técnicos para professores, e livros didáticos para estudantes sobre a história de Alagoas no contexto dos anos de 1980 a 2016.

02 - GÊNEROS, EXPERIÊNCIAS E IDENTIDADES: REPENSANDO FEMINILIDADES E MASCULINIDADES. COORD. MAGALI GOUVEIA ENGEL (UFBA)

Atualmente uma das questões fundamentais que orientam as discussões no âmbito da história das relações de gênero refere-se às possibilidades de análises que contemplem o caráter plural, dinâmico e profundamente complexo das identidades femininas e masculinas. Algumas vertentes interpretativas chegam mesmo a questionar a validade e a legitimidade das categorias masculino e feminino, posto que ambas permaneceriam, de algum modo, referenciadas às diferenciações reducionistas entre sexo/biológico e gênero/cultura. Neste sentido, propomos uma discussão em torno da referida problemática a partir de pesquisas sobre experiências e identidades femininas e masculinas em diferentes contextos históricos.

Sessão I (04/09/19)

1. “Eu já não disse que mulher minha não bebe em balcão”: Identidades masculinas, violência e honra em Feira de Santana, 1960-1970.

Alessandro Cerqueira Bastos - Mestrando em História Social – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Esta comunicação pretende investigar, baseando-se em alguns processos-crimes de homicídio e lesão corporal, a experiência de homens das camadas populares, assim como os significados que estes construíram em torno de suas identidades masculinas, na cidade de Feira de Santana- BA, no período de 1960 a 1970. Buscamos, da mesma forma, compreender como o recurso a violência e as noções de honra, intimamente imbricados, foram acionados nos conflitos cotidianos e que ficaram registrados nestes processos-crimes. Para tanto, recorreremos a uma análise que combine as categorias de gênero, classe e raça, pois consideramos que as

masculinidades só podem ser mais bem compreendidas se consideramos as tramas de poder que fundamentam a sociedade.

2. A violência de gênero como forma de demonstrar masculinidade: do século XX ao ano de 2019.

Eduarda Hortência Santos Sampaio – Graduanda em História – Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Historicamente, nossa sociedade é perpassada por questões que desmoralizam a mulher e tornam o homem mais soberano, por essa razão, ele é estereotipado como o ser detentor da força, da racionalidade e do poder. Já a mulher, fica direcionada à características como delicadeza, sensibilidade e o estereótipo da dona de casa ou “anjo do lar”. Seguindo essas questões, a História mostra que o gênero e a sexualidade são usados como contribuição na desigualdade entre homens e mulheres, assim como, a divisão de classes, e esses fatores contribuem nos casos de violência contra mulher ainda em pleno século XXI. A masculinidade por sua vez é uma construção social, assim como a feminilidade, que acabam sendo associados também ao sexo, ou seja, ao biológico homem e mulher, devido a isso, a visão conservadora atribui que a masculinidade está referente às atitudes vindas dos homens, enquanto a feminilidade refere-se as atitudes das mulheres. Sendo assim, muitos homens ainda usufruem de atos de violência para demonstrar sua masculinidade, com isso, os casos de agressão às mulheres continuam a crescer no Brasil, e por nossa sociedade ser machista, os movimentos feministas e as leis contra violência de gênero chegam para abalar a estrutura conservadora e mostrar que todos devem ser respeitados e que atos agressivos devem ser julgados e punidos, para que assim, a sociedade adapte-se e compreenda que violência não mostra soberania entre os seres.

3. Sexualidade, gênero e violência contra a mulher: relações do fazer psicologia, e a educação em uma escola pública.

Evilânia da Rocha Santos – Graduanda em Psicologia – Estácio (FAL).

O presente trabalho apresenta o relato de experiência e discussões surgidas a partir de um projeto de extensão realizado com jovens de uma escola pública estadual de ensino fundamental no estado de Alagoas, Brasil. A educação é entendida como um dos pilares de qualquer sociedade, todos seus valores, normais e questões culturais são transmitidos aos indivíduos através da educação, seja ela formal (na escola, por exemplo), ou informal (a educação familiar). Sendo assim, a educação passa ser uma importante ferramenta de transformação social, uma vez que através dela podem-se repensar diversos valores e ensinar a sociedade relações sociais mais igualitárias. Tendo em vista os grandes índices de violência contra as mulheres, no nosso estado, onde se observa a necessidade de iniciativas voltadas a prevenção e combate à violência contra a mulher e trazer para a população discussão sobre questão de gênero, sexualidade e violência contra a mulher. Com o intuito de trazer

para o ambiente escolar e criar multiplicadores, o projeto é destinado às alun@s das escolas públicas, onde os números agravantes de casos de práticas das diversas tipificações de violência contra a mulher, vem aumentando progressivamente, resultado de uma cultura machista e sexista impostos culturalmente em nosso cotidiano. O principal objetivo do projeto foi desenvolver atividades relacionadas ao gênero, sexualidade e violência contra mulher com jovens a partir da psicologia social e do feminismo. Entende-se que essas discussões têm se apresentado com temáticas importantes para a formação de indivíduos com ênfase no combate ao preconceito e as desigualdades que levam às diversas situações de violência, sendo a educação uma importante ferramenta de transformação social, uma vez que através dela podem-se repensar diversos valores e ensinar a sociedade relações sociais mais igualitárias, abrindo o diálogo na sala de aula para que a debate com os alunos sobre esses temas. Nesse sentido foram realizadas 6 oficinas quinzenais a partir das seguintes temáticas: vivência de juventude feminina e masculina, estereótipos e papéis sociais relacionados a homens e mulheres, orientação sexual e violência contra a mulher. Ao todo participaram das oficinas 46 jovens, entre 13 e 18 anos, estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Durante a realização das oficinas os estudantes realizaram debates sobre a sexualidade, gênero e violência contra mulher, de forma que todos pudessem compreender e fazer reflexões a respeito das questões abordadas, também foram confeccionaram cartazes, para que pudessem mostrar o que eles entendem a respeito dos temas que foram debatidos e assistiram nos curtas-metragens. Ao final do projeto de extensão, considera-se que os estudantes (do ensino fundamental e da graduação) que participaram dessas discussões demonstraram uma reflexão sobre os temas abordados e entende-se que ações como a essa podem ser significativas a longo prazo contribuindo para a diminuição das desigualdades de gênero.

4. Orientação sexual na escola: Concepções de adolescentes de Delmiro Gouveia

Gigliane Pereira Fontes – Graduanda em História – UFAL/ Campus Sertão

Emília Carolina Gomes Oliveira – Graduanda em História – UFAL/ Campus Sertão

Luciana Juvêncio Silva – Graduanda em História – UFAL/ Campus Sertão

O objetivo do trabalho é identificar o conhecimento dos estudantes de Delmiro Gouveia em relação a educação sexual escolar. Sendo a mesma um ambiente social no qual o estudante passa grande parte de sua vida, local onde se inicia os primeiros contatos interpessoais, desta forma, a escola tem como dever contribuir para com uma educação sexual de qualidade e igualitária, não se limitando apenas a informar mais também a discutir, refletir e questionar. Discussões sobre DSTs e gravidez na adolescência ainda são o grande foco nas escolas, onde a educação sexual se limita a tais temáticas, quando elas são abordadas. A orientação sexual nas escolas não deve ser limitada a questões biológicas, deve ser mostrada em outras dimensões, dos sentimentos, das emoções e desta forma tal tema deve ser tratado de forma natural,

discutido e questionado, não transformando em sinônimo de constrangimento ou tabu. É de suma importância que tal tema seja abordado nas escolas, porém não se pode esquecer da educação sexual familiar, pois a participação da família vem antes da escola. Esta que é mediadora da educação dos filhos, desempenha um grande papel na construção do pensamento crítico, social e cultural dos jovens, nos levando a refletir como ela atua na disseminação desses saberes, que são tão decisivos na vida de um jovem. Será que de fato ainda há preconceitos, receios ou controversas sobre tal posição? Em pleno século XXI, será que as famílias conseguem conversar com filhos sobre intimidade, sentimentos, menstruação, relação sexual, gravidez ou aborto? Ou será que ainda prevalece esse tabu? Sabemos que, a educação começa primeiro em casa e é no seio da família, que se tem os primeiros contatos com as descobertas acerca das fases da vida. A interação entre a comunidade e a escola será de fato importante para a introdução de tais temas no currículo escolar? A escola disponibiliza uma formação continuada para juntamente com os profissionais docentes abordar, tais questões que viabilizem a discussão acerca de tais temas encarados como tabus pela sociedade? São muitas as questões que podemos retratar aqui, mas, o que cabe ressaltar é justamente quais as medidas que as escolas estão tomando ao lidar com essas temáticas. Trabalhar estas questões no espaço escolar como já exposto é de fato bastante relevante, mas, de uma forma igualitária, como por exemplo, a inserção dos alunos homo afetivos LGBTQI+ nesses debates que, ao longo da história foram menosprezados e tratados como inferiores por uma sociedade totalmente preconceituosa e conservadora. Lidar com estas temáticas no ambiente escolar é trazer informação de qualidade também para as minorias (mulheres e comunidade LGBTQI+), que de certa forma sofrem mais com os tabus atrelados à sexualidade. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, sendo os dados obtidos através de questionários respondidos por alunos de escolas municipais, estaduais e professores. O trabalho tem como foco adolescentes, pois na nossa concepção são os mais atingidos pela falta de esclarecimentos, problematização e os preconceitos existentes. Sendo o momento do ápice das transformações de seus corpos, como por exemplo, voz, crescimento dos pelos, menstruação, crescimento dos seios e maturação dos órgãos sexuais, acnes entre outros.

5. Rumo a um currículo estranho: descolonizar narrativas para CuiRizar o currículo.

Késia dos Anjos Rocha – Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Alfrancio Ferreira Dias (Orientador) – Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

A partir do diálogo entre as teorias decoloniais e queer procuro investigar produções literárias infanto juvenis de escritoras contemporâneas que se apresentem como contradiscursos diante de concepções normativas de gênero, sexualidades, raça e classe. Compreendo essas produções como práticas discursivas

ativistas dissidentes, ou seja, são produções artísticas que, a partir de um engajamento político, questionam as formas hegemônicas de organizações e relações sociais. A intenção é pensar como essas práticas nos auxiliam a trilhar um caminho rumo à descolonização de nossos currículos.

6. SURGE UM SOM: a formação da Banda Fanfarra Ethelda Amorim e as relações de gênero nesse campo.

Silas Pita Pereira: Graduando – Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Este artigo tem como intuito descrever a formação da Banda Fanfarra Ethelda Amorim de Vasconcelos, além de discutir as relações de gênero presente na fanfarra. Metodologicamente este trabalho está pautado em coletas de informações resultantes de idas aos ensaios da banda fanfarra, além de entrevista com NUNES (2019) e RIBEIRO (2019) e utilizo como referencial teórico LEÓN (2014), ANDREOLI (2010) além do uso de fotografias. A ideia desse trabalho é mapear as posições dentro da fanfarra e como essas posições são interpretadas e como se relacionam.

Sessão II (05/09/19)

1. Maceió Pós Abolição: um breve estudo sobre as trabalhadoras da capital alagoana na virada do século.

Sandra Catarina de Sena – Mestra em História - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Mulheres como a “Nega Luiza” das crônicas de Pedro de Carvalho Vilela, indicam importantes caminhos para investigação sobre os locais de trabalho em Alagoas no período pós abolição da escravidão, assim como as experiências das trabalhadoras, que por diversos “motivos” nunca tiveram alguma notoriedade nas histórias sobre trabalho na Primeira República, entretanto foram parte central nas pesquisas dos folcloristas alagoanos ao longo do século XX. A pesquisadora Silvia Federici, entende o trabalho doméstico não remunerado das mulheres como um dos pilares de sustentação para reprodução do sistema capitalista. No contexto alagoano do período, esse lugar significou a realidade de mulheres negras e “libertas” do trabalho escravo, que mesmo tendo conquistado suas alforrias, na prática, continuavam impostas aos trabalhos “invisibilizados” de uma sociedade que acabara de iniciar sua história no trabalho livre, mas negou totalmente a garantia da “liberdade”. Tia Balbina e outras são mencionadas na obra de Félix Lima Júnior, por exemplo. São as “negas da costa”, vendedoras de “vatapá, caruru, arroz de côco, siris, camarões ensopados, sururus e massunins, cuscus, tapiocas e angus” que circulam nas ruas do bairro de Jaraguá. Nesse sentido, através da análise das fontes (jornais, literatura e documentos oficiais do estado), tentaremos compreender as formas encontradas pelas mulheres trabalhadoras negras que após abolição buscaram por sobrevivência na capital alagoana.

2. Ventura intérmina ou Constante Inferno? Perspectivas de mulheres baianas sobre casamento.

Leila Maria de Jesus Pereira - Mestranda – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Esta comunicação visa discutir as perspectivas e reflexões, publicadas na coluna Confissões Intimas da Revista Ilustrada A Renascença, pelas mulheres baianas na década de 1910 com relação ao tema casamento e questões que circundam o mesmo. A partir da análise desses depoimentos podemos perceber múltiplos aspectos de suas opiniões acerca de como manter um casamento feliz, nos dando conta dos padrões, normas e comportamentos creditados como positivos para sustentar uma relação "bem-aventurada", nas palavras delas. Temas como: casamento, amor, o papel das mulheres na constituição da família e o que elas esperavam ou almejavam de seus maridos, são expressados através das respostas dessas mulheres à revista, possibilitando perceber as múltiplas construções do gênero feminino, seus ideais e contradições.

3. “No brega eu sou uma puta, mas na minha rua eu sou uma senhora”: uma análise sobre as múltiplas identidades das mulheres prostitutas do Beco da Energia da cidade de Feira de Santana-BA.

Lucymara da Silva Carvalho - Mestranda - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Este trabalho surge a partir do cruzamento entre uma entrevista realizada com uma senhora prostituta em 2015 no tradicional espaço de prostituição mais conhecido como “Beco da Energia” na cidade de Feira de Santana, e as leituras sobre as discussões produzidas pela antropologia e pela historiografia acerca da prática prostitucional. Nosso objetivo é a partir da história de vida dessa senhora, problematizar e historicizar a imagem vinculada às mulheres que trabalham como prostitutas, utilizando para tal análise, o conceito de gênero formulado pela historiadora Joan Scott.

4. Mulher na Roda não é para Enfeitar: Uma breve análise sobre a presença feminina na história da capoeira.

Juliana Fernanda da Silva – Graduanda do curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)

A história da capoeira sempre esteve marcada pela forte presença de homens. Por muito tempo neste universo a capoeira era considerada prática exclusiva de domínio masculino e para as mulheres eram destinadas a ocupação de papéis sociais de feminilidade, como ser esposa, mãe e dona do lar. São poucos os documentos que registram mulheres como capoeiras, em comparações aos registros que representam os homens na mesma época. Dos registros existentes,

frequentemente encontram-se associados com críticas por ser mulher e estar quebrando as normas de comportamentos impostos na época e por estar associada a práticas de marginais e vadios. Mas, isso não quer dizer que elas estiveram ausentes ou que ocupavam apenas papéis meramente ilustrativos em complemento da função masculina, embora através das músicas e das ilustrações imagéticas sobre a capoeira em diferentes contextos históricos sempre tenha existido a presença de mulheres nas proximidades e assistindo as apresentações dos homens, pouco se fala sobre os meios e níveis encontrados de participações destas que desafiavam os padrões que lhes eram doutrinados e exigidos como o correto na forma de se comportar e viver, e os desafios enfrentados por elas até deixar de ser novidade e passar a ser integrante ativa e protagonista na capoeira. Nesta perspectiva, o presente trabalho é uma breve análise histórica sobre a presença, contribuições e formas de resistências femininas no desenvolvimento da capoeira, as representações nas músicas produzidas e cantadas pela voz dos homens que retratam as relações de gêneros entre ambos e por fim, a consolidação feminina nas rodas de capoeira. Tendo como objetivo, salientar a necessidade de contribuir para o aumento do espaço sobre a visibilidade feminina, diminuir o vácuo quando se refere as trajetórias e reconhecimento dessas mulheres, discutir sobre as mudanças ocorridas nos últimos tempos que propiciaram essa participação mais significativa e ativa, além de enunciar alguns dos desafios ainda enfrentados por ser mulher em luta por espaço e afirmação.

5. A Invisibilidade constitucional da mulher frente ao Sistema Internacional de Direitos Humanos.

Roseane Santos Mesquita - Mestranda em Educação – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

O artigo discute o sistema de direitos humanos das mulheres. A partir de um levantamento teórico, buscou-se identificar, os registros do movimento feminista. Com base no tratado internacional, compreende-se que a história, subsidia o desenvolvimento das políticas públicas para as mulheres. É possível que, apesar dos registros históricos, analisados sob a ótica da categoria gênero, o historiador, conforme período cronológico contém os fatos somente sobre o prisma individual e não com a veracidade necessária.

03 - HISTÓRIA E MARXISMO.

COORD: DR. OSVALDO MACIEL (UFAL); DR. AIRUÃ LIMA (UFAL)

Organizado pelo Grupo de Trabalho História e Marxismo da Anpuh Nacional o Simpósio Temático propõe um espaço de intercâmbio crítico entre pesquisadores cujas investigações incorporam e desenvolvem questões teórico-metodológicas formuladas a partir da perspectiva marxista ou em diálogo com ela. Reunimos experiências de pesquisa com problemáticas marxistas, desdobradas num universo temático amplo. Como em edições anteriores, propomos um ambiente de diálogo envolvendo estudiosos de fenômenos diversos: as diferentes modalidades de dominação (coercitivas e consensuais) e resistência, experiências organizativas e práticas culturais de grupos sociais dominantes e subalternos, formas de exploração do trabalho e de apropriação da riqueza, produção intelectual e teórica. São bem vindos trabalhos nas mais diversas áreas disciplinares, particularmente das chamadas Ciências Sociais ou Ciências Humanas, mas envolvendo toda e qualquer área disciplinar que esteja em diálogo com a teoria social marxista.

Sessão I (04/09/19)

1. O projeto de transição capitalista do Estado Brasileiro no século XIX e a trajetória e fortuna do Coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira na Bahia oitocentista.

Allan da Silva de Freitas – Mestrando em História – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

O presente trabalho objetiva discutir as implicações do projeto de inserção do Brasil ao crescente capitalismo europeu, sobretudo a partir da década de 1840, portanto, uma tentativa de transição para o capitalismo, mediante o represamento de capitais – A tarifa Alves Branco (1844), a criação de agências de crédito, a mudança da estrutura fundiária – lei de terras (1850), a transição para o trabalho assalariado – Lei Eusébio de Queirós (1850) e a legalização e das Sociedades Anônimas – o Código Comercial (1850), sobre os investimentos de capitais das elites econômicas da Bahia do período. Problematizar as reverberações do referido projeto Estatal sobre as camadas economicamente dominantes da Bahia, possibilita-nos discutir em que medida tais ações foram provenientes de um processo artificial do Estado de imputação de um pensamento capitalista no país ou, o reflexo de uma sociedade em transição que ansiava pela modernização capitalista de sua economia. Mais ainda, questionar, portanto, como tal projeto influenciou nos investimentos das elites econômicas baianas. Para dissertarmos sobre

tais objetivos, utilizamos metodologicamente de uma abordagem de micro-história - sem a pretensão de generalizar ou esgotar a discussão -, acerca da trajetória e da fortuna do afamado "capitalista" Joaquim Pedreira de Cerqueira, nascido em São Gonçalo dos Campos, interior da Bahia, em 1799 e falecido em 1873 em Feira de Santana que, segundo constam nas documentações de época, e além, foi uma das figurais que acumularam uma das maiores somas de capitais da Bahia no século XIX, 1.281:287\$045 réis, com o adendo de não ser proveniente da capital, Salvador, mas um habitante da emergente Vila da Feira de Santana, onde Joaquim Pedreira de Cerqueira foi Coronel da Guarda Nacional, Oficial da Ordem da Rosa, membro-fundador da Santa Casa de Misericórdia da dita Vila da Feira de Santana em 1859 e, membro-fundador do Imperial Instituto Agrícola da Bahia no mesmo ano, tendo feito parte do conselho de finanças destas duas instituições. Exerceu também mandatos políticos como Juiz de Paz e Vereador na Vila da Feira de Santana em 1849, sendo que em 1840 já figurava como membro da Câmara Municipal da mesma Vila e em 1868, aparece nos registros como membro efetivo da referida Câmara. Tal sujeito foi ainda o responsável por hospedar as Augustas Majestades Imperiais Dom Pedro II e sua esposa Teresa Cristina 1859 por ocasião da visita das ditas realezas às Províncias do Norte no referido ano, além de figurar como um dos duzentos maiores acionistas do Banco do Brasil entre a década de 1850 e 1873, altura de sua morte. Tendo em vista tais variáveis na vida de tal indivíduo, entendemo-lo enquanto um sujeito privilegiado para um estudo das elites econômico-sociais da referida Província. Para lançarmos mão de tal pesquisa, o inventário e testamento do Coronel Pedreira, bem como jornais, registros eclesiásticos de óbito e nascimento, relatos de memorialistas e documentos impressos do período são utilizados.

2. "A epidemia mental contemporânea": anarquismo e ideologias libertárias no jornal *O Semeador*.

Pedro Lucas Epifânio de Lima - Graduando em História Bacharelado - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O objetivo da pesquisa é analisar como as ideologias libertárias presentes nos movimentos operários alagoanos, em especial o anarquismo, foram discutidas pelo jornal *O Semeador* durante a Primeira República. A compreensão do debate político e filosófico trazidos pelo jornal católico auxiliará na avaliação do alcance e desdobramentos das transformações históricas trazidas pela "modernidade".

3. Teoria na práxis da pesquisa histórica: investigando processos de urbanização em Arapiraca-AL.

Rodolfo José Oliveira Lima – Mestrando em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Já expunha Peter Burke em sua obra “História e teoria social” que sem combinar história com teoria é provável que não se compreenda nem o passado nem o presente, apesar de boa parte de seus companheiros do movimento dos Annales (3ª geração) fazerem pouco caso da teoria na história. Deste modo, a partir de um referencial marxista, este trabalho pretende expor a forma como o debate teórico vem orientando metodologicamente a pesquisa realizada sobre a história urbana recente de Arapiraca-AL, buscando compreender a dinâmica da luta de classes que move e dá forma a cidade que temos hoje.

4. Socialismo na Venezuela do Tempo Presente: A Era Chávez e as transformações na cultura política venezuelana a partir do projeto do Socialismo do século XXI.

Rafael Cabral Godoy - Graduando em Licenciatura em História - Universidade de Pernambuco.

Este trabalho tem como objetivo, partindo do plano teórico da História do Tempo Presente e da Nova História Política, analisar os projetos de base socialista de Hugo Chávez na Venezuela do século XXI e como esses projetos influenciaram as mudanças na cultura política venezuelana. Nossa análise está centrada no modelo democrático proposto pelo chavismo em seu período de governo, como a “Democracia Participativa e Protagônica”, presente na Constituição de 1999, e o “Socialismo do Século XXI”, que se apresenta no Plano Nacional Simón Bolívar - Primeiro Plano Socialista da Nação (2007-2013).

Sessão II (05/09/2019)

1. Grandeza e ilusão na análise do percurso intelectual de Marx a partir da biografia de Gareth Stedman Jones.

Oswaldo Batista Acioly Maciel – Doutor – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A comunicação apresenta notas introdutórias à análise de *A Ideologia Alemã*, manuscrito de Marx e Engels que, abandonado pelos autores logo após sua escrita, só foi editado no século XX num projeto de divulgação internacional das obras dos dois clássicos do marxismo. Exploramos o contexto histórico de produção

intelectual de Karl Marx e Friedrich Engels entre 1843 e 1848, localizando alguns aspectos das formulações teóricas dos dois autores existentes no período de escrita do manuscrito. Além da literatura clássica de análise sobre o desenvolvimento dos conceitos marxistas daquela fase, dialogamos criticamente com um novo aporte de biografias produzidas sobre Marx, em particular com a obra de Gareth Stedman Jones (Karl Marx: grandeza e ilusão), lançada recentemente. Realizamos uma crítica da hipótese de leitura que ele levanta, associando as reflexões de Marx ao espírito idealista alemão, ao mesmo tempo em que demonstramos a forma articulada com que os manuscritos em seu conjunto ou individualmente possibilitam uma leitura histórica e materialista da história, exatamente o contrário do que é advogado pelo historiador e biógrafo britânico.

2. Herbert Marcuse: Contribuições da Teoria Crítica da escola de Frankfurt para a compreensão dialética do caráter repressivo das sociedades burguesas.

Felipe Garzón Serna - Mestrando em História - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A presente proposta visa expor a validade histórica do paradigma crítico-dialético à luz do pensamento de Herbert Marcuse para os estudos de gênero, onde o marxismo e a psicanálise têm um papel central no reconhecimento da relação dialética entre forças de libertação e forças da repressão, Eros e Thanatos; ou, os instintos de vida e destruição que representam a grande contradição das sociedades capitalistas: sua necessidade de expansão, agressão e a brutalidade da luta competitiva pela existência que tornam a liberdade um privilégio muito caro.

3. O papel da Historiografia no debate acerca do desenvolvimento econômico do Brasil: uma análise do discurso da contribuição de Caio Prado Júnior.

Matheus Carlos Oliveira de Lima - Mestrando em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o lugar da História na constituição das estratégias para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Buscando se localizar no campo da Historiografia da História Econômica do Brasil, tem-se como base de investigação o pensamento de Caio Prado Júnior – CPJ –, contido em livros, artigos de revistas e periódicos. O trabalho em tela, assim, foi desenvolvido a partir da premissa de que há uma história social dos textos, essa compreensão permite entender que essa tipologia de fonte é construída a partir de

uma determinação social e histórica. Procurou-se, dessa forma, seguir os rastros do pensamento econômico em questão a partir dos pressupostos metodológicos da Análise do Discurso Francesa – AD francesa. As categorias analíticas serão: condições de produção do discurso e formações ideológicas. Essa seleção foi feita a partir do pressuposto de que as fontes investigadas são a expressão de um discurso, estão numa formação social específica e foram permeadas por uma tessitura de fios ideológicos. O discurso, nesse caso, seria um processo-síntese da relação língua-história-ideologia. E por ter essa natureza acabaria sendo passível de uso no campo da História, tanto como objeto de estudo, quanto como ferramenta de pesquisa histórica, tendo em vista que por meio desta se pode analisar as condições que permeiam os discursos empreitados num dado momento histórico. Dessa maneira, se possibilita a localização das ideias, não como flutuações extraterrenas, mas como desdobramentos das relações objetivas em que estão inseridas. Os debates teórico-políticos são frutos do momento histórico, são proposições para a resolução de uma dada demanda da sociedade, significam a disputa pela explicação de um dado acontecimento e a justificação pela direção a ser percorrida. Diante deste entendimento, pretende-se debater a partir da do pensamento caiopradiano a importância da historiografia no discurso entre as décadas de 1940 e 1970 acerca dos caminhos para o desenvolvimento do Brasil, procurando entender a importância da História nessa discussão que muitas vezes é indicada exclusivamente como assunto do campo teórico da Economia. Assim, o objetivo do presente trabalho é investigar a partir do discurso caiopradiano as suas contribuições para a Teoria do Desenvolvimento do Brasil, em especial no tocante a importância da historiografia nessa questão.

4. A questão Intelectual em Gramsci: Uma elucidação sobre as categorias preexistentes, e a caracterização do nível intelectual de Helionia Ceres.

Joedsa Wanessa Oliveira - Mestranda em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O campo de estudos sobre os Intelectuais vem dando significação para as questões sociais no campo historiográfico. A História intelectual se atem em suas discussões sobre as atividades dos Intelectuais na História, ou seja, estudos sobre a intervenção que os intelectuais desempenham nas sociedades de suas épocas e, em consequência, suas contribuições no processo desenvolvimentista das mesmas, e que através também do diálogo com outros campos dos estudos Históricos, como a História Social e Cultural, cabendo aqui a cada uma suas discussões teóricas e metodológicas de análises, de acordo com suas respectivas escolas historiográficas, sociológicas, e suas particularidades, se faz necessário, portanto, fazer

apontamentos metodológicos que sejam eficazes a construção de uma historiografia intelectual que acompanhe o desenvolvimento histórico, onde as conclusões que serão confeccionadas aqui através das concepções Gramscianas sobre os Intelectuais e sua atuação, pretendem buscar caminhos um pouco mais distintos dos demais, por ter a especificidade de trilhá-los em um viés materialista estrutural. Essa construção de uma identidade intelectual, através desse entendimento estrutural do termo Intelectual, tem também a finalidade de mostrar as contribuições de Heliônia Ceres para a sociedade feminina de Alagoas, desde que me parece que nos dias atuais dentro das trincheiras do capitalismo, o propósito é cada dia mais resumir e simplificar as formas de “conhecimento” e de produção do conhecimento. A partir dessas considerações iniciais, nossa comunicação pretende explorar o debate acerca da categoria “intelectuais” na obra de Gramsci, e analisar sua validade para entendermos dimensões da trajetória pública da escritora alagoana Heliônia Ceres.

04 - HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO BRASIL REPUBLICANO.

COORD. DRA. MICHELLE REIS DE MACEDO (UFAL)

DR. ANDERSON ALMEIDA (UFAL)

O ano de 2019 marca a efeméride dos 130 anos da implantação da República no Brasil. Cada vez mais, inúmeras publicações vêm questionando os significados e apropriações teóricas e práticas do que é “ser republicano” em nosso País. O Simpósio Temático tem como objetivo incentivar o debate entre propostas de trabalho que analisem aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais do período republicano brasileiro, desde a Proclamação da República em 1889, passando pela República oligárquica, a Era Vargas, a República liberal-democrática, a ditadura militar, a Nova República até os dias atuais. Com esse amplo recorte, pretende-se problematizar abordagens que busquem a compreensão do processo histórico através do diálogo entre sujeitos e contextos, indivíduos e sociedade.

Sessão I (04/09/19)

1. Semana Calabar: memória, identidade e comemoração no Bicentenário de Emancipação Política de Alagoas em Porto Calvo (2017).

Marília Teles Cavalcante – Mestre - Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Este trabalho se propõe a analisar como a figura de Calabar é rememorada na comemoração do bicentenário em Porto Calvo, através das publicações oficiais do governo (sites, notícias e diário oficial) e da veiculação das atividades desenvolvidas ali. Buscando discutir os conceitos de memória (FINLEY, 1989; JELIN, 2015; SÁ,

2006), identidade (ANDERSON, 2008; HOBBSAWM, 2011; ORTIZ, 1985) e comemoração (HARTOG, 2015; NORA, 1993; 1998). Focando em como a figura de Calabar é apresentada, apontando inconsistências no discurso e interesses em torno dessa memória.

2. Entre a História e a Memória: a presença negra e indígena no Museu Xucurus em Palmeira dos Índios – AL.

Aline de Freitas Lemos Paranhos - Graduada - História - Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Francisca Maria Neta.

Pretende-se com esse trabalho discorrer sobre o Museu Xucurus de História, Artes e Costumes como um lugar de memória a partir das disputas identitárias e na construção dos espaços pertencentes ao branco, ao negro e ao índio nessa instituição que fica localizado no centro da cidade de Palmeira dos Índios, município localizado no interior do estado de Alagoas. Instaurado no edifício da antiga Igreja do Rosário dos Pretos, construída por negros fugidos, o acervo constituiu-se a partir de doações feitas por diversos moradores da região; o referido museu foi fundado em 1971 por personagens da elite palmeirense e membros da Igreja Católica, que vislumbravam a criação de um espaço capaz de conservar a memória da cidade. Desse modo, este trabalho tem como objetivo analisar a forma como essa instituição elabora a distribuição desse espaço, voltando suas lentes à história elitista e silenciando o protagonismo desses povos tradicionais na atualidade através de sua exposição. A pesquisa se materializa em dois momentos; a primeira etapa é construída a partir do estudo bibliográfico baseado nos pressupostos de CHAVES (2014), HALL (2015/2016), MARIA NETA (2017), PEIXOTO (2013), POLLAK (1989/1992), POULOT (2009), SAMAIN (2012), entre outros; já no segundo, realizou-se uma pesquisa de campo, na qual contou com visitas periódicas ao museu e seu entorno para coleta de fotografias, conversas informais e entrevistas. Além disso, visitou-se a aldeia indígena Mata da Cafurna e a comunidade quilombola da Tabacaria no intuito de estudarmos a divergência entre as representações contidas nesses diferentes espaços memorialísticos, buscando preencher algumas lacunas historiográficas sobre o tema a partir dos usos e/ou desusos da capacidade memorialística e patrimonial.

3. Discursos em disputa: a identidade do conflito territorial em Palmeira dos Índios – AL.

Luan Moraes dos Santos - Mestre em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Este trabalho é uma discussão sobre as imagens e as variações do discurso político dentro do conflito territorial por terras indígenas do município de Palmeira dos Índios – AL. O estudo do discurso da elite político-latifundiária nesse processo histórico resulta da mistura cultural e da reelaboração de elementos de seu discurso.

Os conceitos de João P. de Oliveira (1998) e Benedict Anderson (2008) servem como premissas aos elementos diacríticos que ajudam a entender como as elites se autodefiniram em contraste com os indígenas.

4. Povos indígenas e a participação política na Assembleia Nacional

Constituinte – ANC (1987-1988): narrativas de um Cacique Xukuru-Kariri.

Cássio Júnio Ferreira da Silva - Mestrando em Antropologia Social – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Tenho como objetivo neste artigo, apresentar, a partir de relatos orais de uma liderança Xukuru-Kariri (Palmeira dos Índios – AL), aspectos da mobilização política e das estratégias utilizadas pelos povos indígenas durante o processo da Assembleia Nacional Constituinte – ANC, articulação que foi fundamental para a garantia da promulgação de dispositivos constitucionais que pavimentaram legalmente os direitos atuais das populações indígenas.

5. A trajetória do índio Xavante Mário Juruna no Movimento Indígena Brasileiro (década de 1970).

Michelle Reis de Macedo – Doutora - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Membro de uma aldeia indígena no interior do estado do Mato Grosso, Mário Juruna ganhou popularidade quando começou a fazer viagens a Brasília para reivindicar às autoridades nacionais melhorias para sua comunidade. Seu comportamento ousado logo chamaria a atenção da imprensa nacional, que passou a divulgar seus passos cotidianamente. Assim como outras lideranças, ao longo de suas viagens, Juruna tornou-se protagonista do processo de formação e consolidação do Movimento Indígena Brasileiro na década de 1970. Portanto, a proposta é refletir sobre como suas escolhas políticas interagiram com o fortalecimento de uma cultura política democrática em oposição à ditadura militar e contribuíram para o avanço dos direitos indígenas, reconhecidos posteriormente na Constituição de 1988.

6. “Nosso estudo era trabalhar”: condição precária da vida do trabalhador rural no mundo do trabalho algodoeiro.

Érica de Oliveira Santos - Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Este artigo, procura discutir o mundo do trabalho algodoeiro em Alagoas, durante o século XX. Com ênfase em torno dos trabalhadores rurais, sujeitos que foram historicamente silenciados pela historiografia, o seu cotidiano e experiências sociais com a terra. Assim, desnaturalizar a precarização e vulnerabilidade de seu cotidiano; entendendo que a pobreza não são circunstâncias naturais da vida, mas, um modo de fazer política e de gerir o Estado que produz/produziu esse tipo de vivências.

Discutiremos com Benjamim (1996) sobre experiência, e testemunhos orais a partir de Verena Alberti (2005).

7. Faces do latifúndio: O acesso à terra na Zona da Mata Alagoana na segunda metade do século XX.

Fabio Barbosa da Silva - Mestrando em História Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A questão do acesso à terra no Brasil é tema recorrente em pesquisas na área de História que cobrem desde o período colonial até os nossos dias. As mudanças no regime político, e as medidas que visavam o maior controle do Estado sobre a terra convergem, com frequência, para o latifúndio. Com base em estudo em andamento sobre os estímulos do Estado para o aumento da produção canavieira na segunda metade do século XX, esta comunicação busca apresentar possíveis mudanças pelas quais o acesso à terra e o papel do latifúndio, foram submetidos no Sul da Zona da Mata alagoana entre 1950 a 1980.

8. A Circularidade de Crianças entre a Casa, a Usina e o Trabalho na Usina de Bom Jesus em Pernambuco na década de 1990.

Anderson Rafael Lima da Silva - Mestrando em Educação, Culturas e Identidades.

A circulação de crianças que transitavam entre a usina, a escola e o trabalho trazem para o debate o questionamento dos discursos de naturalização do trabalho e de uma negligência histórica do poder público em fiscalizar tanto as relações de poder produzidas no mundo de trabalho como a violação de direitos humanos de meninos e meninas. Esse trabalho tem como objetivo analisar as práticas educativas na lógica da educação vocacionada, na qual os filhos dos trabalhadores rurais já teriam a disposição natural e espontânea de permanecer no campo, a partir da metodologia da Trajetória de Vida.

Sessão II (05/09/2019)

1. “A Igreja, os patrões e os operários”: a questão operária na perspectiva d’O Semeador (Alagoas, Primeira República).

Alexsandro Rocha dos Santos Guedes - Graduando, História Bacharelado – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O objetivo da comunicação é analisar a questão operária através das notas e notícias do jornal “O Semeador” durante a Primeira República. Este estudo evidencia que a organização dos trabalhadores nos sindicatos, as ações de paralisação e as greves eram noticiadas com preocupação pela imprensa católica naquele período. Como hipótese inicial compreende-se que o movimento dos trabalhadores se apresentava contraposto à “doutrina social da Igreja” defendida pelo “O Semeador” como a “verdadeira solução” para os conflitos entre “patrões e

trabalhadores”. Deste modo, espera-se contribuir para o estudo do catolicismo como mediador histórico das relações trabalhistas em Alagoas.

2. O Partido Socialista Brasileiro em Alagoas (1945-1964).

Rodrigo Abrahão Moisés da Silva - Especialista – Instituto Federal de Alagoas - (IFAL)

Foi diante da conjuntura liberal brasileira entre 1945 e 1964 que nasceu o PSB. A história deste partido remonta o ano de 1945 quando foi criado um movimento intitulado “esquerda democrática” composta por liberais e socialistas que se opunham ao governo Vargas. Na formação da Esquerda Democrática no Rio de Janeiro, destacaram-se importantes lideranças, tais como: João Mangabeira, Hermes Lima e Domingos Velasco. Em 1950 foi organizado o PSB em Maceió, tendo como fundadores o deputado Aurélio Viana da Cunha Lima e o vereador, por Maceió, José Sebastião Bastos.

3. A tragédia da tragédia do populismo: uma análise do conceito de Populismo a partir da historiografia alagoana acerca do impeachment de Muniz Falcão, Alagoas (1956-1960).

José Fernando Barbosa dos Santos - Graduando em História Licenciatura - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A presente comunicação tem por objetivo analisar o conceito de Populismo utilizado na obra A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão, do historiador alagoano Douglas Apratto Tenório, como parte de uma vertente historiográfica da segunda metade do século XX, que define as políticas do governador de Alagoas como práticas populistas. A partir disso pretende-se observar os debates acerca de populismo e trabalhismo, a partir de uma base historiográfica produzida acerca de processos históricos contemporâneos ao impeachment de Muniz Falcão e posteriormente realizar uma análise comparativa com a realidade da historiografia alagoana e do processo histórico em questão.

4. “Zé do burro é comunista”: Igreja Católica e moral cristã em Alagoas na repercussão do filme O Pagador de promessas (1962).

Maria Viviane de Melo Silva - Mestrado em História - Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Este trabalho objetiva analisar como a repercussão do filme O Pagador de Promessas retratou aspectos vigilantes da Igreja Católica em Alagoas. No ano de 1962, o filme foi exibido no Cine São Luiz em Maceió-AL e no dia seguinte, o Jornal Alagoano Católico “O Semeador”, noticiou uma advertência negativa sobre o conteúdo dele. Desta feita, refletiremos sobre alguns aspectos do filme que fizeram a Igreja Católica adotar tal postura, incluindo o fato do personagem

principal Zé do Burro ser acusado de comunista, buscando compreender o posicionamento da Igreja em relação ao Cinema e sua influência no meio social.

5. A campanha pela Anistia política - A esperança equilibrista: a campanha pela Anistia política (1978 - 1979).

Jonathan Soares de Souza - Mestre em História – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A política no Brasil durante os anos de 1978 e 1979 agitou de diversas maneiras o país. A intensa campanha mobilizadora em função da Anistia no final dos anos 70 pode ser encarada como uma campanha formadora de sujeitos e de sentidos, que naquele momento estavam recuperando a linguagem do espaço político e da reivindicação por tantos anos silenciada. Este trabalho apresenta como as campanhas se desenrolaram no país, com atenção especial em Pernambuco, através de dois sujeitos institucionais: o Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro de Anistia.

6. “Senhor Deus dos Exilados”: acomodação, ambivalência e metamorfose de um poeta alagoano em tempos de transição (1979).

Anderson da Silva Almeida – Doutor - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A comunicação tem como objetivo apresentar os primeiros resultados de um Projeto de Pesquisa em andamento intitulado “Poetas e Ditadores: cordelistas e cantadores entre o Consenso e a Contestação à Ditadura (1964-1985)”. Nesse primeiro momento a abordagem está direcionada para folhetos de caráter político publicados pelo poeta alagoano Rodolfo Coelho Cavalcante (1919-1987), que em 2019 completaria cem anos. Conhecido entre seus pares como um grande líder da categoria entre os anos 1960-1970, o alagoano radicado na Bahia é lembrado como um dos mais conservadores cordelistas de seu tempo. Problematizar essas memórias a partir de um folheto publicado no contexto das lutas pela Anistia política em 1979 - que esse ano completa 40 anos – contribui para compreendermos o tempo da Ditadura para além do binômio vítimas e algozes, colaboradores e resistentes, sem relativizar as marcas da violência (física, psicológica e simbólica) que ecoam em nosso presente.

7. Memórias Reveladas: os presos políticos nas fichas do DOPS no estado de Alagoas (1960-1980).

Ewerton Oliveira de Jesus – Graduando – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O presente trabalho pretende analisar as fichas policiais do (DOPS) nas décadas de 1960 a 1980 no estado de Alagoas. Esses dados estão relacionados ao gênero, profissão, faixa etária dos indivíduos que foram presos pela Polícia Política durante esse decorrer. Além disso, apresenta os motivos dessas detenções que permitem

compreender o contexto local e o quanto o estado de Alagoas estava inserido no âmbito nacional em que as “liberdades” estavam cerceadas. As fichas fazem parte do portal Memórias Reveladas do Arquivo Nacional.

8. A qualidade da Educação no contexto da Reforma Republicana do Brasil da década de 1990.

Claudiane Oliveira Pimentel Fabricio – Mestranda em História

Esse artigo é um recorte da história recente sobre a política de educação, do período de 1999 a 2016. Porque sob este período incide a principal Reforma Educativa do Brasil dos últimos tempos, desencadeada pela aprovação da LDB n. 9394/1996 e pelas legislações dela decorrentes. Consiste basicamente em averiguar a influência da Reforma Educativa da década de 1990 nos rumos da Educação contemporânea, fazendo uma análise do processo de avaliação da qualidade da educação apresentadas neste período. Os estudos foram realizados no campo da pesquisa histórico-social da história recente, com fundamento em Aróstegui (2006), tomando como base a investigação bibliográfica e documental, em fontes, teóricas, documentais e historiográficas e fazendo uso das técnicas de observação direta e análise documental dos documentos oficiais e relatório governamentais. Para entender o contexto da Reforma Educativa de 1990, foram considerados os pressupostos teóricos de três pesquisadores brasileiros, que direcionam ao entendimento do momento político atual: José Carlos Libâneo, em duas obras: “Educação Escolar: política estrutura e organização” (2012) e “Uma Escola para Novos Tempos” (2004); Marcos Cesar de Freitas (2009) com a obra “História Social da Educação no Brasil (1926-1996); e a pesquisadora Elione Maria Nogueira Diógenes, com dois textos: “1990 em Diante: o trem descarrilou” (2016) e, “A Dinâmica Histórica das Políticas Públicas no Brasil (2012).

05 - MOVIMENTOS SOCIAIS: ATORES, CONFLITOS, PROJETOS E MEMÓRIAS.

COORD. DR. RODRIGO JOSÉ DA COSTA (UFAL)

DR. AIRTON DE SOUZA MELO (UFPE)

Este Simpósio Temático tem por finalidade reunir trabalhos que discutam temas relacionados aos movimentos sociais nas suas mais variadas manifestações, bem como sua análise do ponto de vista histórico, nos séculos XX e XXI. Entende-se que o espaço social é composto por atores em permanente disputa tanto no campo material quanto simbólico. Estando munidos de elementos distintos e ocupando posições diferentes na sociedade, eles empreendem entre si relações de poder e procuram afirmar suas posições e a legitimidade dos seus discursos. As suas práticas não estão, portanto, descoladas das circunstâncias que as envolvem, pois são influenciadas pelas singulares dos sujeitos. Estes desenvolvem ainda práticas

discursivas e produzem narrativas igualmente em função dessas circunstâncias. Procura-se, então, criar um espaço de discussão das diferentes formas de atuação e organização dos sujeitos a partir tanto das suas práticas quanto dos seus discursos. Quanto às práticas, levam-se em conta suas ações, táticas, sua mobilização e capacidade organizativa e de resistência. Ou seja, as formas de ação no seu sentido mais amplo: movimentos sociais, partidos, sindicatos e Justiça do Trabalho, associações e organizações civis, igrejas etc. Já por discursos e narrativas do conflito, entendem-se a representação discursiva e a construção de sentidos que estes agentes atribuem as suas ações. Valoriza-se, assim, não apenas a sua prática, mas também a representação simbólica e discursiva que fazem dela, sua subjetividade, a polifonia de suas falas e a sua pluralidade de sentidos.

Sessão I (04/09/2019)

1. A redemocratização e o fortalecimento dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes: emergência de novos sujeitos e problemas para a História (1990).

João Victor Braga de Souza - Mestrando em História – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

A História do tempo presente como campo de pesquisa é marcada pelas variadas fontes utilizadas, além de caminhos teóricos-metodológicos que evidenciem os aspectos sensíveis presentes por tratar de temporalidades em que os traumas estão visíveis e palpáveis na materialidade. Assim, o presente trabalho visa problematizar a relação da História do tempo presente com a produção historiográfica acerca das crianças e dos adolescentes, discutindo a redemocratização como mecanismo de fortalecimento da política de direitos humanos e da proteção integral na década de 1990 na cidade do Recife.

2. De Limão a assentamento Santa Maria Madalena.

Tarssia Clires Sabino dos Santos - mestranda com vínculo com o PPGH.

O presente trabalho aborda a questão da terra no Município alagoano de União dos Palmares, local onde alguns assentamentos têm surgido ao longo dos anos, são famílias na luta pela posse de terras e que desafiam o poder público com ocupações às propriedades. Entretanto, ainda assim o poder de mando senhorial é presença forte no Estado. Este trabalho apresenta um desses assentamentos, o Limão, depois chamado de Santa Maria Madalena, cuja formação não sofreu com a repressão violenta dos meios de coerção do Estado e senhores pela invasão da terra, mas que, ainda assim, enfrenta o isolamento e a carência de recursos básicos para uma boa qualidade de vida. Este estudo atenta para o problema da terra não apenas como a antiga situação de exploração dos trabalhadores, mas também, a sua

tomada de consciência na reivindicação dos seus direitos enquanto cidadãos, ao mesmo tempo em que ocorrem casos onde as relações quase de compadrio e acordos para a resolução dos conflitos. A pesquisa, desse modo, está inserida no campo da História Social e se propõe a abordar a forma como o “repertório” dessas ações de ocupação e de acordos vão se constituindo e se adaptando a partir das necessidades dos assentamentos, a partir de Tilly (2010) , junto com o sentido e o poder das oligarquias a partir de Tenório (2018).

3. Registros historiográficos do sindicalismo em Alagoas na segunda metade do século XX.

Matheus Cavalcante Laurentino - História bacharelado – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O projeto tematiza a história do movimento sindical em Alagoas ao longo da segunda metade do século XX, identificando as principais conjunturas e rupturas ocorridas ao longo desse período. Ao mesmo tempo, pretende caracterizar os principais sujeitos (sindicatos, centrais, etc) e lideranças que estiveram envolvidos nesse período, já que partimos da premissa de que a história de uma determinada classe exige que seja colocada em relação à outra classe (THOMPSON, 1987). Para tanto, realizou-se um levantamento inicial de relatos, memórias e registros historiográficos deste passado ainda inconcluso.

4. “Carentes de direito”: a precarização das condições de trabalho da construção civil em Alagoas, 1964-1975.

Renata Carla Silva de Gusmão – Mestra – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A presente comunicação propõe analisar como a ditadura empresarial-militar brasileira provocou uma avalanche de obras, que implicou no crescimento precarizado de trabalhadores empregados no setor da construção civil. Os contratos por empreitada aconteciam em escalas muito maiores, atingindo massivamente os trabalhadores e alterando as relações patrão-empregado, que deixou de ser direta. Sem que existisse uma legislação bem definida e eficaz para dirimir os conflitos na construção civil, o patronato se beneficiou para protelar a tramitação de processos que iam parar na Justiça do Trabalho e manter as características de terceirização e informalidade que predominaram naquele contexto.

5. Movimentos Sociais em Alagoas: fontes e possibilidades de investigação (1960-2010).

Rodrigo José da Costa - Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Pós-doutorado no Mestrado em História da Universidade Federal de Alagoas (PNPD-CAPES/PPGH-UFAL).

O objetivo da comunicação é apresentar resultados da pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida ao longo do último ano no Mestrado em História da

UFAL. A exposição centrar-se-á nos acervos documentais obtidos referente aos movimentos sociais, nas suas mais variadas manifestações e organizações, avaliando as suas potencialidades e limitações. Destacaremos também algumas das referências teórico-metodológicas que tem embasado nossa pesquisa, demarcando as contribuições que a História Social Inglesa e a Sociologia dos Movimentos Sociais forneceram para o nosso objeto de estudo.

Sessão II (05/09/2019)

1. Mulheres vendeiras: Narrativas de Si e Estratégias de Sobrevivência.

Lucas Rafael Cordeiro Meneses - Graduando, Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Garanhuns.

Rosa Maria Farias Tenório - Mestre, Universidade de Pernambuco (UPE).

A presente investigação emergiu em debates do grupo de estudos sobre história das mulheres e de gênero na Universidade de Pernambuco e fomentada em atividades do PIBID que se pautavam na história das comunidades quilombolas. Com recorte no Agreste Meridional de Pernambuco, contribui para o estudo sobre o feminino, visto o silenciamento histórico das mulheres. O trabalho objetiva a compreensão de realidades cotidianas de mulheres negras que em decorrência das desigualdades sociais e de gênero necessitam buscar subterfúgios com vistas à produção de sua existência.

2. Meninas em situação de rua em Recife: a atuação da Casa de Passagem na proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Ana Gabriella do Espírito Santo - Mestranda - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Este trabalho se propõe a analisar os cenários de violação vividos por meninas que buscaram o espaço das ruas como alternativa de liberdade para as suas vidas, como também historicizar a Casa de Passagem, Organização Não Governamental pioneira no atendimento direcionado às meninas. O recorte espaço-temporal do estudo se dá na cidade do Recife entre as décadas de 1980 e 1990, visto que foi um período de emergência de reivindicações sociais, especialmente quando se trata dos direitos de crianças e adolescentes.

3. A educação popular referente às práticas educativas em uma organização de movimentos sociais.

Mylena Siqueira Torres Silva: Graduanda - Universidade Federal de Pernambuco Campus do Agreste.

Marcela Ferreira da Silva - Graduanda - Universidade Federal de Pernambuco Campus do Agreste.

O objetivo desse trabalho é identificar as práticas pedagógicas da educação popular nos movimentos sociais, visando às influências das práticas feministas incorporadas

dentro da organização que acolhe mulheres em situação de violência no município de Caruaru, em Pernambuco. Para nortear nossa pesquisa, seguimos como ponto de partida identificar as principais práticas de educação popular desenvolvidas pela organização; sistematizar algumas discussões sobre o feminismo e compreender o contexto da violência contra a mulher e a lei que assegura sua proteção. Para tanto, nosso exercício de pesquisa tem como fundamentação teórica os textos de BATISTA, HURTADO, PASINATO (2010) e TELES (2002). Essa foi uma pesquisa qualitativa que se baseou em observação participativa, entrevistas e diálogos com os sujeitos da pesquisa. Como principais resultados obtidos em nossa pesquisa, apontaremos as práticas de educação popular e as influências do feminismo que aparecem nos serviços realizados pelo CRM, tendo em vista também o acolhimento prestado a mulheres em situação de violência.

4. Memória e identidade quilombola: o caso da comunidade remanescente de quilombo Pau d'arco.

Pedro Henrique Soares Pereira: Graduando pela Universidade Estadual de Alagoas
Luana da Silva Farias (Graduanda pela Universidade Estadual de Alagoas).

Clébio Correia de Araújo (Doutor em Educação pela Universidade Federal de Alagoas e professor na Universidade Estadual de Alagoas).

É plausível apontar que a formação de lugares de memórias dentro das comunidades tradicionais, apesar de ser uma manifestação vivida no presente, transporta a comunidade a um passado que dá sentido e unidade ao grupo. Aqui serão tratados dados finais do projeto de pesquisa intitulado "Cultura, identidade negra e resistência: O caso da comunidade remanescente de quilombo Pau d'Arco", onde a partir da percepção dos sujeitos quilombolas sobre si mesmos e sobre o grupo a que pertencem, as narrativas e os costumes tradicionais, busca-se identificar e compreender como se constituem e funcionam os lugares de memória da comunidade quilombola Vila Pau d'arco, no município de Arapiraca-AL, construindo assim, uma história de como sua história foi construída.

5. A mulher do campo e os paradoxos do discurso pós-moderno no movimento feminista.

Paloma Caroline Silva Araújo - Graduanda em História - Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Eduarda dos Santos Moreira, graduanda em História pela Universidade Estadual de Alagoas, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

Laísa Tavares Silva, graduanda em História pela Universidade Estadual de Alagoas, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

Este artigo tem como intuito fomentar reflexões acerca do feminismo pós-moderno e como o mesmo desenvolve um discurso primordialmente voltado para a realidade das mulheres urbanas e burguesas, em sua maioria brancas, de modo que pode ocorrer um processo de invisibilização da realidade de outras mulheres,

como a mulher do campo, que será posta em debate neste trabalho, levando em conta também os recortes de classe. Dessa maneira, a construção da pesquisa terá como objetivo promover o debate sobre a pós-modernidade (ou pós-estruturalismo) e os seus discursos dentro do movimento feminista, buscando contribuir para a quebra de certos estigmas e exclusivismos ainda presentes dentro dele, no século XXI. A pós-modernidade e sua discussão são temas candentes e polêmicos dentro e fora das universidades. Por conter uma linguagem atrativa, principalmente para a juventude, e ter uma falsa ideia de contestação ao sistema, essa corrente ideológica se torna um bom meio de alienação para afastar a ideia de luta de classes da população de forma subjetiva. Tendo em vista essa problemática dentro de um movimento social de tamanha importância como o feminismo decidimos permear, antes de tudo, pela compreensão sobre a corrente pós-moderna e em como ela se manifesta através do feminismo, para que então, seja possível a construção de uma crítica em cima dos seus paradoxos, discutindo como as pautas dessa vertente ideológica se constroem de forma mais excludente do que inclusiva, gerando conflitos e contradições que promovem o enfraquecimento e o separatismo dentro do movimento, que tem como principais ideais a igualdade e a união de todas as mulheres por seus direitos enquanto cidadãs. A metodologia usada para a construção desse trabalho é exclusivamente o uso de análises bibliográficas, e terá fundamentação a partir das reflexões de: (PINHEIRO 2018), (PEDRO, 2000), (GROSSI 2000), (MACHADO 2018), (SILVA 2016), (MENDES 2002).

06. 17 de junho de 2013 e a fúria dos manifestantes *black blocs* no protesto na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ).

José Enes Alves Braga Júnior - Graduando em História, UFAL, Campus do Sertão, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura.

O objetivo desta comunicação é discutir o dia dezessete de junho de 2013 das manifestações conhecidas como Jornadas de Junho na cidade do Rio de Janeiro e a utilização da tática *Black Bloc* no ataque à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) e nos arredores dessa. As Jornadas de Junho de 2013 foram organizadas pelo Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP) na cidade de São Paulo que, no ápice, conseguiu a adesão de milhões de pessoas nas ruas das grandes, médias e pequenas do Brasil para, inicialmente, lutarem contra os aumentos das passagens de transportes coletivos, outras pautas como educação, saúde e transporte coletivo de qualidade foram acrescentadas posteriormente. A luta contra o aumento da tarifa começou em Salvador em 2003 no protesto chamado Revolta do Buzu, depois se espalhou por outras cidades como Florianópolis (2004-5) na Revolta da Catraca. Para este trabalho, foram utilizados um livro, um artigo e uma dissertação de jornalismo. Esses protestos aconteceram a nível nacional e chamaram a atenção do mundo por causa da sua proporção, mas o protesto do dia dezessete de junho de 2013 causou polêmica na opinião pública e entre os manifestantes por causa de vários manifestantes anônimos vestidos de preto atacando carros, prédios públicos

e privados e grafitando muros, a expressão “Black Bloc” foi publicitada pela cobertura das mídias corporativas e alternativas brasileiras, entretanto não foi o primeiro uso em manifestações brasileiras, e, a partir desse dia, a maioria dos brasileiros passavam a conhecer essa forma de protesto. Portanto, as Manifestações de Junho foram consequências da carestia do país, da insatisfação popular com os governos das três esferas (federal, estadual e municipal), o mal funcionamento dos serviços públicos e o investimento nos megaeventos Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 e o dia dezessete de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro marcou o início da radicalização desses protestos contra a repressão violenta aos protestos.

06 - NARRATIVAS DISSIDENTES: HISTORIOGRAFIA, GÊNERO, INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSECCIONALIDADE.

COORD. DR. ELIAS FERREIRA VERAS (UFAL)

DRA. ANA CLAUDIA AYMOREÉ (UFAL)

Não sem resistências, o gênero tem sido incorporado como teoria/categoria de análise histórica. Este Simpósio Temático pretende levar à discussão pesquisas que articulem a perspectiva de gênero com abordagens interdisciplinares e interseccionais. Nesse sentido, serão bem-vindos trabalhos que abordem a construção das masculinidades, feminilidades, experiências LGBTQ+, corpos abjetos, queer, oriundos de diferentes contextos histórico-temporais e campos do saber (história, antropologia, artes, psicologia, filosofia, literatura etc.).

Sessão I (04/09/19)

1. Modernidade obscena: o cinematographo pornographico que “envergonharia Sodoma” no Recife (1915).

Katharine Trajano - Mestranda em História – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O presente trabalho visa compreender a relação entre a modernidade, o obsceno e o cinema no Recife do início do séc. XX, sob recorte temporal de 1915, quando há publicação em jornais do período acerca do ‘cinematographo pornographico’ instalado na cidade; As matérias dispostas no Diário de Pernambuco (PE) e Estadão (SP) reiteravam denúncias sobre as exposições pornográficas cuja origem estava arraigada nos “vícios” de sociedades modernas, constituindo práticas dissidentes. Como aporte teórico-metodológico utilizaremos os trabalhos de Nuno César de Abreu (1996), Lynn Hunt (1997), entre outros.

2. Políticas de visibilidades lésbicas no CHANACOMCHANA (1980).

Thamyres Jully Ana Ramos Martirio - Graduação História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A questão histórica que aqui será analisada busca visibilizar as resistências das mulheres lésbicas no período da abertura política brasileira, com ênfase nas organizações lésbicas e da imprensa alternativa, mais precisamente, no jornal “Chanacomchana”. A discussão sobre a identidade lésbica no “Chanacomchana” persiste em uma construção referencial política para dar visibilidade às mulheres lésbicas, sendo um espaço de construção de políticas de visibilidade de mulheres que afirmaram sua sexualidade através do jornal, ressignificando condições sociais, através de narrativas, poemas ou de protestos políticos. O periódico foi importante para o movimento lésbico feminista, na medida em que proporcionou a quebra de isolamento de lésbicas. Esta análise está sendo desenvolvida no âmbito da pesquisa *Existências e resistências homossexuais no Brasil da “Abertura”: uma perspectiva de gênero(1978-1988)* (CNPq) e das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do Curso de História (UFAL).

3. Movimento Negro Unificado (MNU): uma análise das questões raciais nas páginas do *Lampião da Esquina* (1978-1981).

Ana Maria de Barros Lima - Graduação em história / UFAL.

O movimento negro surge no período pós-abolição e se altera a cada contexto vivenciado pelo país (DOMINGUES, 2006). O trabalho aqui proposto visa historicizar, compreender e abordar, especificamente, o Movimento Negro Unificado (MNU), a partir da análise de reportagens e entrevistas realizadas pelo jornal *Lampião da Esquina*, primeiro jornal de temática homossexual de circulação nacional no país, surgido no contexto de emergência da imprensa alternativa nos últimos anos da ditadura civil-militar brasileira. Desse modo, busco problematizar: O que seria o movimento negro nesse período? Como o jornal *Lampião da Esquina* abordou a questão da raça? De que forma o Movimento Negro Unificado articulou-se e se posicionou naquele período quanto às questões da sexualidade e do gênero? Para pensar tais problemáticas, estabelecerei um diálogo teórico metodológico com Michel Foucault, Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, Joan Scott, especialmente, as reflexões que estes/as empreendem sobre sexualidade, raça, interseccionalidade e gênero. Esta investigação compõe a pesquisa *Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)* (PIBIC), se relacionando ainda às atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do Curso de História (UFAL).

4. “Boa esposa, recatada e do lar”: o padrão de mulher ideal nos periódicos de Alagoas (1870-1899).

Élida Kassia Vieira da Silva - Graduada em História Licenciatura, Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O trabalho busca discutir o teor dos artigos publicados em Alagoas a respeito da mulher ou do comportamento feminino ideal, divulgado via imprensa na segunda metade do século XIX (1870-1899). Através de pesquisa realizada via Hemeroteca Digital Brasileira no arquivo da Biblioteca Nacional, foi realizada a seleção de alguns artigos que auxiliam na compreensão do espaço social feminino e sua relação com o âmbito privado, as relações de poder presentes nas famílias e expectativas sociais sobre as mulheres.

5. Gênero, família e religiosidade no jornal 'O Semeador': uma análise da coluna "Mensagem à Mulher", de Celme Leão (Maceió, 1965).

José Edson da Silva Santos Junior – Mestrando de História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

No presente trabalho, pretendo analisar a coluna "Mensagem à Mulher", assinada por Celme Leão, publicada no veículo de comunicação da Arquidiocese de Maceió, 'O Semeador', em 1965. Neste ano, a autora publicou, pelo menos, 21 textos, nos quais reflete sobre religião, gênero e família, além de outros temas. A fundamentação teórica desta pesquisa é construída a partir dos diálogos com Tania Regina de Luca (2008), para entender o uso da imprensa enquanto documento histórico; Joan Scott (1990), para pensar o discurso da imprensa a partir de uma perspectiva de gênero; Bianca Strücker & Ivo Canabarro (2019) para discutir a influência da religião no conceito de família; dentre outros/as. Assim sendo, aponto que a coluna construiu e divulgou, entre as leitoras do periódico, símbolos representativos de certo modelo de mulher católica, que se contrapôs à circulação de ideias acerca da emancipação feminina e das lutas feministas de segunda onda que vigoraram naquele contexto. Saliento que esta investigação está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado em História (PPGH/UFAL), estando relacionada às atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do Curso de História (UFAL).

6. "O feminismo em acção": o movimento de mulheres nas páginas d'O Semeador (Alagoas, Primeira República).

Francine Leôncio Mendonça de França - Graduanda História Bacharelado – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Tem como objetivo analisar os discursos católicos em torno do feminismo e dos movimentos de mulheres no Brasil e no mundo no período da Primeira República. A luta pela participação política feminina foi contrabalanceada pela Igreja através dos movimentos religiosos católicos, nos quais a participação das mulheres se dava nos limites da doutrina e moral cristãs. A compreensão de tais divergências ajudaria a esclarecer o percurso histórico do movimento feminista em Alagoas.

7. Honra e sangue: Prostituição, resistência e os crimes contra a “moral e os bons costumes”.

Renata Maria da Conceição Batista - Graduanda do Bacharelado em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A partir do diálogo com a historiografia brasileira sobre a prostituição e toda a rede de relações que perpassam o cotidiano dos sujeitos que a praticam – PASINI (2000), BARBARÁ (2007), RODRIGUES (2009), ANDRADE (2015) –, a presente pesquisa parte de problemáticas acerca de como relações em torno do universo da prostituição constituem mecanismos de legitimação de “identidades sexuais” monogâmicas/ heterossexuais, que estabelecem uma noção de honra – como nos diz Margarita Danielle Ramos (2012) –, atuando na construção de corpos abjetos. A partir da análise do jornal *O Semeador* (1916), busca-se debater as tentativas de regulamentação da prostituição e, ao mesmo tempo, perceber as formas de resistência a essas leis em Maceió. O discurso jurídico e higienista que pune e persegue as prostitutas estão ligados à efetivação de um planejamento de urbanização da capital alagoana, que colocavam a prostituição, o jogo, e o uso de drogas no patamar de “crimes contra a moral e os bons costumes” BARBOSA (2017). Nesta comunicação, desenvolvida como pesquisa monográfica de conclusão de curso no âmbito das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do Curso de História (UFAL), as prostitutas não são tomadas como “vítimas, nem objetos passivos de um discurso de poder ou simples engrenagens de um dispositivo” (SHETTINI, 2006 p. 15); mas como sujeitos políticos ativos, responsáveis por ressignificações e subversão das condutas hétero/monogâmicas.

8. Gênero, sexualidade e corpo travestis e transexuais na historiografia brasileira (2006-2018).

Alexandre da Silva – Graduando – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Esta comunicação consiste numa análise de três obras historiográficas *“Tenho o direito de ser quem eu sou”*: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (2018), *A Metamorfose Encarnada: Travestimento em Londrina* (2006) e *Travestis: carne, tinta e papel* (2019), que destacam como gênero, sexualidade e corpos travestis e transexuais foram construídas historicamente. Como esses temas foram abordados nestas obras? Através das teorias transfeministas e *queer* (BENTO, 2006; BUTLER, 2010 GOMES, 2012) pretende-se debater como a historiografia tem dado visibilidade às experiências trans, questionando, desnaturalizando e contribuindo para a problematização da sua violência e invisibilidade. Esta comunicação é resultado das primeiras reflexões sobre o universo trans desenvolvidas a partir das discussões realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do Curso de História (UFAL).

Sessão II (05/09/19)

1. Aboios virilizados: o vaqueiro como símbolo nacional nas obras de José de Alencar (1877), Euclides da Cunha (1902) e Eurico Alves Boaventura (1989).

Artur Vitor de Araújo Santana - Mestrando de História – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

No trabalho que iremos apresentar, tomamos as obras *O sertanejo* (1875), de José de Alencar, *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, e *Fidalgos e Vaqueiros*, de Eurico Alves Boaventura, como fontes e objetos de análise, tendo como principal objetivo analisar o protagonismo atribuído ao vaqueiro, na construção de uma identidade nacional. O vaqueiro é lido pelos autores como genuinamente brasileiro, representando uma virilidade tida como natural, do homem fundador da brasilidade, correspondente ao que chamamos de Projeto de Nação Viril, a partir do diálogo com os estudos no campo das masculinidades e da Teoria Queer.

2. A Inocência Roubada: Fantine em "Os Miseráveis" de Victor Hugo um colóquio sobre a prostituição.

Talvanes Faustino Farias - Graduando, História Licenciatura - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a prostituição e, para tanto, parte do romance hugoano para a realização de seus intentos, sendo fundamentado a partir das reflexões de Victor Hugo (2007), LLOSA (2004), PERROT (1988) e PARADIS (2018). Em 1862 o romancista, publica a primeira parte de “Os Miseráveis”. Desta narrativa, destaco a personagem Fantine, personagem que, apesar da sua curta passagem pelo romance, deixa uma marca profunda no leitor. A personagem é vista neste trabalho como uma representação das injustiças legadas a mulher, numa sociedade que se julga liberal e libertária.

3. As narrativas de Desmundo na literatura e no cinema.

Nathália Ourives Tavares – Graduanda História - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O cinema e a literatura a partir de 1970 vêm a ser considerados “novos objetos” de estudo ao fazer histórico dentro dos novos domínios da história, emergindo com a primeira geração da escola dos Annales. Filmes e obras literárias têm a habilidade de desenvolver diferentes análises sobre determinados recortes históricos, fornecendo ao historiador uma variedade de informações e possibilidades. O romance *Desmundo* (1996) – obra literária da escritora cearense Ana Miranda, assim como a adaptação cinematográfica do romance de 2002 para o cinema, trazem consigo elementos possíveis de serem analisados de forma histórica-metodológica. *Desmundo* traz essa oportunidade pois relaciona um romance colonial com artefatos históricos, ambos com referência ao no Brasil colonial; e a adaptação do livro para o cinema faz com que seja possível visualizar os elementos

do imaginário da época. Este trabalho tem como objetivo estudar a transição da estrutura narrativa romanesca de Ana Miranda para a narrativa audiovisual cinematográfica, refletindo acerca das relações entre história, literatura e cinema.

4. A construção da personagem Oribela no romance e no filme Desmundo.

Nara Machado Gonçalves de Andrade - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Com a criação da Escola dos Annales em 1929 com Marc Bloch e Lucien Febvre ocorre uma ampliação no conceito de documento e os historiadores passam a ter mais liberdade para dialogar com outras ciências. Seguindo uma característica transdisciplinar, o presente trabalho possui o objetivo de analisar a construção da personagem Oribela presente em Desmundo (1996) – obra literária da escritora Ana Miranda – e na sua adaptação cinematográfica de nome homônimo dirigida por Alain Fresnot em 2002. Deste modo, pretende-se expor as possíveis formas de representação histórico-social da personagem na literatura e no cinema.

5. Por uma história do movimento homossexual sergipana: grupo Dialogay Sergipe (1981-2003).

Max Wesley Santos Cardoso - Mestrando em História - Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Joedina Portugal dos Santos.

Em 1981, surge na capital sergipana o Grupo Dialogay de Sergipe (GDS), movimento social que emerge no contexto da abertura e redemocratização política do Brasil, se insurgindo contra a ditadura, buscando contribuir e rearticular um projeto de sociedade pautados na defesa das homossexualidades. O presente trabalho, prelúdio de uma dissertação de mestrado, busca examinar o GDS no entendimento de Castells (2010), que compreende esses movimentos em seus termos, no que dizem ser e praticam, com suas conexões ativas e relações com outros movimentos, com particularidades, histórias e contradições.

6. A resistência das mulheres na ditadura empresarial-militar: interesses de classe na perspectiva de gênero.

Paula Santos da Silva - graduanda História - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Este trabalho busca analisar a luta de classes no processo da ditadura empresarial-militar brasileira (DREIFUSS, 1981) através da perspectiva de gênero. Para tanto, investiga como o movimento feminista apontou uma crítica ao estado, ao patriarcado e ao capitalismo, vislumbrando a emancipação humana como princípio do fazer político. Analisamos os princípios das mulheres militantes da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) entre 1962 e 1974, que apesar do nome, tiveram por objetivo o fortalecimento do regime militar no Brasil, limitando o papel feminino à esfera privada. Em contrapartida, analisamos os interesses das mulheres

da classe trabalhadora, com suas repercussões na esfera pública: as mobilizações por moradia, a reorganização da luta proletária, a resistência nos locais de trabalho, assim como a luta armada, o que possibilitou a transposição de papéis socialmente impelidos às mulheres. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o levantamento bibliográfico acerca das relações de gênero na ditadura (CORDEIRO, 2008; MERLINO, 2010.) e da Teoria Marxista, particularmente, de autores que visam compreender os rumos do movimento feminista e a luta de classes no período da ditadura empresarial militar na perspectiva de gênero (LOSURDO, 2014; RODRIGUES, 2010; GURGEL, 2018).

7. Raça e gênero: conflitos e lutas por direitos na redemocratização.

Adrícia Carla Santos Bonfim - Graduanda História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Muitos foram os conflitos travados por aqueles/as que reivindicavam a democracia ao longo da ditadura civil-militar brasileira. Diferente do que aparece na historiografia sobre o período, a oposição ao regime se deu para além do que se compreende como esquerdas. As questões de raça, gênero e sexualidade, (explicitadas nos relatórios da verdade (nacional e de alguns estados, como São Paulo e Rio de Janeiro) estiveram presentes na construção da “utopia autoritária” militar, assim como nas lutas de resistência contra a ditadura, pela democracia. A presente comunicação de pesquisa, desenvolvida nos âmbitos da pesquisa *Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)* (PIBIC) e das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do Curso de História (UFAL), pretende analisar tais questões, sobretudo nos últimos anos do regime ditatorial, quando é possível identificar uma maior mobilização de setores do movimento negro e do movimento de mulheres. Dessa forma, é importante colocar em evidência qual o papel que estes grupos desempenharam na resistência à ditadura e na construção da democracia; como se organizaram e qual o impacto político e social de suas ações.

8. “Revolucionário e gay”: homossexualidade e esquerda revolucionária na ditadura civil-militar no Brasil.

Paulo Henrique dos Santos Araújo – Graduando História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A ditadura civil-militar no Brasil foi marcada pelo cerceamento das liberdades democráticas, censura e perseguição política aos opositores do regime. As lutas travadas pela esquerda revolucionária durante os vinte e um anos de ditadura revelaram personagens complexos para os socialistas e comunistas do período. Dentre eles, encontramos o jovem estudante de medicina, Herbert Daniel, que passou por um processo de “exílio interno” entre os seus camaradas da Polop. Forçado a esconder sua homossexualidade, Herbert viveu um conflito político, que

colocava sua luta pelo fim do regime ditatorial e a luta pela construção da revolução socialista em oposição a sua sexualidade, considerada pelos membros de sua organização e setores da esquerda revolucionária como “desvio” “pequeno-burguês”. Nos anos de 1960, contudo, jovens socialistas e comunistas começaram a ser influenciados por uma cultura sexual mais permissiva, que posteriormente passou a influenciar diretamente os partidos e organizações de esquerda radical (GREEN, 2018). Herbert Daniel, que em 1972 começou a se aproximar de grupos que lutavam pelo direito das mulheres, dos homossexuais e da população negra e indígena, sendo posteriormente pioneiro na luta contra a discriminação contra pessoas portadoras do vírus HIV, teve participação ativa nesse processo. Desse modo, nesta comunicação, nos debruçamos sobre a biografia “Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel”, de autoria de James N. Green (2018), para analisar a trajetória do militante comunista, Herbert Daniel, intercalando sua luta pelo fim da ditadura civil-militar e as relações entre homossexualidade e esquerda radical. Esta pesquisa faz parte da do Projeto de Iniciação Científica *Corpos aliados e lutas políticas: resistências LGBT e redemocratização na perspectiva de gênero (1978-1988)*, desenvolvido no âmbito das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do Curso de História (UFAL).

07 - OS PARADOXOS DOS SÉCULOS XX E XXI - MOVIMENTOS SOCIAIS E GRUPOS INTELECTUAIS: A INTERSECCIONALIDADE NA PESQUISA HISTÓRICA.

COORD. DRA. ANA PAULA PALAMARTCHUK (UFAL)

MS. VALTER ZAQUEU SANTOS DA SILVA (UFBA)

O Grupo de Pesquisa História Social e Política da UFAL concentra-se nos estudos de processos históricos das sociedades, analisando suas mudanças, rupturas e ou permanências; bem como as suas formas de identidade e interação sociais; as relações de conflito; os seus arranjos de poder e as formas de dominação; as suas estruturas políticas e a dinâmica das ideologias de dominação; as relações de classe e os movimentos sociais; os mundos do trabalho; os campos do mundo letrado que forma uma elite intelectual; suas culturas; suas interseccionalidades. Neste conjunto, o caminho metodológico de investigação está aberto ao historiador, optando desde a defesa da História do tempo presente, como da sociologia histórica, da seriação de dados históricos ou outro método de investigação, ao mesmo tempo em que mobiliza a análise crítica das relações sociais e sua dinâmica histórica. Neste caminho, acompanhamos os avanços da historiografia contemporânea sobre os estudos relativos à dinâmica social e histórica, que atualmente tem exigido a inserção de outros objetos de pesquisa como o ambiental, gênero, raça, ensino de história e outros que sociabilizem e disponibilizem o saber histórico para a comunidade. Comemorando 10 anos de existência do GP, com muitos trabalhos e pesquisas na área da História Social e muitas das quais ligadas à História do Brasil

Republicano, propomos a organização deste Simpósio Temático que dê conta do debate mais recente da historiografia nos diálogos interdisciplinar, multidisciplinar e interseccional que se fazem cada vez mais presentes no enfrentamento da natureza e status dos conceitos e noções destes diversos campos do conhecimento, os quais integram o trabalho concreto de pesquisa, reflexão metodológica e suas implicações teóricas e políticas. O século XX foi palco de mudanças profundas e aceleradas da humanidade. Grandes experimentos e invenções: da mecânica quântica às viagens espaciais; da criação da televisão à invenção de computadores, que seria a porta de entrada para o “progresso” do século seguinte. O vertiginoso desenvolvimento tecnológico parecia um horizonte promissor sem fim para o setor industrial. Produzir em modelo fordista significava maior produção em espaços curtos de tempo. Por outro lado, a relação desigual entre capital e trabalho aprofundava os níveis de exploração e de descontentamentos. O uso indiscriminado de recursos naturais atestava a pouca ou a falta de preocupação com a sustentabilidade. As crises econômicas e os altos índices de desemprego assustavam. Além disso, a partir dos anos 1970, o modelo neoliberal aguçou ainda mais a fragilidade dos trabalhadores, cada vez mais inseguros. No plano político, o século XX foi um momento de ampliação de conquistas democráticas e direitos sociais, mas também de experiências nefastas de desrespeito aos direitos humanos, civis e políticos. Foi um século de catástrofes, em que se mataram mais seres humanos do que em qualquer outra época: duas guerras mundiais, inúmeros conflitos civis e entre nações, massacres étnicos, atentados contra a vida e a liberdade por parte de Estados opressores. E o século XXI tem início radicalizando esses elementos e colocando em xeque a própria ideia do liberalismo econômico e político, assim como as experiências de crise da democracia. Assim, nossa proposta é que os trabalhos que se vinculem ao ST apresentem temáticas relacionadas à História, reflexões sobre os paradoxos do século XX, sejam nas experiências internacionais ou nacionais. Tem o intuito de promover o diálogo teórico, metodológico e historiográfico entre pesquisas que abordam temáticas políticas, sociais e culturais do século XX, tais como processos de poder em suas mais variadas manifestações contemporâneas, desde as estruturas políticas estatais, as relações de poder que se estabelecem entre os vários grupos sociais, assim como as ideias de democracia, revolução e liberdade, até as expressões culturais dessas estruturas e relações; análises sobre produções culturais, linguagens artísticas e pensamentos de intelectuais; relações internacionais, entre alianças e conflitos; ideais e práticas políticas e culturais. Enfim, pretende abranger temáticas acerca de experiências históricas que marcaram o século XX e que, de certa forma, deixaram legados fundamentais para se compreender o tempo presente.

Sessão I (04/09/19)

1. Comitê de defesa proletária: o anarquismo e a luta contra a carestia de vida em Maceió em 1917.

Igor Ribeiro dos Santos – Mestrando em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O objetivo desta proposta de comunicação é analisar a atuação do Comitê de Defesa Proletária contra a Carestia de vida em Maceió em 1917. Assim como, caracterizar as atividades desse comitê; entender como enxergava a carestia de vida; e os meios elencados para o combate dela. O ano de 1917 segue marcado, como anos anteriores, por sérias crises, ocasionando, de um lado, o aumento do custo de vida e a escassez dos produtos de primeira necessidade para os trabalhadores e as trabalhadoras em muitos estados e cidades do Brasil. Por outro lado, é marcado também por intensas mobilizações operárias no país, com majoritária participação anarquista, em greves parciais e gerais, o que levaram a conquistas substanciais para as trabalhadoras e os trabalhadores. Embora exista, desde a formação da Confederação Operária Brasileira (COB), um clima de lutas intensas alavancadas pelo sindicalismo revolucionário das organizações Brasil a fora, os eventos que se efetuem a partir de meados 1917 se espalham de São Paulo, seu epicentro, para outras partes do país, reverberando, inclusive, em Alagoas. Neste contexto, é formado, entre julho e agosto de 1917, em Maceió, o Comitê de Defesa Proletária que lutará contra a carestia de vida nesta cidade. O Comitê terá na figura do anarquista Antonio Bernardo Canellas e o seu jornal, *A Semana Social*, editado em Maceió, e veiculado em inúmeras cidades do interior alagoano, dentre outros Estados, uma figura de suma importância. As experiências de comitês homônimos nestes eventos do ano de 17 do século XX são registradas em outros lugares, como São Paulo, por exemplo. Esses comitês contaram com a participação não só de anarquistas, mas estes foram proeminentes. Nesta análise sobre a atuação do Comitê de Defesa Proletária alagoano procuramos responder à seguinte questão: qual a relação da luta do Comitê de Defesa Proletária e o anarquismo? Utilizaremos como fonte para este trabalho alguns números do jornal *A Semana Social*.

2. “Guerra e Paz” nas páginas d’O Semeador (Alagoas, Primeira República).

João Victor da Cunha Tavares – Graduando, História Bacharelado – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A comunicação apresentará uma análise das notícias e notas publicadas no Jornal *O Semeador* referentes à Primeira Guerra Mundial, o período de armistício e os acordos para o seu fim, além da repercussão desses eventos em Alagoas. Também pretende analisar o período entre guerras e a ascensão do fascismo na Europa, na década de 1920. *O Semeador* possuiu um serviço de telegramas que alimentava as

informações sobre os acontecimentos europeus e mundiais. Este estudo auxiliaria a entender o papel católico nos esforços pela Paz. Ao mesmo tempo em que noticiava, mantinha a articulação política em torno das ações e interesses do Vaticano durante e após o conflito.

3. Cinema e Realismo Soviético: a sedução da arte no Regime Stalinista.

Krystila Andressa Costa da Silva – Mestranda em História - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Nos anos 1930 na União Soviética, um novo conceito de arte é oficializado: o “Realismo Socialista” pretendia apresentar a realidade e o desenvolvimento revolucionário a partir da educação dos trabalhadores nos moldes socialistas, extinguindo laços com qualquer influência burguesa ou externa. Inicialmente um movimento visto com entusiasmo pelos intelectuais soviéticos se tornou temeroso e frustrado por se ambientar apenas aos moldes Stalinistas. Utilizaremos a linguagem cinematográfica para compreender o horror e a beleza que esse conceito artístico produziu na história.

4. Votar e ser votada: os limites da participação feminina nas eleições de 1945.

Ricardo José Sizilio – Doutorando – Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Com o fim do Estado Novo, e após mais de uma década sem que os brasileiros votassem, em 1945 ocorreram as eleições que definiram o novo Presidente da República e os novos senadores e deputados, responsáveis pela construção da nova Carta Constitucional. Durante o processo eleitoral muito se falou da importância da participação feminina nas eleições, porém, na prática, pouquíssimos eram os incentivos para que as mulheres se envolvessem diretamente no pleito, seja como eleitoras e, principalmente, como candidatas. Dessa forma, esta apresentação abordará a participação feminina nas eleições de 1945, tendo em perspectiva o fato de a legislação eleitoral priorizar como eleitores os homens, e que fossem letrados.

5. Mentalité e Psique: Diálogos entre História e Psicologia.

Geovanne Otavio Ursulino: Mestrando em História pelo PPGH – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A interdisciplinaridade é uma das principais propostas da chamada Escola dos Annales e se tornou fundamental ao historiador. Foi partindo dela que Lucien

Febvre, um dos fundadores da Escola, introduziu a Psicologia nos domínios da História por meio da História das Mentalidades. Este trabalho pretende discutir o surgimento, o desenvolvimento e as principais questões envolvendo o estudo das mentalidades, passando por Febvre, Robert Mandrou, Georges Duby, Jacques Le Goff, entre outros. Discutirá também a aproximação entre mentalidades e psique, especialmente por meio da Psicologia Social e das propostas de Peter Gay, historiador que propõe a introdução de Sigmund Freud e da Psicanálise na pesquisa histórica, trabalhando algumas das principais categorias freudianas. Desta forma, o trabalho busca apresentar a Psico-história como um meio para a produção de um conhecimento histórico interessado em investigar o “espírito do tempo” de sociedades e grupos humanos no passado, ou até mesmo no tempo presente.

Sessão II (05/09/19)

1. A Escola de Viçosa: a trajetória da primeira geração entre 1930 a 1950.

Adriana da Conceição Nascimento – Graduada.

O presente trabalho busca discutir a primeira fase da chamada “Escola de Viçosa”, compreendendo seus membros como pioneiros nos estudos do folclore, dentro do movimento folclórico no período de 1930 a 1950. Para tanto, aborda-se a trajetória de seus principais intelectuais como memória coletiva, para a reconstrução da identidade cultural da cidade de Viçosa. Esse grupo de intelectuais foi de importante influência na formação intelectual, e cultural para a população viçosense, sendo ele motivado pela riqueza folclórica da cidade, e a diversidade culturalmente popular, os folguedos. Nesse contexto, discute-se a relação desses intelectuais com o folclore, a cultura popular local e as famílias que tecnicamente detêm o conhecimento intelectual, o legado dos Brandões e Vilelas, dentro da ilustre Viçosa. Portanto, procura-se entender o que seria de fato a Escola de Viçosa, formada por grupos abastados, construídos a partir de uma visão popular, relacionando a trajetória desses com o parentesco social e econômico da cidade de Viçosa, analisando a importante repercussão que esse grupo causou na associação brasileira de Folclore, tendo como objetivo o compromisso em registrar, documentar, propagar e levar a sério os estudos do folclore brasileiro.

2. Cultura, questões raciais e folclore: democracia racial na Guerra Fria (Brasil, anos 1950).

Ana Paula Palamartchuk – Doutora – História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Tendo por referência determinada produção do pensamento social brasileiro que se verte em ensaios interpretativos a respeito do auto entendimento nacional com forte investimento na questão racial, esta comunicação pauta o velho debate da situação social brasileira, em específico, o mito da democracia racial brasileira, para mostrar que, em que pese o fato de a crítica já tenha sido feita, este discurso ainda orienta na atualidade setores da sociedade brasileira. Constituído por uma vasta literatura, o campo de estudos das relações raciais no Brasil sedia abordagens e interpretações cujo acento varia de acordo com o período histórico, a tradição e a filiação intelectual dos estudiosos. Seja na extensão da produção, seja na multiplicidade de temas ou nas teorias projetadas, gerações inteiras de estudiosos, das mais diferentes formações acadêmicas, dedicaram-se a pensar a “questão racial no Brasil”. Para que possamos compreender as influências e desdobramentos das ideias dentro do campo, é importante, aqui, retomarmos a década de 1950 e os debates que ali se seguem, em especial os fomentados por Florestan Fernandes e Gilberto Freyre, período que forneceu aspectos importantes para a constituição de discursos sobre a questão racial brasileira, muitas das vezes pautados no debate sobre o folclore no Brasil. A ideia aqui é entender como o folclore no Brasil integra a agenda internacional, através do programa da UNESCO a partir de 1947, no imediato pós-guerra, e como esse debate também se integra nos estudos sobre as relações raciais no Brasil, também articulado pela UNESCO e com financiamentos de outras agências internacionais, na década seguinte como agenda da Guerra Fria.

3. O movimento LGBTQIAP+ entre perdas e ganhos: as desconstruções e rachaduras no muro da repressão da sociedade brasileira nos séculos XX e XIX.

Wheber Mendes dos Santos - Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

O Movimento LGBT teve seus primeiros rumos traçados na Europa, no final do século XX, e chega ao Brasil nos anos 70, durante a ditadura militar, como meio de promover uma ruptura nos padrões sociais, e a resistência dessa população marginalizada. Para a discussão do tema proposto ser realizada com excelência, recorre-se a uma gama de autores de diversas áreas do conhecimento, como a História, a Sociologia e a Psicanálise. Aspira-se com esse trabalho, apresentar o percurso de resistência do movimento LGBT e sua vivência, marcada por repressões, dominação, poder e julgamentos.

4. Os percursos históricos do desenvolvimento do conceito de interseccionalidade.

Gleice Pereira da Silva – Mestranda – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O presente artigo tem como objetivo discutir o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade e a sua relevância para o desenvolvimento da historiografia contemporânea. Campo em disputa até os dias de hoje, a interseccionalidade teve suas raízes lançadas no agitado contexto social do final dos anos 1960. Período marcado por intensas manifestações populares de grupos, até então excluídos e subalternizados. Nessa onda contestatória, o movimento feminista volta à cena, ao lado de outros movimentos sociais como o negro, o de minorias étnicas e o movimento gay (COSTA, 2009). Em 1981, Angela Y. Davis publicou seu livro “Mulheres, raça e classe”, uma reflexão sobre a situação histórica da população negra norte-americana e sobre o racismo e machismo da sociedade da maior potência econômica mundial. Também no ano de 1981, a intelectual negra Bell Hooks publicou o livro “Não sou eu uma mulher: mulher negra e o feminismo”, neste livro a autora examina o impacto do racismo e do sexismo na vida das mulheres negras americanas a partir de uma perspectiva feminista. Essas obras clássicas do feminismo negro, são consideradas como marco inicial para a legitimação acadêmica dos estudos de gênero, raça e classe, que se iniciam ainda nos anos de 1970 sob o impacto do manifesto do Combahee River Collective, um coletivo de mulheres negras e lésbicas americanas, o qual defendiam a luta articulada contra o racismo, o heterossexismo e a desigualdade de classe (HENNING,2015). Em 1989, a jurista americana Kimbérle Crenshaw cria o termo “interseccionalidade” para reunir os estudos de múltiplas diferenciações sociais como gênero, raça, classe, sexualidade, geração, etnia e outros (CRENSHAW,2002). Esses estudos buscam demonstrar como o local ocupado por certos indivíduos ou grupos pode ser determinante para a manutenção de opressões e subordinações. Na historiografia brasileira, a interseccionalidade tem sido incorporada com resistência.

5. Zine Punk: informação, conhecimento e politização na cidade de Delmiro Gouveia – Sertão de Alagoas (1985-1990).

José Rinaldo Queiroz de Lima - Metrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O *zine punk* ou *punk zine* é a abreviação de fanzine, sendo este a “contração dos termos ingleses *fanatic e magazine*” (MAGALHÃES, 1993, p.9), que significa “revista

do fã”. Mas, o Movimento Punk é formado por Punks, sendo as bandas punks uma ferramenta de manifestação do Movimento; com isso, não existe fã dentro do Movimento, o que faz com que os Punks que produzem os (fan)zines utilizem apenas o termo zine, que se configurou em uma das mais importantes ferramentas de comunicação, propaganda e protesto do Movimento Punk (O’ HORA, 2005). É a partir do zine que o Movimento Punk divulga suas ações, promove suas críticas e protestos, divulga as bandas punks, os eventos culturais e faz o debate sobre o que é ser Punk e quais seus ideais, além de propagar o anarquismo enquanto ideologia (OLIVEIRA, 2006). Dessa forma esse material é uma das ferramentas de comunicação alternativa dos Punks produzido de forma artesanal com os recursos que estão ao seu alcance. O objetivo do artigo é levantar o debate acerca da história dos zines em meio ao Movimento Punk em Delmiro Gouveia, observando a contribuição dessa ferramenta de comunicação não convencional, como, meio de informação, formação identitária e conhecimento político para uma determinada parcela de jovens pobres que aderiram ao Punk em Delmiro Gouveia. Debater também acerca do acesso a esse material pelos Punks em Delmiro, observando como se deu os primeiros contatos com os zines, de onde vinham e com que frequência chegavam até os Punks em Delmiro. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do artigo parte da análise e cruzamento das fontes orais, da análise bibliográfica sobre os zines, e análise e cruzamento de fontes documentais, como, por exemplo, o conteúdo de alguns zines, que serão confrontados com as fontes orais.

8/10 - RELIGIÃO, CULTURA POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS /

REPENSANDO A MEMÓRIA ÉTNICO-RACIAL: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA ALAGOANA (1872-1950).

COORD: ME. ALEX BENEDITO SANTOS OLIVEIRA (UFAL); ME. WELLINGTON DA SILVA MEDEIROS (UFAL/SEDUC); ME. GABRIELA TORRES DIAS (UFAL/SEDUC); ME. GUSTAVO BEZERRA BARBOSA (UFAL/SEDUC)

8 - Na segunda metade do século XX, surgiram novos atores no cenário sociopolítico brasileiro, que transformaram as carências coletivas, as discriminações sexuais e de gênero, as desigualdades raciais e a concentração fundiária em bandeiras de lutas coletivas. Uma significativa parcela desses movimentos reivindicatórios emergiu a partir de espaços religiosos, e passaram a influenciar o cotidiano político e social baseados em culturas político-religiosas. Desse modo, o presente simpósio propõe a abertura de um espaço de debate para pesquisas que discutam a atuação dos diversos atores religiosos no campo sociopolítico brasileiro,

seja na política institucional, na formação de agentes políticos ou na atuação em movimentos sociais, durante os séculos XX e XXI.

10 - Em fins do século XIX e primeira metade do século XX, a construção da história do negro em Alagoas, esteve ligada a um caráter marcadamente oligárquico, o que possibilitou a elaboração de narrativas autoritárias, na maneira de sintetizar a vida social e cultural do negro alagoano. Tais concepções são reflexos de uma sociedade onde historicamente estes sujeitos têm sua cidadania negada. Portanto, este simpósio tem como objetivo trazer à tona, o debate e os desafios que ainda se impõem para a desconstrução desses padrões rumo às narrativas históricas que combatam opressões.

Sessão I (04/09/19)

1. A dor da cor: o racismo velado existente no Brasil.

Saelen da Silva Pinto – Graduanda da Universidade Estadual de Alagoas e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

Gleycyelle da Silva Oliveira – Graduanda da Universidade Estadual de Alagoas e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

Em 13 de maio de 1988, chega ao fim a escravidão no Brasil, após séculos de maus tratos, torturas e injustiças para com os negros escravizados. A história do negro no Brasil, na maior parte das vezes, é relatada de forma superficial, ligando-a apenas ao período de escravidão e colocando em segundo plano questões cruciais a serem debatidas que ajudam na compreensão do hoje. Em 1888, com a abolição da escravatura iniciou-se um processo de busca, por parte dos escritores brasileiros, em definir a identidade nacional do Brasil, entretanto, existia uma grande resistência vinda por parte da elite brasileira em reconhecer a participação dos negros e índios durante esse processo de formação. Nesse cenário, surgirão vários autores que vão fomentar a ideia de país mestiço, devido à miscigenação dos europeus, indígenas e africanos, no entanto, esta concepção não tinha como intuito evidenciar a pluralidade étnica e cultural existente nas raízes brasileiras, mas promover um processo de transformação que teria como consequência a destruição da identidade étnica dos negros, o incentivo ao branqueamento cultural, e por fim, a propagação de um racismo mascarado na ideia de democracia racial e igualdade. Dessa forma, nesse artigo, pretende-se discutir sobre a ideia de Brasil mestiço que surge no período de pós abolição e o mito da democracia racial, consolidado principalmente por Gilberto Freire na obra “Casa grande senzala”, e a partir desse debate, pretendemos tratar acerca do racismo velado no Brasil e como a visão secular do negro tido como inferior foi sendo desenvolvida. Como referencial teórico-metodológico usaremos a história oral, tendo em vista o uso desta como forma de destacar a importância da memória e oralidade na escrita da história passada que se

faz presente. Além disso, utilizaremos também como algumas das referências bibliográficas autores como: Carneiro (1997), Montenegro (1992), Munanga (2002) e Pereira (2012).

2. Nossa Senhora e o Morro da Conceição: o início de uma história.

José Pedro Lopes Neto - Mestrando em História - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP).

No ano de 1904, durante as comemorações dos 50 anos de proclamação do Dogma da Imaculada Conceição de Maria, na cidade do Recife, capital pernambucana, foi instalado no alto de uma colina um monumento à Imaculada Conceição. Neste trabalho, analisamos como o empreendimento foi pensado pela Diocese de Olinda numa tentativa de reafirmar a catolicidade da cidade e organizar uma neocristandade num momento no qual a Igreja buscava se reorganizar pastoral e administrativamente e o início dessa nova devoção mariana no Recife.

3. Representações da Ação Integralista Brasileira na Folha da Manhã (1938 – 1939).

Edmilson Antonio da Silva Junior - Graduando - Universidade de Pernambuco (UPE)

A Ação integralista Brasileira (AIB) foi um movimento de massa fundado em 1932 para implantar no Brasil um Estado corporativo e católico. Devido a semelhanças ideológicas como o corporativismo e o anticomunismo, o então governo de Getúlio Vargas permitiu a existência da AIB até a implantação do Estado Novo, em 1937, quando torna ilegais os partidos políticos e inicia uma perseguição contra seus opositores. Apesar das proximidades ideológicas com a política varguista, por apresentar ameaça, a AIB passa a ser representada de forma negativa nos periódicos oficiais do Governo.

Sessão II (05/09/19)

1. Progressistas e Fundamentalistas: entraves entre lideranças presbiterianas nas páginas da imprensa pernambucana entre as décadas de 1950-1960.

Saymmon Ferreira dos Santos - Mestrando em História – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O presente artigo propõe uma análise histórica acerca da defrontação dos discursos progressistas e fundamentalistas no seio da Igreja Presbiteriana do Brasil, no espaço da imprensa pernambucana, estabelecendo como recorte temporal as décadas de 1950 a 1960. Não distante e apartada das tensões sociais pelo contexto da Guerra Fria, quando ocorre o acirramento entre forças capitalistas, capitaneada pelos Estados Unidos, e forças socialistas, dirigidas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, pôde-se acompanhar no presbiterianismo brasileiro a intensificação de

embates entre lideranças que conclamavam por um protestantismo atencioso e presente nas questões políticas e sociais, e outros líderes que convocam a membresia presbiteriana na batalha contra o comunismo e materialismo. Contexto sublinhado pela troca de acusações, traições, suspeições e expurgos na Igreja Presbiteriana do Brasil. A capital de Pernambuco transformou-se em ponto emblemático deste cenário de disputa. O Rev. João Dias de Araújo, de tendência progressista, e o Rev. e médico Israel Furtado Gueiros, plantador do movimento fundamentalista no Brasil, conduzem esta querela para além dos muros eclesiásticos, expondo, na imprensa pernambucana, as controvérsias que originariam mais tarde a Igreja Presbiteriana Fundamentalista do Brasil e a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil.

2. “A presença de mulher era mais forte”: atuação feminina nas comunidades eclesiais de base em Valente-BA e suas repercussões (1973-2000).

Cleidiane de Oliveira Lima – Mestranda - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Acompanhar a emergência dos movimentos sociais em Valente- BA, interior da Bahia, por meio de círculos bíblicos na década de 1970, resultando na “tomada” da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na fundação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, percebemos o quão significativo foi a atuação feminina nesses espaços onde desempenharam funções significativas, fortalecendo o trabalho social. Nosso objetivo é estabelecer discussões sobre a temática na tentativa de romper com a historiografia dominante que tende a inviabilizar a contribuição feminina nesses ambientes.

3. “Contra toda desesperança”: CEBs e políticas públicas no novo cenário sociopolítico brasileiro.

Wellington da Silva Medeiros - Mestre (UFAL/SEDUC).

Na segunda metade dos anos 1990, a constante hostilidade do clero, somada à nova conjuntura eclesial e político-econômica, promoveu uma desarticulação sistemática das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em Alagoas. O colapso do socialismo real – no Leste europeu (1989) e na União Soviética (1991) – reforçou o neoliberalismo, contrário ao Estado intervencionista e de Bem-estar Social. No Brasil, o modelo neoliberal foi implementado pelos governos Collor (1990-1992) e FHC (1995-2002). Após uma inflexão na estrutura socioeconômica brasileira, engendrada pelos governos do PT (Partido dos Trabalhadores), entre 2003 e 2016, a pauta neoliberal retornou à ordem do dia. Com o discurso de restabelecimento da economia, os Governos Temer e Bolsonaro iniciaram um processo gradativo de esvaziamento das políticas sociais, sucateamento dos serviços públicos e desmanche dos direitos trabalhistas e previdenciários. Diante desse cenário sociopolítico e em busca de uma nova articulação, as CEBs realizaram o 27º

Encontro Estadual das Comunidades Eclesiais de Base em Alagoas, com o tema: Políticas Públicas a Luz do Evangelho. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo discutir o processo de rearticulação das comunidades de base e sua cultura político-religiosa frente ao novo cenário sociopolítico brasileiro.

09/12 - RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES NA HISTÓRIA / SOCIEDADE E CULTURA NA ANTIGUIDADE E NO MEDIEVO.

COORD. DRA. IRINÉIA MARIA FRANCO DOS SANTOS (UFAL); DR. PEDRO LIMA VASCONCELLOS (UFAL); DRA. RAQUEL DE FÁTIMA PARMEGIANI (UFAL) ; DRA. ROBERTA MIQUELANTI (UFAL)

9 - A proposta do Simpósio Religiões e religiosidades na História é abrir um espaço de diálogo e reflexões a respeito da presença das religiões e religiosidades no Brasil e no mundo, em diferentes temporalidades e abordagens. Serão privilegiados os trabalhos que tragam análises tanto a respeito do estudo específico do fenômeno religioso como da interface entre o religioso e o político, a cultura, o gênero, a economia, as questões de raça e classe. Nesse sentido, convidamos os pesquisadores e estudantes do tema a proporem comunicações que possam contribuir para o avanço da historiografia e dos estudos interdisciplinares das religiões e religiosidades.

12 - Este simpósio tem como proposta refletir sobre a cultura, a filosofia, a sociedade e a política no mundo antigo e medieval. A proposta é discutir questões voltadas tanto para a produção historiográfica que recai sobre estes períodos históricos, quanto para investigações que levem em conta reflexões sobre representações e modos de representar a vida elabora pelos homens e mulheres do passado.

Sessão I (04/09/19)

1. Os primeiros pilares: a relevância dos quatro primeiros concílios ecumênicos no debate adocionista hispânico.

Luanna Klísia de Amorim Mendes - Mestre em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Os concílios são fundamentais para à Igreja desde suas primeiras décadas de existência, para ela os concílios ecumênicos foram os primeiros elementos formatadores da Igreja Cristã medieval em âmbito universalista, dado que eles

tinham como premissa possuírem representantes de todos os lugares onde a Igreja esteja presente, do mesmo modo as questões dogmáticas foram temas recorrentes dentro do discussão medieval, portanto neste artigo propomos averiguar a relevância que as temáticas dogmáticas desses concílios tiveram nos debates adocionistas ocorridos no século VIII.

2. “Putá velha” e alcoviteira: A representação da mulher feiticeira na obra La Celestina de Fernando de Rojas (1478-1501).

Fernando de Sá Oliveira Júnior - Licenciando História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão.

Igor Santiago - Licenciando/Bacharelado História – Universidade Federal da Bahias (UFBA).

Nesta pesquisa analisamos o imaginário sobre as mulheres acusadas de praticar feitiçaria presentes na sociedade de Espanha, entre final do século XV para o XVI, através da obra literária de Fernando de Rojas La Celestina, com ênfase na personagem Celestina. A prática da bruxaria e feitiçaria era condenada e vista como uma herética. Utilizamos ainda a feitiçaria como um “gancho” para analisar permanências e rupturas que ocorrem entre medievo e modernidade. Com quadro teórico temos Souza, Pereira e Henningsen.

3. Inquisição e protestantismo no Brasil colonial: um balanço historiográfico e de fontes.

Jadson Ramos de Queiroz - Mestrando em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Os estudos sobre o Tribunal do Santo Ofício português, instaurado em 1536, e os seus reflexos sobre a vida dos colonos americanos têm crescido substancialmente nos últimos anos. No que concerne aos delitos contra a fé, as práticas de judaísmo têm incorporado parte considerável das pesquisas. Porém, outro delito de mesma natureza apresenta-se carente de investigações acerca dos presos no Brasil: o protestantismo. Desta forma, propõe-se uma análise da historiografia e das fontes relativas aos processos inquisitoriais que se referem aos protestantes no Brasil colonial.

4. O padre Roma: traços de uma trajetória instigante.

Pedro Lima Vasconcellos - Doutor em Ciências Sociais – Universidade Federal de Alagoas - (PPGH-UFAL).

A presente comunicação compartilha preliminares observações sobre a trajetória de José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, um dos líderes mais entusiasmados da chamada Revolução Pernambucana de 1817. Ofuscado por conta do renome de seu filho, José Ignácio de Abreu e Lima, nomeado general quando de sua atuação junto a Simon Bolívar nas lutas pela independência de Venezuela e da Colômbia, o

padre Roma – como era conhecido à época – tem um itinerário curioso, muito pouco esclarecido pelas biografias que dele até agora foram feitas, envolvendo sua formação religiosa em Goiana (então capitania de Pernambuco), Portugal e Roma, os filhos que teve antes de se ordenar e a dispensa de seus votos, conseguida de ninguém menos que o papa de então, Pio VII. No retorno ao Brasil se salienta seu envolvimento com as movimentações que levariam ao já mencionado levante, bem como sua execução sumária, diante do filho acima citado, como parte das medidas de repressão contra o movimento. Trato de registrar também sua rápida passagem por Maceió, em março de 1817, na busca de reforços que engrossassem as fileiras do levante. E identifico algumas questões ainda não respondidas nos pouquíssimos trabalhos que se debruçaram sobre sua figura, de trajetória assim peculiar.

5. “A Grande Assuada”: as representações dos conflitos entre protestantes e católicos na imprensa de Alagoas e Pernambuco (1874-1923).

César Leandro Santos Gomes - Mestre em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos da Religião (LIER)

A comunicação tem como objetivo apresentar as reflexões iniciais de uma proposta de pesquisa que visa analisar os conflitos entre os missionários protestantes e o clero católico, em Alagoas e Pernambuco, entre os anos de 1874 e 1923. Neste contexto a imprensa brasileira se consolidou como instrumento de verificação das tensões que perpassavam os campos políticos, sociais e religiosos. Logo, pretende-se observar nos relatos dos jornais da época as representações dos embates entre os dois grupos mencionados, com foco nas categorias de "crimes de intolerância" e nos debates teológicos descritos nas páginas dos periódicos. As considerações de Natalie Zemon Davis acerca dos ritos de violência contribuiram para compreender a dinâmica religiosa entre as regiões a serem estudadas.

6. O movimento espírita e a construção de um novo segmento religioso em Maceió - fim do século XIX e início do século XX.

Vanessa Elisa da Silva Correia - Mestranda em História/PPGH – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O presente trabalho pretende apresentar os primeiros passos do movimento espírita alagoano, em suas disputas, oposições e construções, observando aspectos como o papel privilegiado de seus integrantes e o impacto que essas posições, socialmente localizadas, teriam na prática da religião em Maceió. Pretende-se, com a análise de publicações nos periódicos locais e dos agentes do referido movimento, compreender o processo de desenvolvimento do Espiritismo através das relações de poder existentes na cidade de Maceió, entre o final do século XIX e o início do século XX.

7. “Basta de feitiço!” - Civilização, formação de comunidade afro-religiosa e o medo do feitiço na Maceió republicana (1889-1900).

Líliã Rose Ferreira - Mestranda em História – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

As produções mais relevantes da historiografia sobre a primeira República demonstraram a presença negra como alvo central de discursos e ações violentas, justificadas pela necessidade de modernizar e civilizar costumes e práticas. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar os discursos de civilização impressos em jornais do final do século XIX em Maceió, bem como a relação desses com o processo de perseguição aos negros e suas práticas afro-religiosas na capital alagoana. Do mesmo modo, pretende-se indicar estratégias de resistência, identidades e formação de comunidades étnicas.

8. Religiosidade afro-Brasileira: uma perspectiva de classe.

Iara Katielle Pereira da Silva - Graduanda em História – Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

O presente trabalho tem como objetivo analisar o conceito de classe dentro do cenário religioso afro-brasileiro, com foco nas relações e manifestações culturais que vem sendo observadas na contemporaneidade. Insistir na percepção e no reconhecimento de que os negros são alvos de intolerância religiosa e, até na sua própria percepção quanto a serem vítimas, não se traduz na eficácia do combate a esses ataques, fazendo-se necessário compreender a relação e os contextos entre religião e classe social. A partir da concepção de religião afro-brasileira e do seu percurso histórico, pode-se diferenciar alguns aspectos e o seu desenvolvimento. Essas abordagens centradas na relação entre religião e classe alteram e penetram o espaço social popular, aumentando a possibilidade de resultados legitimadores da margem social, no qual se encontra o conjunto cultural e religioso afro-brasileiro; não se tratando, apenas, de um problema de intolerância religiosa, mas também político e social. Logo, a cultura e a identidade “Afro” são justificadas a partir de fundamentos e ideais eurocêntricos, em um determinado contexto histórico e em uma temporalidade que as marginalizavam. Pontuar essa análise é algo que vai além de questões culturais e religiosas no Brasil, estando intimamente ligada à classe social. Os estereótipos negativos atribuídos à cultura negra acabam por se transformar em uma pressão psicológica e interiorizam o retrato de inferiorização perante a afirmação cultural. Sem dúvidas, hoje, é uma questão de resistência cultural falarmos sobre religiões afro-brasileiras e, sobretudo o que legitima a história, a construção da identidade negra e seu discurso histórico, visto que a cultura e o trajeto percorrido por essa população se deram sob uma forma de exclusão e marginalização social.

9. “O Ilê é sagrado”: Reflexão sobre Candomblé e meio ambiente a partir do filme Besouro.

Natália Gabriela Barbosa Dill - Cursando técnico em Meio Ambiente/IFAL, Campus Penedo

Maria Viviane de Melo Silva - Mestra em História - UFS/Profª Substituta IFAL, Campus Penedo.

O presente trabalho busca refletir sobre o Candomblé e a relação dessa religião com o meio ambiente, tendo como norte o filme *Besouro* (2009), a partir de autores como Felipe Martins, Valéria Lima, entre outros que dialogam sobre os vínculos entre candomblecistas e o meio ambiente; bem como Eduardo Morettin e Marcos Napolitano, que compreendem o filme como fonte histórica. Discutiremos a importância do meio ambiente para os candomblecistas e de que maneira o filme aborda tal relação, analisando como a cultura do candomblé pode formar a consciência ambiental/crítica de um povo.

10. “Ao som da reza”: benzimento e cura no município de Palmeira dos Índios – Al

Luana Moraes dos Santos – Graduanda – Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, Campus III Palmeira dos Índios.

O presente trabalho, através da perspectiva etnográfica, pretende discutir os rituais de benzimento e a relação existente entre a fé e a memória na construção da identidade. Analisa-se a figura das rezadeiras no processo de rememoração dos saberes culturais. Será utilizada como metodologia a pesquisa de campo e a revisão bibliográfica de alguns autores como Candau, Eliade e Bruschetta. Por fim, enfatizar-se-á a importância das práticas tradicionais e o uso de ervas na cura de enfermidades.

11. A revelação de 1978: Considerações sobre o fim da restrição dos negros ao sacerdócio mórmon.

Fernando Pinheiro da Silva Filho - Licenciado em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Um dos assuntos mais problemáticos na narrativa histórica da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias foi a restrição ao sacerdócio para os homens afrodescendentes. Os mórmons, como também são chamados os membros dessa religião, já tiveram por mais de um século uma segregação racial “eclesiástica” entre seus membros. O presente trabalho abordará os aspectos doutrinários e históricos da restrição e de seu fim, assim como suas consequências no mundo, sobretudo no Brasil.

Sessão II (05/09/19)

1. O rei-sábio e o rei-cavaleiro: a diferenciação dos modelos monárquicos da França e da Inglaterra durante a Guerra dos Cem Anos.

Ives Leocelso Silva Costa - Mestrando em História – Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), modelos distintos de realeza foram desenvolvidos na França e na Inglaterra. Enquanto na Inglaterra a figura do Rei-Cavaleiro, centrada em Eduardo III, alcançou um novo patamar de notoriedade; na França, o Rei-Sábio, representado por Carlos V, se tornou o ideal a ser seguido. Ambas as tradições retiravam sua legitimidade da guerra, reagindo, cada uma à sua maneira, à captura de João II da França na Batalha de Poitiers (1356). Este trabalho pretende analisar este processo de diferenciação e seu impacto na monarquia destes dois reinos no fim do período medieval.

2. “O sacerdote de Baal”: O embate entre o vigário das Alagoas e o guardião do convento de São Francisco em meio aos ciclos epidêmicos (1856-1870).

Lydio Alfredo Rossiter Neto - Bacharelado em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões (LIER).

Esta comunicação tem como objetivo estudar a atuação do clero católico influenciado pelas idéias e práticas regalistas e ultramontanas no território alagoano, em meados do século XIX. Averiguam-se os conflitos na relação entre estes pressupostos, as mudanças jurídicas e administrativas de impacto social na cidade de Alagoas, a exemplo do conflito entre o vigário Domingos José da Silva e o Guardião do convento de São Francisco, em especial diante dos ciclos epidêmicos que afetaram a saúde pública. Este estudo permitiu compreender que, um dos papéis da Igreja Católica, no período, foi a tarefa de ordenar o espaço social, juntamente com o Estado Imperial em âmbitos políticos, culturais e ideológicos.

3. Representações do catolicismo popular em Paripiranga (1870-1940).

Ana Maria Ferreira de Oliveira - Mestranda em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Tendo em vista as constantes transformações do campo religioso brasileiro, a pesquisa apresentada consiste no estudo acerca da representação do catolicismo popular em Paripiranga, na Bahia, a partir da análise das experiências de culto dos sujeitos socioculturais. Para tanto, buscam-se fontes eclesiais, jornais locais e leituras que tratam das particularidades da religiosidade e do catolicismo sertanejo. Assim se pretende, pela abordagem das diversas fontes encontradas, discutir, a partir da História Cultural, aspectos da representação da fé popular, em Paripiranga, entre 1870 e 1940.

4. Imprensa católica na Primeira República.

Irineia Maria Franco dos Santos - Doutora em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O objetivo da comunicação é apresentar parte dos resultados da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida na UFRGS, em 2018, a respeito da Imprensa católica na Primeira República. A escolha temática deu-se na percepção de uma atuação contínua dos católicos na imprensa local, sendo o periódico "A Fé Christã" um exemplar relevante da militância pela “boa imprensa”, praticamente “esquecido” na historiografia do catolicismo em Alagoas. Encontrar este semanário na base de dados da Biblioteca Nacional, permitiu “redescobri-lo” e observar o seu processo de produção em um período de muitas transformações para a Igreja Católica e a sociedade brasileira. Através de seu estudo foi possível identificar as principais preocupações da Igreja Católica, recém separada do Estado brasileiro e a particularidade de sua situação em Alagoas, com o recém fundado bispado (1900). Percebeu-se, na leitura das suas edições, o quanto a Questão Religiosa dos anos 1870 ainda se fazia presente em um novo contexto e como o chamado ultramontanismo estava posto como um projeto amplo, a ser aplicado para a reforma do catolicismo.

5. “Este livro há de servir...”: história, documentos e a memória da Igreja Católica em Alagoas.

Luiza Sahara da Silva Santos - Graduanda em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Esta pesquisa aborda a trajetória histórica da formação do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, a partir de 1940 com a chegada do Arcebispo D. Ranulpho Farias. Ao estabelecer um diálogo com seus registros escritos, suas orientações históricas e arquivísticas, destaca-se os feitos e os rumos desse arquivo eclesiástico em Alagoas, sob influência dos paradigmas que o regem enquanto lugar de memória da Igreja Católica.

6. Estratégias de recatolicização na diocese de Garanhuns: Dom Francisco Expedito Lopes (1955-1957).

Luciana Valéria Morais Santiago - Mestranda em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Nesta comunicação propomos refletir sobre as estratégias desenvolvidas por Dom Francisco Expedito Lopes a frente da diocese de Garanhuns, Pernambuco (1955-1957), para recatolicizar aquela diocese. O prelado promoveu verdadeiras campanhas de combate ao jogo, ao protestantismo, à maçonaria, ao espiritismo e ao comunismo. Utilizou "a boa imprensa" e os institutos de ensino confessionais para implantar as ideias romanas para o período.

7. A Teologia da Libertação na mira do Comitê de Santa Fé (1980-2000).

Osnar Gomes dos Santos - Doutorando em História – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O presente trabalho tem por objetivo tratar das orientações geopolíticas do Comitê de Santa Fé que dizem respeito ao combate da Teologia da Libertação. As orientações revelam as ingerências da política estadunidense na América Latina, dedicada à desestabilização de organizações e governos latino-americanos considerados ameaças aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos na região. A Teologia da Libertação aparece em todos os documentos do Comitê como uma dessas ameaças. A análise das recomendações do Comitê desnuda o complexo xadrez político em que a Teologia da Libertação esteve confinada.

8. “Para além da Fé”: debates sobre a submissão eclesiástica de Arapiraca-AL.

Marcos Ponciano da Silva- Especializando em História do Brasil: Cultura e Memória- Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) Luan Moraes dos Santos- Mestre em História- Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Este trabalho discute o cenário político-religioso do município alagoano de Arapiraca, cidade que exerce influência através de seu avanço econômico e político. Porém, no âmbito religioso é controlada por uma cidade menor, mesmo tendo o maior número de fiéis. Busca-se embasamento teórico em Benedict Anderson (2008) para compreender como os grupos religiosos se entendem na comunidade e, em Michel de Certeau (2011), no encalço de operacionalizar a documentação e os relatos de pesquisa.

9. Entre o sagrado e o profano: relações de poder e sociabilidades na Missa do Vaqueiro de Manari – PE.

Carlos André da Silva - Mestrando em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Este artigo tem como objetivo analisar as relações de poder e sociabilidades na realização da Missa do Vaqueiro de Manari – PE. Busca-se compreender quais os fatores e os elementos que coadunam a sistemática entre o sagrado e o profano no espaço de celebração do evento religioso. Também identificar elementos existentes no município de Manari - PE, que o caracterizam enquanto região com fortes ligações com a cultura do vaqueiro. Além de discutir a importância das relações, tomaremos como base narrativas orais, tanto dos habitantes do espaço rural, quanto do espaço urbano, para discutir a importância das relações socioculturais dos vaqueiros com o sertão pernambucano. Foram adotados como embasamento teórico estudos sobre a temática da História Oral, História Cultural e Memória, e os autores Correia, Albuquerque Jr., Del Priore, Cunha, Cascudo, Meihy e Holanda, e Souza. Foram utilizados dados coletados através de entrevistas com moradores do município, que participaram de vários momentos importantes da trajetória histórica da Missa do Vaqueiro. E, com isso, é possível perceber a existência de situações

conflituosas, ou de interesse individual que acabam prejudicando o andamento histórico do evento em tela.

10. A figura do autor e a autoria: um debate entre Michel Foucault e Roger Chartier.

Dyandra Lima de Farias - Graduada em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Essa comunicação tem como objetivo analisar o debate discursivo entre a tese “função autor”, de Michel Foucault, que defende o surgimento do processo de atribuição da autoria em função de duas condições: a construção jurídica da autoria e a busca da Igreja e Estado em censurar textos, debatendo a (re)discussão das origens da figura do autor e dos dispositivos históricos culturais que promovem a “função autor”, em Roger Chartier.

11. Rezas femininas e rezas de masculinas: uma discussão sobre as particularidades de gênero no ofício da benzeção

Arlindo da Silva Cardoso - Bacharel em Design – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Membro dos grupos de Estudos da Paisagem da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFAL) e Antropologia Visual em Alagoas - AVAL (ICS/UFAL)
Juliana Donato de Almeida Cantalice - Bacharelado em Design da UFAL/Doutoranda em Materiais – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O objetivo desta comunicação é discutir as distinções e semelhanças no conhecimento das rezas entre homens e mulheres, no ofício da benzeção. Para isso, tomam-se como suporte as experiências de campo do material bibliográfico sobre o tema - tratando as benzedeadas da região sudeste -, bem como as do autor em dois momentos: na iniciação científica, durante o projeto de Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas e no Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Design, com monografia intitulada: O olhar antropológico do designer: uma abordagem simbólica das benzedeadas de Maceió.

13 - SOCIEDADES EM CONTATO: PRÁTICAS, COTIDIANO E VIVÊNCIAS NO MUNDO ATLÂNTICO. COORD. DR. GIAN CARLO DE MELO SILVA (UFAL)

Partindo das dinâmicas impostas pelo cotidiano das diversas sociedades ligadas pelo Atlântico, o presente Simpósio Temático visa congrega trabalhos que abordem as práticas sociais e culturais desenvolvidas por homens e mulheres entre o século XVI e início do XX. O objetivo é de que possamos dialogar sobre como o cotidiano foi moldado ou teve de ser adaptado para garantir a sobrevivência das diversas sociedades que se formaram no litoral ou nos vastos sertões desde o

período colonial. Temas que abordem família, escravidão, Igreja, economia etc, serão acolhidos para contribuir no debate geral sobre o Atlântico para além de um oceano, ele é entendido como um canal que possibilitou conexões e transmissão de saberes ao longo dos séculos, extrapolando suas limitações geográficas, formando sociedades e colocando pessoas até então desconhecidas em contato, gerando um mundo novo, um mundo conectado.

Sessão I (04/09/19)

1. Viajantes Ingleses no Brasil durante os séculos XVI a XIX: Trajetória, experiências e relatos.

Vitor Feitosa Santos - Graduando de História Licenciatura – Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus III.

Essa pesquisa tem por objetivo analisar grandes obras escritas por ingleses que estiveram no Brasil durante o período Brasil colônia e Brasil império (Século XVI a XIX) através de crônicas, relatos de viagem, correspondência, memória, diários e álbuns de desenhos, obras de grande relevância para a construção da historiografia brasileira, deixando testemunhos de sua passagem ou estada no Brasil em uma série de textos, de estilos e gêneros variados, merece destaque os livros de Anthony Knivet e de Richard Hawkins, grandes cronistas da vida brasileira dos séculos XVI a XIX, descrevendo em suas obras aspectos da terra, da gente, dos usos e costumes do Brasil. Objetivo analisar, nessas narrativas, como os viajantes construíram a si mesmos como narradores, assim como a textualização das províncias pelas quais passaram. O olhar do viajante revelava as construções ideológicas e imperiais, estabelecendo relações de igualdade e desigualdade, semelhanças e diferenças, e autoavaliação.

2. “Evitando a queixa que terão os mesmos índios”: resistência indígena no recrutamento e deslocamento durante à “guerra dos bárbaros”.

Wesley de Oliveira Silva, Mestrando em História – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O presente trabalho busca analisar resistências dos grupos indígenas aldeados durante o recrutamento e deslocamento das tropas e aldeamentos no decorrer da “Guerra dos Bárbaros” (1650-1732). A historiografia indigenista tem crescido gradativamente nos últimos anos, e o reflexo disso é o aparecimento de muitos trabalhos que analisam não apenas os aldeamentos, mas também tropas indígenas que marchavam a serviço da administração portuguesa colonial. Isto posto, revisões da historiografia tradicional estão sendo empreendidas, especialmente no que se refere às representações dos indígenas nesses trabalhos, na grande maioria das vezes vistos como submissos, sem papéis significativos e mesmo frágeis. No entanto, obras recentes acentuam que os indígenas agiam dentro dos aldeamentos, desenvolvendo práticas de resistência culturais, inclusive, proporcionando o

nascimento de uma nova cultura na medida em que os religiosos iam traduzindo seu material, possibilitando um melhor entendimento para os indígenas. E não era somente nos aldeamentos que estratégias de resignificação aconteciam. Durante a “Guerra dos Bárbaros”, muitas vezes aldeamentos inteiros eram deslocados de uma região para outra; o mesmo acontecia com tropas indígenas jogadas onde quer que houvesse levantes de grupos indígenas insurretos. Deste modo, várias revoltas ocorriam, algo bem frequente não apenas durante o período que se propõe analisar, mas também durante todo o período colonial. E nesse contexto, muitos grupos passavam de aliados a inimigos, atacando missionários, fazendeiros, matando o gado, atacando núcleos de povoamento portugueses, associando-se a outros grupos para fortalecer seu poder de combate, enfim, guerreando contra os colonizadores. No entanto, embora tão frequentes, estão longe de ser as únicas formas de resistência desenvolvidas pelos indígenas. Muitos grupos ameríndios desenvolveram também maneiras mais sutis e menos nítidas. É a partir dessa argumentação que o trabalho se projeta, tendo como objetivo evidenciar essas estratégias de resistências que muitos indígenas criaram ao decorrer da “Guerra dos Bárbaros”, a fim de atender seus interesses próprios.

3. “Sem soldo algum, só graças, privilégios e... isenções”: a política remuneratória da Coroa portuguesa aos súditos da comarca de Alagoas (c. 1746-1816).

Everton Rosendo dos Santos - Mestre em História – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

A presente comunicação visa analisar a distribuição de mercês-patentes aos homens das tropas locais na comarca de Alagoas, entre 1746 e 1816, enfatizando categorias imersas nessas organizações pouco conhecidas na historiografia. Um dos significados das patentes concedidas aos membros das tropas era que estabeleciam vínculos estratégicos com a monarquia. Uma vez que esse tipo de mercê não trazia riqueza material imediata, o que estava em jogo eram os benefícios concedidos, em troca dos serviços prestados à Coroa. Além disso, poderiam ser fatores positivos no pleito a outros cargos da administração ultramarina (fazendários, camarários).

4. “Ilustrou a escuridade de seu sangue com o esplendor das suas virtudes”: representações sobre a gente de cor na Capitania de Pernambuco no século XVIII.

Filipe Matheus Marinho de Melo - Mestrando – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos das elites letradas sobre a população de cor na Capitania de Pernambuco, tendo como recorte a primeira metade dos Setecentos. Consideramos o papel dominante dos valores ibéricos na construção de representações baseadas nas noções de “honra”, “defeito” e “impureza”, assim como o papel desenvolvido pelas dinâmicas de mestiçagens

biológicas e culturais que possibilitaram a coexistência de grupos e sujeitos de diversas qualidades e condições. Nossa análise se concentra na obra dos cronistas vistas a partir da perspectiva da História Cultural.

5. Artes da governança: justiça régia e a política ambiental na Comarca das Alagoas entre (1790 a 1800).

Felipe dos Santos Silva - Mestrando em História - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O presente trabalho tem como proposta central discutir algumas transformações ocorridas com o surgimento do reformismo ilustrado na segunda metade do século XVIII que, de certo modo, afetaram as possessões ultramarinas lusitana, inclusive a Comarca das Alagoas. Sendo assim, tem-se como fio condutor a busca pelo controle e monopólio dos recursos naturais, especificamente das madeiras. Para situar a Comarca das Alagoas nesse cenário, parte-se dos indícios que sem tem sobre a criação da superintendência das matas; instituição que regulou as matas entre o século XVIII e início do XIX.

Sessão II (05/09/19)

1. O interesse de Alagoas pela imigração estrangeira na conjuntura da crise dos braços: 1850-1888.

Maria Valéria da Silva Araújo - Mestranda em História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Sabe-se que Alagoas, após o fim do tráfico de africanos estabelecido pela lei Eusébio de Queiros em 1850, sofreu com a falta de trabalhadores escravizados e livres em suas lavouras. Com o problema da escassez de braços, o interesse pela imigração foi crescente entre os grandes proprietários da época. A partir da década de 1850, os presidentes que ocuparam a administração provincial de Alagoas fizeram diversas solicitações ao governo imperial para incentivar e auxiliar a vinda de colonos para a região, entretanto, como aconteceu em várias províncias do Nordeste, houve uma grande omissão do governo em relação a esse assunto, fato este que causou descontentamento entre fazendeiros e políticos alagoanos da época.

2. Os “ensinamentos” para as mulheres: Comportamento e regras sociais na Alagoas Oitocentista (1850-1879).

Andresa Porfírio Gomes - Graduanda em História - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Este trabalho teve como objetivo analisar os anúncios e produtos direcionados as mulheres na Província das Alagoas do século XIX contidos nos periódicos

emitidos na época, onde presenciou mudanças significativas diante dos acontecimentos mundiais. A pesquisa foi desenvolvida pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), sob orientação do professor Gian Carlo de Mello Silva e ligada ao Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagens (NESEM). Diante disso, mais de 150 publicações sobre as mulheres foram encontradas, nas quais, diante das regras instaladas pelo sistema patriarcal brasileiro, revelam uma ordem evidente nas amostras dos artigos e produtos ofertados a este público e destacam a extrema importância da manutenção do status social feminino, inclusive existindo a circulação de indivíduos escravizados (as) e as mulheres brancas pobres, tornando-se agentes históricos ativos no cotidiano da Alagoas oitocentista.

3. Professores das casas-escolas na Província de Alagoas – 1835 a 1875.

Andreza Mayara Lins de Oliveira - Mestra em História Social - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A presente comunicação tem como objetivo analisar os professores primários da Província de Alagoas do século XIX, a partir do entendimento de como as políticas educacionais foram implantadas a partir do Ato Adicional de 1834. Deste modo, as mudanças ocorridas na instrução pública foram debatidas entre os presidentes de Província, Câmaras Municipais, Delegacias de Ensino e até mesmo, do próprio imperador D. Pedro II. Serão analisados os relatórios dos Presidentes de Província e Delegado de Instrução Pública, Solicitações de professores de Primeiras Letras e jornais.

4. "Habitados na prática do crime": quilombos, coutos de malfeitores e os braços para a lavoura (Alagoas, 1870-1880).

Danilo Luiz Marques - Doutor – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Tensões e incertezas pairavam na sociedade brasileira de fins do oitocentos, momento em que uma grande questão era debatida entre os escravocratas: quem iria suprir os braços escravizados da lavoura? Outra preocupação era quanto à segurança e à tranquilidade pública, tão caras à ordem senhorial que estava posta. Havia aqueles que não viam com bons olhos o aumento da população liberta e sua consequente recusa às condições de trabalho impostas por proprietários acostumados com a relação senhor-escravizado. Uma aguçada análise sobre a série de ofícios trocados entre os chefes de polícia e a Presidência da Província de Alagoas e as falas de autoridades dirigidas à Assembleia Legislativa entre as décadas de 1870 e 1880 permite vislumbrar alguns distúrbios e incidentes que ocorreram de norte a sul na região alagoana, causando muitas dores de cabeça às autoridades e aos senhores escravocratas. O iminente risco de perder o controle sobre a população pobre e de cor, que sempre se demonstrou pouco disposta a obedecer, foi pauta corriqueira entre escravocratas e autoridades. Inseguros perante a inquietação dos escravizados, libertos e livres pobres, muitos senhores culpavam a

campanha abolicionista e a incompetência repressiva pela grave situação. Por sua vez, muitos delegados se queixavam da falta de estrutura para lidar com as crescentes demandas. A massa livre e liberta, marginalizada na sociedade escravista, encontrava nos saques a fazendas seu meio de sobrevivência, e assim resistia à hegemonia dos senhores escravocratas. As falas dos presidentes alagoanos e os ofícios trocados com os chefes de polícia da região dão uma dimensão de quão tumultuosos foram os últimos anos da instituição escravista nessa província. Outro acervo documental importante para a análise dessas questões são as páginas do jornal *O Orbe*, que publicou uma série de editoriais, reportagens e correspondências criticando a forma como estavam sendo conduzidas as medidas em prol da emancipação dos escravizados. As páginas desse periódico trazem histórias singulares, indicativas da atuação de africanos e seus descendentes nas margens da instituição escravista, buscando, através da imersão nas propriedades senhoriais e dos consequentes furtos aí praticados, das fugas e da formação de quilombos, tecer as malhas da sobrevivência nas árduas batalhas do cotidiano. Deixaram entrever a impossibilidade física de se alongar por mais tempo a escravização, contribuindo de maneira cumulativa para sua implosão.

5. As Mulheres nos Processos Criminais: justiça e honra na cidade de Aracaju no início do século XX.

Jóycimara Ferreira Barreto - Mestranda - Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O referido trabalho tem como objetivo discutir os crimes de honra envolvendo mulheres da sociedade aracajuana no início do século XX. Assim, serão analisados os crimes de defloração, estupro, infanticídio, lenocínio e violência. Com isso, busca-se entender através da análise de processos crimes disponíveis no Arquivo Judiciário de Sergipe as questões de gênero, o papel do homem e da mulher na sociedade e a ligação desses crimes com honra. Para fundamentação desse trabalho serão utilizados de referências bibliográficas as discussões de Caulfield, Boris Fausto, Mary Del Priore, Margareth Rago e artigos e dissertações que ajudarão entender o contexto da República, o homem e a mulher e os crimes cometidos. O Código Penal de 1890 também contribuirá para entender as penalidades, a atuação da justiça e a decisão final dos processos crimes. Assim, este artigo possibilitará entender a sociedade de Aracaju entre os anos 1900 a 1930 refletindo sobre sua organização, seus preceitos e a importância da honra para a população do período.

6. Memória e História: Aspectos socioculturais na obra “Volta à Infância” de Povina Cavalcanti na cidade de União (1900-1920).

Marcelo Floriano da Silva - Graduado em História (UFAL) e cursando Especialização em Ensino de História (UFAL).

O presente trabalho visa abordar aspectos sociais e culturas e suas representações da sociedade na cidade de União, hoje, União dos Palmares, situada no estado de Alagoas através da obra memorialística de Povina Cavalcanti, o qual narra sobre

suas raízes no burgo natal abordando, principalmente, temas como: sociedade, família, religião, poder, relações sociais, construção do mito do herói Zumbi e da Serra da Barriga entre outros assuntos, e mesmo quando não fala diz nada a respeito, no caso, sobre os negros e seus descendentes na cidade de União, o autor, fala bastante sobre o processo de invisibilidade na cidade de União. Neste sentido, temos como aporte teórico, Le Goff (1994), em *História e Memória*, visto que o autor nos coloca um grande desafio quando nos faz refletir sobre qual a relação entre o passado e a memória para a escrita da história. O que ele pretende com essa provocação é demonstrar que em relação à memória o que sobrevive do passado chega até nós por meio das escolhas feitas. E para discutir a relação Literatura/História e vice-versa destacamos, inicialmente, Luiz Costa Lima, em que aborda as convergências e divergências entre as áreas, no entanto, não as exclui como possibilidade de comunicação e como elementos capazes de influenciar-se mutuamente. Logo “a cidade é espelho de sua própria representação” (SILVA, 2015). Contudo, na perspectiva de uma história local que incorpora elementos regionalistas, temos a contribuição da historiografia alagoana e nacional para melhor compreensão do contexto histórico, principalmente, da Velha República com obras de Douglas Apratto descrevendo a Metamorfose das Oligarquias do estado, contribuem, também diversos autores, como Dirceu Lindoso com sua obra *Interpretação da Província*, em que o autor irá fazer uma análise dos fatores sociais que contribuem na formação cultural do estado e conseqüentemente das cidades que estão inseridos nesta realidade. A nível nacional podemos citar a contribuição de José Murilo de Carvalho que retrata a realidade dos primeiros anos da república na qual está inserido Povina Cavalcanti. Desta maneira, o trabalho constitui-se em uma Pesquisa Bibliográfica, tendo como fonte primária a narrativa de Povina Cavalcanti através das suas memórias, logo é uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa dialogando com os aportes teóricos a fim de uma maior compreensão desta sociedade e de suas representações.

14 - VER E LER O PASSADO: IMAGEM, CULTURA VISUAL E A ESCRITA DA HISTÓRIA.

COORD. ARYANNY THAYS DA SILVA (UFPE)

CARLOS RENATO ARAUJO FREIRE (UFPE)

O presente simpósio se propõe como um espaço de encontro para pesquisas que envolvem as relações entre imagem, cultura visual e escrita da História. O historiador Manoel Salgado Guimarães contribui para este debate salientando alguns pontos importantes. Tanto ao afirmar que o saber a respeito do passado estaria relacionado com o mundo das imagens, seja enquanto conhecimento acadêmico, seja aquele que surge como demanda das sociedades no tempo presente. Mas também ao salientar que as operações que efetivam uma certa visualidade do passado simultaneamente produzem seu oposto, o invisível, estas

apontam também na direção de alguém que vê, das técnicas e modalidades de dar a ver dispostos no tempo e possuindo uma história. A partir dessa encruzilhada, este simpósio temático almeja contemplar as discussões sobre as dimensões histórico-sociais das imagens. Pretendemos reunir abordagens sobre as condições sociais, culturais e técnicas de produção, circulação e consumo dos produtos visuais, assim como das instituições que suportam a dimensão visual e constroem narrativas sobre o passado. Interessa-nos igualmente o debate em volta das trajetórias de sujeitos ligados a visualidade, o engajamento do olhar, a dimensão política das imagens e a possibilidade de uma história pública que amplie os canteiros do conhecimento histórico. Os documentos que tornam o passado visível são diversos: o patrimônio cultural, a cultura material, a fotografia, o cinema, os quadrinhos e as celebrações. Assim, o simpósio abre-se para a participação de pesquisas em diversos momentos de concepção (projetos, possíveis artigos, trabalhos de conclusão de curso), mas também para relatos de organização de arquivos, planos de aulas, críticas de produtos visuais, a fim de abranger um circuito mais amplo de reflexão sobre o assunto.

Sessão I (04/09/19)

1. A fotografia como fonte histórica: Estudos da imagem técnica segundo Vilém Flusser.

Rogério Alexandre da Silva - Graduado em Licenciatura em História.

O presente trabalho, aborda os usos da fotografia como fonte histórica, assim como a importância de seu estudo crítico e analítico para a escrita da História. Para tratar dessa análise e apresentação, o texto versa sobre os estudos da imagem técnica, desenvolvido pelo filósofo checo, naturalizado brasileiro, em seu livro “Filosofia da caixa preta”.

2. A cidade em imagens: História e Memória de Palmeira dos Índios – AL.

Míriam de Lima Cabral - Pós-Graduação - Stricto Sensu em História Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Os lugares de memória de Palmeira dos Índios dão voz a narrativa que se constitui na cidade. Cidade que fala, que guarda em seus bairros e ruas, histórias e memórias que se cristalizam nas construções antigas, nas ruínas, cicatrizes que moldam a cidade. O objetivo deste artigo é contar a história da cidade através do uso de imagens de ruas e lugares. Serão analisadas fotografias da cidade encontradas no acervo do GPHIAL em diferentes épocas e fotos atuais. Teoricamente estamos amparados em Burke (2017), Assmann (2011), Nora (1993) e outros.

3. O reflexo das deusas: discussões sobre a beleza feminina a partir das imagens dos concursos de beleza em Parnaíba nas décadas de 1930-1950.

Mariane de Sales Silva - Mestranda em História – Universidade Federal do Maranhã (UFMA)

Ana Beatriz Araújo de Freitas - Graduanda em História – Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos acerca da beleza feminina através das fotografias de dois concursos distintos: O Miss Comerciária com as fotografias das eleitas nas décadas de 1930 e 1940 e o Miss Piauí, na década de 1950, que teve como ganhadora a parnaibana Chloris Fontenele. Sabendo que a concepção de beleza muda de acordo com o lugar social de quem fala e para quem fala, objetiva-se investigar como esses discursos influenciam o corpo, a beleza e o comportamento das mulheres, que tinham como principais referências esses concursos cujo objetivo era moldar padrões.

4. O Racismo Lobatiano: no faro da “feminidade negra” de Tia Anastácia.

Marcus Vinícius da Silva Santos - Graduando em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A comunicação discute a “feminidade negra” como representação racista nas histórias infantis “Reinações de Narizinho” (1931) e “Histórias de Tia Nastácia” (1937), de Monteiro Lobato. Para a análise/interpretação das imagens relativas à mulher negra (Tia Nastácia) no contexto pós-abolição, adota-se o método indiciário. O debate teórico discute a relação entre história e literatura a partir dos temas: etnia e gênero. Objetiva-se refletir sobre a leitura crítica da literatura infantil brasileira por parte do/a historiador/a.

5. As representações dos Ítalo-americanos em Martin Scorsese: Uma análise dos filmes “Quem Bate à Minha Porta” (1967) e “Caminhos Perigosos” (1973).

Saul Sena Avelino - Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

A proposta do trabalho é estudar as representações nas obras “Quem bate à minha porta” e “Caminhos Perigosos”, nas quais o cineasta Martin Scorsese problematiza o que é ser "ítalo-americano" nos EUA. Junto à análise fílmica, também pretendemos analisar o contexto de produção através do momento que vivia Hollywood, e de recepção das obras, se atentando ao momento do país e aos conflitos de discursos que ecoavam sobre como os ítalos-americanos deveriam ser representados. A partir disso, o trabalho tem como principal pergunta: como e por que se configuravam as disputas por essas representações?

6. O passado representado pelo cinema: discussões sobre o impacto do nacionalismo na sociedade japonesa através do filme ‘Gen Pés Descalços’ (1983) de Mori Masaki.

Dionson Ferreira Canova Júnior - Graduação (UPE).

O presente trabalho tem como objetivo discutir e refletir sobre o nacionalismo japonês durante a Segunda Guerra Mundial através do cinema. A proposta do estudo visa analisar a cinematografia nipônica e sua produção de memórias acerca de um evento histórico, além de debater sobre sua utilidade nas representações do passado no tempo presente para entender seu caráter de formação de cultura histórica visando através das imagens e narrativas tornar o passado visível e compreensível no desenvolvimento do conhecimento histórico.

Sessão I (05/09/19)

1. Questões de Gênero nas Artes Visuais: uma Perspectiva Histórica.

Rosane Bezerra Soares - Doutora em Artes Visuais, Mestre em História da Arte, graduada em Comunicação Visual, professora adjunta do curso de Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O trabalho apresenta reflexões a respeito da tradição da modernidade que enfatizou a estética ocidental considerada universal e reprodutora de desigualdades. O estudo envolve o feminismo e procura relacionar a cultura das minorias, a compreensão da diversidade e obras de arte contemporânea. Relacionando arte, política e história, destacamos estudos de autores como Jacques Rancière, Rachel Mason e Peter McLaren. Na análise do contexto histórico envolvendo arte e feminismo, privilegiamos autores como Linda Nochlin, Griselda Pollock, Rozsika Parker, John Berger, entre outros.

2. Catálogo de exposição como lugar de memória das artes.

Anderson de Sousa Silva - Doutorando em História – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Este trabalho pretende discutir sobre o uso dos catálogos de exposições como fontes de pesquisa e como lugares de memória das artes. Os catálogos são fontes imprescindíveis quando se trabalha com exposições de artes. A partir deles, é possível coletarmos informações sobre a dinâmica das exposições e dos espaços expositivos. Tomamos de empréstimo as ideias do sociólogo da arte Delano Pessoa, onde este evidencia o estudo dos catálogos a partir da proposta analítica de Chico Homem de Melo: pensar o catálogo como registro, exposição portátil e lugar de memória institucional e das artes.

3. Os Limites e Possibilidades do Uso de Pinturas de Frans Post no Ensino e Pesquisa Geográfica.

José Luciano da Silva Neves - Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.
Elias José da Silva.

Este trabalho vem contribuir para o debate sobre o uso da representação pictórica de Frans Post na pesquisa e no ensino de Geografia. Juntamente com outros integrantes da comitiva de Maurício de Nassau, durante o período de domínio holandês no Nordeste Brasileiro, o pintor Frans Post teve, em sete anos (1637-1644), a missão de retratar, em telas a óleo e desenhos, imagens dos territórios que foram conquistados pela Holanda no Brasil, entre os anos de 1624 e 1654. Tem-se percebido que os avanços tecnológicos que deram origem à fotografia e décadas posteriores à imagem de satélite desprestigiaram, gradativamente, a pintura de paisagens, a qual era uma ferramenta comum de representação desde os primórdios da Geografia, resultando no desuso desse recurso. Diante dessa constatação, o presente trabalho, originado de uma monografia de conclusão de curso de especialização *Latu Sensu*, também se converte em um documento de cunho didático pedagógico que aborda o potencial das pinturas de paisagens, em particular as realizadas por Frans Post, embasando-se teoricamente, as possibilidades de utilização da produção pictórica, dirigidas à Geografia, a pesquisa se desenvolveu como resgate bibliográfico e levantamento de produção acadêmica relacionados às Artes, à História e ao Ensino da Geografia. Enquanto recurso didático-pedagógico, esse trabalho pode auxiliar o educador a desenvolver, nas suas práticas pedagógicas, os conceitos-chaves da Geografia. Palavras-chave: Ensino de Geografia - História - Arte - Interdisciplinaridade - Frans Post Geografia Humana e Regional.

4. O Poder da Propaganda: Uma Análise de um Cartaz Soviético.

Matheus da Silva Cunha - Bacharelado em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

As imagens constituem uma importante fonte histórica. Através delas somos capazes de compreender parte do contexto ao qual ela está inserida. Diante disso, nos cabe uma breve reflexão: desde longínquos tempos o ser humano utiliza imagens para representar, de forma fantasiosa ou não, a sua realidade. Do Paleolítico ao século XXI, elas constituem uma importante representação cultural de uma sociedade. No tocante à atuação do historiador cultural, Peter Burke é certo ao afirmar que o campo daquele é o da “preocupação com o simbólico e suas interpretações”. Neste sentido, a medida em que os povos foram se tornando mais complexos, os símbolos foram ganhando novas funções, por assim dizer, adquirindo uma importante finalidade dentro da propaganda política, que se insere na construção histórica e sociocultural dos povos, tendo em vista que é usada para legitimar governos. É dentro desse aspecto que o presente trabalho resolve focar, ao buscar analisar um cartaz soviético de 1936, que possuía fins claramente propagandísticos, buscando fortalecer a figura de Josef Stalin, engrandecer o sentimento soviético e o promover um culto à personalidade do “grande irmão”.

5. A revista Veja nas eleições de 2002: construção e desconstrução da política pelos meios de comunicação.

José Augusto Ferreira da Silva – Graduando de História – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Uma das motivações para a realização deste trabalho é tentar compreender o esforço da revista *Veja*, nas eleições de 2002, para construir e reforçar o discurso capitalista em um País injusto, violento e, naquele momento, assolado pela pobreza. A proposta de inclusão social e fortalecimento da economia nacional pelo modelo social-democrata apresentado por Lula (PT) pareceu não agradar os donos e sócios do periódico que viam e ainda vêem no neoliberalismo e na globalização um vantajoso caminho para continuar aumentando seus lucros. Nas palavras de Marilena Chauí “podemos focalizar a questão do exercício do poder pelos meios de comunicação de massa sob dois aspectos principais, quais sejam, o econômico e o ideológico” (CHAUÍ, 2006, p. 72). Assim, acaba-se mesclando os interesses políticos e empresariais, ou seja, tornando esse tipo de meio de comunicação responsável por colocar no mercado um produto específico: “a mercadoria política” modeladora da opinião pública.

6. 25 anos do Memorial Pontes de Miranda. O acervo acerca da classe trabalhadora alagoana.

José Airton Abagaro de Oliveira Neto - Graduando - História Bacharelado – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Em 1º de junho de 2019, o Memorial Pontes de Miranda completou 25 anos como o espaço responsável pela salvaguarda da memória institucional do Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas e, conseqüentemente, da classe trabalhadora. Esse trabalho tem como objetivo apresentar as mudanças e novidades em relação ao acervo documental de processos trabalhistas do Pontes de Miranda. Isto posto, pretendo falar sobre os frutos e resultados decorrentes da minha experiência de trabalho de dois anos como estagiário do Memorial, tanto na construção do acervo como no desenvolvimento de pesquisas através de análises históricas dos processos trabalhistas. O conjunto de documentos preservados pelo Memorial Pontes de Miranda proporciona ao pesquisador diversas linhas de raciocínio nas mais abrangentes áreas do conhecimento, devido a sua riqueza de informações e por ser uma fonte primária que carrega em seus autos documentos juntados pelas partes, tais como informações pessoais, testemunhas, relatos, petição inicial e contestação; atas, mandados, certidões, ofícios, editais, etc.